UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCO ANTONIO DOS SANTOS

O PAPEL DAS FORTIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

Salvador
2012

MARCO ANTONIO DOS SANTOS

O PAPEL DAS FORTIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof[a]. Dra. Creuza Santos Lage

Salvador
2012

S237 Santos, Marco Antonio dos

O papel das fortificações no espaço urbano de Salvador / Marco Antonio dos Santos - Salvador, 2012.

138 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Creuza Santos Lage

Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2012.

1. Geografia histórica – Salvador (BA). 2. Tempo e espaço – Salvador (BA). 3. Geografia urbana. I. Lage, Creuza Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.375(813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

O Papel das Fortificações no Espaço Urbano de Salvador.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS

BANCA EXAMINADORA

Dra. Creuza Santos Lage
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Dra. Maria Auxiliadora da Silva
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos
Doutor em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

Aprovado em Sessão Pública de 25/06/2012.

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus queridos pais, José Antonio dos Santos (in memorian) e Walkyria Martinha da Silva, que sempre me incentivaram na constante busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, por ter me concedido poder mais uma vez fazer parte desta Universidade e rever antigos professores e funcionários. Além disso, realizar mais um desejo pessoal e profissional.

À minha família, e, em especial a minha esposa Aline Villela e aos meus filhos Gabriel Villela e Ludmila Villela, por compreender minhas ausências em alguns momentos por conta desta empreitada.

Aos meus amigos que tanto contribuíram neste caminho: Maria de Fátima Cardoso, Jelba Melo, Gabriela Araujo, Laís Paz, Palmira, Eliana Guimarães, Vânja Roldão, Nemias, Luciara Adam e Zita.

A orientadora desta dissertação, Prof^{a}. Dra. Creuza Santos Lage, por estar sempre muito disposta e bem humorada, além do carinho e atenção aos problemas decorrentes no percurso deste caminho.

A querida Prof^{a}. Dra. Maria Auxiliadora da Silva, primeira a acolher-me nesta Universidade, na disciplina Literatura no Espaço Geográfico, e me oportunizar, mais uma vez, a acreditar no meu potencial.

Ao Professor Janio Laurentino de Jesus Santos, ao se dispor a compor a banca examinadora desta dissertação, e por suas contribuições para a realização desta. Sem ele nada seria possível.

Ao professor Alcides Caldas, por me aceitar como aluno no Tirocínio Docente, sem mesmo me conhecer. Sua didática, simpatia, dedicação e competência contribuíram por demais com a minha prática de ensino.

Aos secretários do mestrado Dirce Vieira e Itanajara Muniz, sempre bastante dedicados e solícitos.

Aos meus colegas do mestrado, pelas discussões em torno do tema e pelo incentivo constante neste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público de Salvador, Arquivo Municipal, Gabinete Português de Leitura e do Instituto Histórico Geográfico da Bahia. Também aos funcionários dos diversos fortes visitados, constantemente.

Enfim, foram muitas pessoas que, de alguma forma, me incentivaram e contribuíram com este trabalho. Peço desculpa aos esquecidos e reitero o agradecimento.

Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?

Fernand Braudel

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel das fortificações de Salvador na produção do espaço urbano e sua relevância socioespacial na contemporaneidade. A hipótese é que as fortificações de Salvador são marcos da produção do espaço urbano, com repercussões na sua configuração espacial, que evidenciam formas cujas funções mudaram ao longo do tempo e que, por outro lado, facilitam a compreensão dos processos socioespaciais que lhes permitem a permanência como rugosidades. Foram identificados e caracterizados o processo de ocupação do espaço brasileiro no século XVI; o processo de fortificação da cidade de Salvador através das transformações e permanências entre os séculos XVI ao XXI; as políticas públicas direcionadas à conservação das fortificações urbanas. Para o estudo das transformações, utilizaram-se as categorias de análise propostas por Milton Santos - forma, processo, função e estrutura. Mapas, iconografias, material colhido em trabalho de campo, além de inúmeras literaturas foram utilizados como fontes deste estudo, que se fez na perspectiva da Geografia Histórica. Em virtude dos fatores analisados, concluiu-se que as fortificações contribuíram para a configuração da gênese da cidade de Salvador e que as diversas funções desempenhadas por elas serviram de fortalecimento para sua existência na contemporaneidade.

Palavras-chaves: produção do espaço, geografia histórica, fortificações.

ABSTRACT

This paper aims to examine the role of the fortifications of Salvador in the production of urban space and its social and spatial relevance in the contemporaneity. The hypothesis is that the fortifications of Salvador are milestones in the production of urban space, impacting on its spatial configuration. These fortifications show shapes whose functions have changed over time and, on the other hand, facilitate the comprehension of the social and spatial processes allowing them to remain as the rugosities. We identified and characterized the process of occupation of the Brazilian space in the sixteenth century; the process of fortification of the city of Salvador through the transformations and permanence between the XVI and XXI centuries; public policies in order to conserve the urban fortifications. For study of the transformations, we used the categories of analysis proposed by Milton Santos - form, process, function and structure. Maps, iconography, material collected in fieldwork, and countless literature were used as the source of this study that was done from the perspective of historical geography. As a result of the factors analyzed, we conclude that the fortifications contributed to the setting of the genesis of the city of Salvador, the various functions performed by them served to strengthen its existence in contemporary society.

Key words: Production process, historical geography, fortifications.

LISTA DE PLANTAS

Planta 1	A cidade de Salvador, 1549	39
Planta 2	A cidade de Salvador, 1716	44
Planta 3	Projeto de defesa para Salvador 1716	56
Planta 4	Forte de São Antonio da Barra, 1758	60
Planta 5	Forte de Santa Maria, século XVIII	62
Planta 6	Forte de São Diogo, 1671	64
Planta 7	Forte de São Marcelo, 1759	66
Planta 8	Forte de Santo Alberto, século XVIII	68
Planta 9	Forte de Monte Serrat, 1754	70
Planta 10	Forte de São Pedro e Bateria de São Paulo da Gamboa	73
Planta 11	Forte de São Paulo da Gamboa, 1758	74
Planta 12	Forte do Barbalho, século XVIII	77
Planta 13	Forte de Santo Antonio Além do Carmo, meados do século XVIII	79
Planta 14	Forte de São Bartolomeu , século XVIII	87
Planta 15	Forte do Rio Vermelho, final do século XVIII	89
Planta 16	Forte da Ribeira, 1759	92
Planta 17	Fortim de São Francisco, 1759	94
Planta 18	Forte de São Pedro, 1997	103
Planta 19	Forte do Barbalho,1970	114
Planta 20	Forte do Barbalho,1970	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização dos fortes na cidade de Salvador, 2012	20
Mapa 2	Sistema defensivo da Barra, século XVIII	53
Mapa 3	Localização dos fortes e fortins desaparecidos na cidade de Salvador, 2012.	86

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	Sala provisória do Memorial Milton Santos (Cidade Baixa), 2007	108
Foto 2	Forte de Monte Serrat (Cidade Baixa), 2011	108
Foto 3	Museu Náutico da Bahia (Barra), 2011	109
Foto 4	Forte de São Diogo (Barra), 2010	111
Foto 5	Forte de São Pedro (Campo Grande), 2011	112
Foto 6	Baluarte do Forte de São Pedro (Campo Grande), 2011	113
Foto 7	Forte do Barbalho: uma de suas dependências internas (Barbalho), 2008	116
Foto 8	Forte do Barbalho: entrada de acesso (Barbalho), 2011	117
Foto 9	Forte do Barbalho: um de seus baluartes (Barbalho), 2011	118
Foto 10	Forte de Santo Antônio Além do Carmo (Santo Antônio), 2011	119
Foto 11	Forte de Santo Antônio Além do Carmo: um dos seus baluartes (Santo Antônio), 2011	119
Foto 12	Forte de Santo Antônio Além do Carmo: pátio interno (Santo Antônio), 2011	120
Foto 13	Forte da Jequitaia (São Joaquim), 2011	121
Foto 14	Forte de Santa Maria (Barra), 2008	123
Foto 15	Fotografia encontrada no forte (São Joaquim): primeira década século XX	127
Foto 16	Forte visto a partir da Avenida Frederico Pontes (São Joaquim), 2011	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Administração e situação das fortificações de Salvador em março/abril 2012 106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF	Associação Brasileiras dos Amigos das Fortificações Militares e Sítios Históricos
AGEM	Agência Metropolitana da Baixada Santista
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CIREX	Clube Recreativo dos Oficiais da 6ª. Região Militar
CPOR	Curso de Preparação de Oficiais da Reserva
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano
CONDESB	Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IMA	Instituto do Meio Ambiente
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABRE	Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SCT	Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STU	Secretaria do Patrimônio da União
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISANTA	Universidade Santa Cecília
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**17**
1.1	QUESTÃO DE PESQUISA	21
1.2	HIPÓTESE	21
1.3	OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	21
1.4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	28
2	**O PROCESSO DE OCUPAÇAO DO ESPAÇO BRASILEIRO NO SÉCULO XVI**	**29**
2.1	A IMPLANTAÇÃO DAS FEITORIAS	29
2.2	O SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS	33
2.3	A GÊNESE DA CIDADE DE SALVADOR	37
3	**O PROCESSO DE FORTIFICAÇÃO DA CIDADE**	**41**
3.1	A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA NO CONTEXTO DA CIDADE	41
3.2	AS TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DAS FORTIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR A PARTIR DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX	58
3.2.1	**O Forte de Santo Antônio da Barra**	**58**
3.2.2	**O Forte de Santa Maria**	**61**
3.2.3	**O Forte de São Diogo**	**63**
3.2.4	**O Forte de São Marcelo**	**65**
3.2.5	**O Forte de Santo Alberto**	**67**
3.2.6	**O Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat**	**69**
3.2.7	**O Forte de São Pedro**	**71**
3.2.8	**O Forte de São Paulo da Gamboa**	**74**
3.2.9	**O Forte do Barbalho**	**75**
3.2.10	**O Forte de Santo Antônio Além do Carmo**	**78**

3.2.11 O Forte da Jequitaia 80
3.3 OS FORTES DESAPARECIDOS 84
3.3.1 O Forte de São Bartolomeu 87
3.3.2 O Forte do Rio Vermelho 89
3.3.3 O Forte da Ribeira 91
3.3.4 O Forte de São Fernando 93
3.3.5 O Fortim de São Francisco 93
3.3.6 O Fortim do Rosário 95
3.3.7 O Fortim do Camarão 95
4 AS FORTIFICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE URBANA 97
4.1 A SITUAÇÃO ATUAL 97
4.1.1 Fortes administrados através das Forças Armadas: Monte Serrat, Santo Antônio da Barra, São Diogo, São Pedro 107
4.1.2 Fortes administrados através do Governo do Estado da Bahia: Barbalho, Santo Antônio Além do Carmo e Jequitaia 114
4.1.3 Forte administrado através da Secretaria do Patrimônio da União: Santa Maria 122
4.1.4 Forte sem administração: São Paulo da Gamboa 124
4.1.5 Forte administrado através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN: Forte de São Marcelo 124
4.1.6 Forte administrado através de Organização Não Governamental (ONG): Santo Alberto 126
4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS 129
4.2.1 A viabilidade funcional dos fortes 129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135
REFERÊNCIAS 139
ANEXOS 146

1 INTRODUÇÃO

É na cidade de Salvador que encontramos a expressão nítida da síntese de algumas das características fundamentais das cidades de origem portuguesa, cujo planejamento deu-se aos moldes da arquitetura militar medieval ibérica. A partir desse aparato arquitetônico, ocorreu o expansionismo e a conquista lusitana em outros lugares do território brasileiro, fato esse que explica a configuração espacial na atualidade.

A história das fortificações no Brasil explica parte da estratégia da política de defesa da Coroa portuguesa implementada, também na conquista territorial de outros lugares, como no caso das Ilhas da Madeira e Açores; Cabo Verde e Golfo da Guiné. O interesse português pelo Brasil determinou uma política estrategista na arte da arquitetura militar. Essa arquitetura medieval assegurou a aquisição desses espaços e baseava-se segundo um traçado que se adaptava às características topográficas do terreno e no interior por quarteirões retangulares e irregulares.

Dessa forma, as fortificações representaram o desejo português em manter a integridade da colônia dentro dos limites de sua expansão e assegurando o que já haviam conquistado. Ao instituir, em 1548, o Governo Geral para o Brasil, a Coroa portuguesa adotou toda máquina administrativa necessária para unificação da colônia, através do amparo de Diogo Álvares e de Tomé de Souza, fidalgo a quem o Rei D. João III confiou à fundação da primeira capital do Brasil.

Estrategicamente construídas à margem da Baía de Todos os Santos ou em outras elevações adequadas à defesa da cidade de Salvador, as fortalezas são construções das mais antigas do Brasil e representam um marco no processo de ocupação espacial da cidade. As construções dessas edificações tinham como meta dotar esse espaço de um centro administrativo e militar que assegurasse o domínio português sobre o território, primeiro para protegê-lo dos indígenas, depois dos corsários e exploradores europeus, que constantemente mostravam-se ofensivos.

Por isso, a cidade de Salvador foi construída no cume da escarpa da falha geológica. Através desta, vigiava-se a chegada do inimigo por mar. Entretanto, seu

sistema defensivo mostrou-se vulnerável ao ataque, uma vez que a grandiosidade geográfica da Baía de Todos os Santos, em conjunto com outros fatores, implicou no fracasso do sistema defensivo.

O aspecto geográfico teve um papel relevante na realização da escolha da localização das fortificações, as quais se condicionaram os critérios dos sistemas empregados. Segundo Fonseca (1970, p.35), não é possível “negar o valor da topografia e da configuração geográfica, bem como dos materiais existentes na redondeza para a realização de uma obra de caráter defensivo.” Consequentemente, o material empregado existente no local foi utilizado como elemento construtivo, como aponta Oliveira (2002, p.218), “o que foi viável nos primeiros anos que sucederam a fundação da cidade, em 1549, foi a construção de edifícios com barro local e circundando o primitivo núcleo urbano com muralha de taipa de pilão de cerca de dezessete pés de altura.” O aspecto geográfico, em conjunto com outros fatores, determinou o tipo de material utilizado, às vezes, até a forma arquitetônica e funcional desempenhada ao longo dos séculos.

O recorte espacial deste estudo compreende as onze fortificações localizadas no município de Salvador. No que diz respeito ao espaço, compuseram o estudo as seguintes edificações: Forte de Santo Antônio da Barra, Forte de Santa Maria, Forte de São Diogo, Forte de São Paulo da Gamboa, Forte de São Pedro, Forte de São Marcelo, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, Forte do Barbalho, Forte da Lagartixa, Forte da Jequitaia e Forte do Monte Serrat.

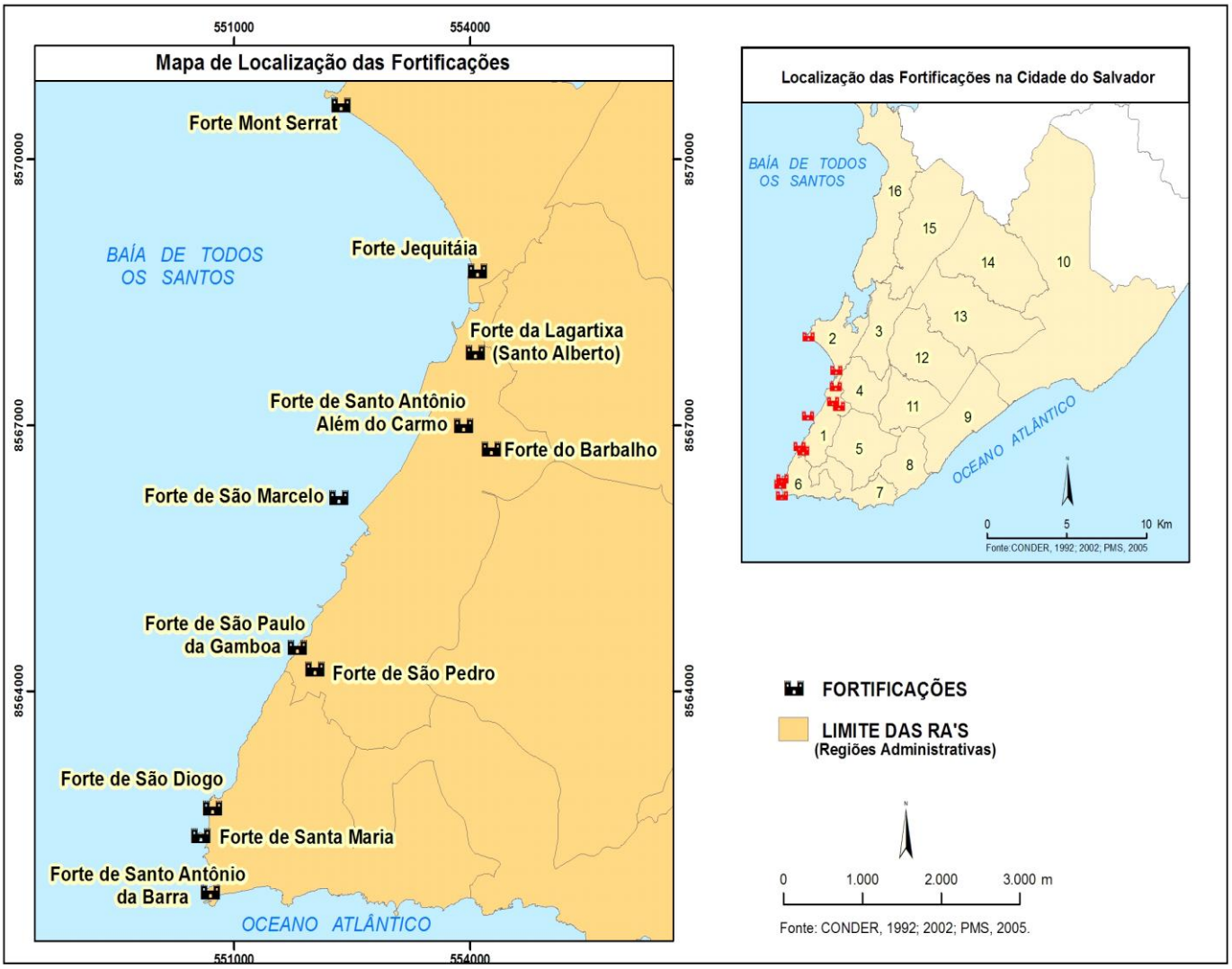
Quanto à dimensão temporal, este estudo compreende o período que vai do século XVI ao século XXI. Para tanto, foi realizado um estudo histórico geográfico do período anterior à construção dessas edificações, pois, essa análise deu alicerce para a compreensão das reais necessidades da instalação das fortificações naquele período.

No âmbito acadêmico, esta temática se justifica, uma vez que existe uma carência e maior aprofundamento do campo do saber geográfico. O geógrafo precisa desenvolver pesquisas nas quais se contextualiza, historicamente, seus objetos; por isso é importante o estudo a partir da gênese das configurações espaciais desta cidade.

Ao romper com o dogma de que a geografia estuda, exclusivamente, o tempo no presente e a história o tempo no passado, entende-se que a geografia precisa dos processos históricos, uma vez que são subsídios para a compreensão da geografia do presente. Por isso é de suma importância o estudo das fortificações como contribuição acadêmica no campo da Geografia Histórica.

Na esfera social, o estudo das fortificações (mapa 1) trará para o soteropolitano e seus visitantes mais uma contribuição do entendimento histórico geográfico da origem dessa cidade e sua importância para os dias atuais, pois a grande maioria dos citadinos não conhece a importância das fortificações no passado e no presente.

Mapa 1: Localização dos fortes na cidade de Salvador, 2012



Fonte: CONDER, 1992; 2002; PMS, 2005 / Pesquisa de campo, 2008.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

- Qual o papel das fortificações de Salvador na produção do seu espaço urbano e sua relevância socioespacial na contemporaneidade?

1.2 HIPÓTESE

As fortificações de Salvador são marcos da produção do espaço urbano, com repercussões na sua configuração espacial, que evidenciam formas cujas funções mudaram ao longo do tempo e que, por outro lado, facilitam a compreensão dos processos socioespaciais que lhes permitem a permanência como rugosidades. Tal suposição foi confirmada na investigação e as argumentações de sua comprovação serão mostradas ao longo do trabalho.

1.3 OBJETIVOS:

GERAL

- Analisar o papel das fortificações de Salvador na produção do espaço urbano e sua relevância socioespacial na contemporaneidade.

ESPECÍFICOS

- Identificar e caracterizar o processo de ocupação do espaço brasileiro no século XVI;
- Analisar o processo de fortificação da cidade de Salvador, através das transformações e permanências do século XVI ao século XXI;
- Analisar as políticas públicas direcionadas à conservação das fortificações urbanas.

1.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como mostra a ampla literatura de Milton Santos (1985), o espaço geográfico está sempre em constante transformação. Em algumas ocasiões, decorrentes da própria natureza, em outras, pela ação humana, ou, por vezes, as duas agindo conjuntamente. O espaço geográfico é marcado por diferentes naturezas, que passaram por diferentes processos históricos. Por isso, a sua produção reflete as diferentes épocas em que sofre as várias interações humanas e naturais.

Com uma visão bastante definida sobre como a transformação da natureza decorre de produção humana, aborda Carlos:

> Não resta dúvida de que este espaço tem um conjunto natural que dá o limite deste com o que é histórico-fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas. (CARLOS, 1994, p.33).

Cada elemento que compõe o espaço é variável, tanto no sistema temporal, quanto no sistema espacial, pois em cada momento histórico esses elementos podem mudar sua posição ou seu papel. Essa complexidade de análise só é possível a partir da compreensão da totalidade: o espaço visto como histórico, produzindo instância estrutural da totalidade. A relação entre o espaço e tempo histórico está presente no conceito de Santos (1996) de totalização e totalidade:

> A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que está se fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. (SANTOS, 1996, p.96).

Enquanto totalidade, o espaço geográfico decorre da produção e evolução da sociedade, pois, a sua configuração se materializa a partir do acúmulo de ações localizadas em diferentes épocas. Por certo, o espaço emana da relação estabelecida entre homem e natureza; entretanto, o processo de configuração espacial se dá, principalmente, conforme a intencionalidade humana. O processo é o fator responsável pela geração da totalidade, o que Santos (1985) denomina de totalização.

Nesse contexto, para compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, foi necessário o entendimento das partes que compõem a totalidade, ou seja, a compreensão de totalidade mediante a análise das partes. Dessa forma, o caminho teórico-metodológico passa, obrigatoriamente, por pontuações conceituais basilares, sem as quais seria impossível um entendimento da realidade.

Incorporamos alguns dos conceitos (e categorias) por Santos desenvolvidos, particularmente, como tempo, espaço e rugosidade, que nos deram indicações importantíssimas para a apreensão da nossa pesquisa. Este estudo considera o conceito de espaço proposto por Santos (1985). O autor considera o espaço como processo, ou seja, um fazer permanente. O espaço é real em sua materialidade, formado pelas ações e objetos que o animam, conduzidos por técnicas e normas que constituem a sociedade.

Ao analisar a relação entre espaço e tempo, faz-se necessário compreender a relação existente entre essas duas categorias, dentro de um contexto articulado entre as partes e a totalidade. Isso é possível a partir da compreensão e análise das consequências configuradas na forma e de como os diversos agentes a conduziram no transcorrer dos tempos. Portanto, sem sombra de dúvida, o tempo materializa-se no espaço e o espaço transforma-se em produto social.

A compreensão dos fenômenos espaciais não deve abstrair, portanto, de uma compreensão das formas com as quais o tempo foi transcorrido no empreendimento, vindo esse a permitir outras configurações presentes deixadas em sua forma. Contudo, como sugere Abreu (2003), é fundamental escapar das construções imprecisas que comprometem o verdadeiro valor dos conceitos no exame da construção dos lugares do mundo pelas sociedades.

Por isso, faz-se necessária uma análise mais criteriosa acerca das espacialidades, pois, segundo Heidegger (2002), a comprovação de que a especialidade só é existencialmente possível através da temporalidade, assim, não se pode pretender deduzir o espaço do tempo ou dissolvê-lo em puro tempo.

Dessa forma, o espaço é decorrente de diferentes temporalidades e sua configuração se materializa à medida que aumentam as relações entre os fenômenos envolvidos nesse contexto. Como afirma Santos:

> O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por consequente, é isto: um conjunto das formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realidade social. (SANTOS, 1997, p.27).

Tais fatores apontados pelo autor são articulados por uma multiplicidade de critérios, entre os quais os elementos do espaço, ou seja, dos elementos que compõem o espaço. Os elementos do espaço compreendem os homens, meio natural, instituições etc., que, na verdade, dialogam entre si. A relação desses elementos, segundo Santos (1985), formam um sistema. Nesse sentido, o espaço deve ser compreendido na forma de sistemas espaço-temporais e descreve como categorias de análise, no que tange à formação socioespacial, tempo empírico ou tempo espacial, enquanto processo.

Tal entendimento fortalece a noção de “rugosidade”, apresentada por Santos (1985), que contempla a concepção de que a produção do espaço decorre da construção e desconstrução de funções e formas sociais do espaço. Portanto, o espaço enquanto forma não se altera frente às mudanças de processos. Na verdade, os processos foram se adequando às formas existentes anteriormente ou criaram novas formas para serem inseridas dentro delas.

Acerca desse aspecto, Santos escreve:

> Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que as resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades as apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 1996, p.113).

Nesse contexto, as rugosidades são formas espaciais do passado construídas nos diversos períodos do modo de produção, por isso com distinções sociais e culturais próprios do espaço de onde emergiram. Assim, a compreensão do espaço deve estar atrelada ao tempo. O tempo e o espaço são categorias indissociáveis e unidas, resultantes de uma produção social que se manifesta em uma escala local ou global.

No Brasil, ainda há poucos trabalhos em Geografia Histórica. Entretanto, temos renomados pesquisadores nessa linha de pesquisa que, nos últimos anos, têm contribuído com essa abordagem no campo da ciência geográfica, como Maurício de Abreu (1987), no estudo da conquista e apropriação do território do estado do Rio de Janeiro; Antônio Carlos Moraes (2000), na análise das bases da formação territorial do Brasil; e Pedro Vasconcelos (1999), no estudo das transformações e permanências da cidade de Salvador.

Apropriando-se das considerações de Mitchell, sobre a importância da Geografia Histórica na análise dos fenômenos geográficos, Philo pontua:

> Algumas pessoas consideram o geógrafo como uma espécie de tropeiro intelectual [coletor] que se contenta em separar fragmentos e pedaços de informações desconexas de várias outras disciplinas [...] A geografia histórica é um mistério ainda maior, poucos se aventuram além da crença de que se trata de “velhos” mapas, e que talvez ela se preocupe demais com as lendas de marinheiros de antigamente, viajantes medievais e mercadores aventureiros. Outros acham que se trata de uma disparatada tentativa dos geógrafos em explicar a história, e pensam que o geógrafo histórico está certamente transgredindo e deveria provavelmente ser processado. Isto não é bem assim, o geógrafo histórico é um geógrafo em primeiro lugar, por último e o tempo todo. (MITCHELL, 1954, apud PHILO, 1995, p.269).

A respeito desse assunto, Abreu esclarece:

> O que precisamos hoje é uma geografia que se liberte das amarras temporais que enquadram no passado o que ela deveria estudar. A questão é novamente uma questão ontológica. A geografia não pode se definir como estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial da atual do geógrafo. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E estas questões não podem ser apenas as do presente. (ABREU, 2000, p.15).

Assim sendo, cabe ao pesquisador incorporar em suas análises a concepção de que o espaço se ampara na compreensão da história. Sem compreender a dimensão temporal, torna-se difícil conceber o espaço em sua totalidade. Segundo Santos (1980, p.117), “a realidade é uma totalidade em permanente movimento de mudança.” Logo, podemos compreender o espaço como resultante das diferentes temporalidades, e o entendimento do objeto geográfico aumenta em proporção à quantidade de interrelações entre os fenômenos envolvidos nesse espaço. Dessa forma, a abordagem no campo da Geografia Histórica serviu como referência significativa para esta pesquisa.

Quanto à análise para a compreensão do sistema defensivo da cidade de Salvador, destacam-se os vários trabalhos de Mário Mendonça de Oliveira (2004, 2006, 2008), Fernando Fonseca (1971), Aníbal Barreto (1958) e João da Silva Campos (1940).

O método utilizado neste trabalho de pesquisa foi o indutivo. Convém observar que a “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, interfere-se uma verdade universal, não contida nas partes examinadas.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p.86). Em relação a essa questão, Prestes (2007, p.30) coloca que “[...] o método indutivo é aquele em que se utiliza a indução, processo mental partindo-se de dados particulares, devidamente constatados, pode-se inferir uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas.” Em suma, parte de dados particulares para o geral.

Como método de procedimentos este estudo também alicerçou-se no método histórico para compreender os processos de implantações e mudanças funcionais dos espaços fortificados. Para isso, foram estudadas as funções e as formas das fortificações para entender os processos porque passaram essas edificações.

No que se refere ao levantamento e coleta de dados, foram consultadas diferentes fontes e adotadas algumas técnicas, a saber: a) Observação direta: foram visitadas dez fortificações, onde podem ser vistas as reais condições físicas e também mostra de vídeo e fotografia a respeito desses equipamentos urbanos. O uso da observação, de acordo com Richardson (1999, p.82), quando adequadamente conduzida, pode revelar inesperados e surpreendentes resultados que, possivelmente, não seriam examinados em estudos que utilizassem técnicas diretivas; b) Entrevistas informais, com gestores e funcionários das fortificações, o que permitiu acumular informações a respeito da sua conservação, função atual e o público alvo que frequenta esses espaços; c) Utilização de diário de campo, para registro de informações que permitiram sistematizar uma parte dos dados apresentados no presente trabalho; d) Acesso e consultas a documentos e relatórios disponíveis no Instituto Histórico Geográfico da Bahia, Arquivo Público, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia- IPAC, assim como outros órgãos estatais ou privados, dentre os quais se destacam: a. A realidade e o futuro do Pelourinho (1979); b. Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia: monumentos do município de Salvador (1997). Desta forma, tivemos informações sobre a função ou funções que esses fortes apresentam na atualidade.

No que tange aos aspectos históricos, somente os Fortes São Marcelo e Santo Antonio Além do Carmo tinham funcionários que se mostraram disponíveis em contribuir com a pesquisa para esclarecer quaisquer dúvidas ou informações a respeito dos mesmos.

Ao longo desta pesquisa, realizou-se um inventário físico dos fortes estudados através de observações e levantamento de toda infraestrutura local. Para isso, foram necessárias visitas de campo periódicas por cinco meses. Dentre as onze fortificações, apenas a fortificação de Paulo da Gamboa não pôde ser visitada, em virtude do difícil acesso e hoje ser considerada área de risco.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação divide-se em introdução, três capítulos e considerações finais. Na introdução estão explicitados a localização de área de estudo, a questão de pesquisa; a hipótese; os objetivos de pesquisa e os procedimentos. O primeiro capítulo trata do processo de ocupação de espaço brasileiro no século XVI. Pretendeu-se oferecer uma reflexão sobre a implantação das feitorias; o sistema de Capitanias Hereditárias e a gênese da cidade de Salvador enquanto marcos de ocupação espacial. O segundo capítulo aborda o processo de fortificação da cidade a partir da implantação do sistema defensivo; as principais transformações e permanências das fortificações no espaço urbano de Salvador a partir do século XVI ao XVIII, bem como as fortificações desaparecidas. Dessa forma, buscou-se oferecer, cronologicamente, desde a gênese das fortificações de Salvador, até o século XIX a lógica funcional das fortificações; mudanças funcionais e estruturais nas fortificações ao longo dos séculos. Para isso, estudou-se as transformações e permanências das fortificações em séculos XVI ao XIX. O terceiro capítulo contempla a análise das fortificações na contemporaneidade urbana, a partir das categorias de análise do espaço propostas por Milton Santos (1985), estrutura, processos, funções e forma, apoia-se também no âmbito da Geografia Histórica, através dos pressupostos de Vasconcelos (1999), a respeito dos períodos curtos e períodos de longas durações. Em seguida, aborda-se a situação atual e as políticas públicas direcionadas à conservação dessas edificações, além da relevância das fortificações na contemporaneidade, destacando os fortes em ruínas, embargado e aguardando restauro nesta cidade. Finalmente, o estudo traz algumas conclusões sobre a investigação realizada e seus achados oriundos das reflexões teóricas que nortearam a busca de evidências em todas as fases da pesquisa.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO NO SÉCULO XVI

2.1 A IMPLANTAÇÃO DAS FEITORIAS

Nos primeiros anos do século XVI, os navegadores constantemente saiam à procura de novos lugares, com o objetivo de encontrar matérias primas, tão valorizadas na época. Ao encontrar esses novos territórios, aos poucos iam descobrindo ao longo do litoral a existência de grupos nativos diferenciados, além das fontes de exploração comerciais possíveis. A princípio, em terras brasileiras não foram encontradas as matérias primas tão esperadas, o que, certamente, foi um grande desapontamento por parte da Coroa portuguesa, visto que essas expedições eram dispendiosas e com alguma descoberta obteria um significativo retorno desses investimentos. (MORAES, 2000, p.290). No início, o que puderam reconhecer foi a grande abundância de madeira, o que mais tarde justificou a ocupação espacial, como observa Hollanda:

> Dos artigos comerciáveis que dali se tiravam, as madeiras de tintura eram, sem dúvida, o mais importante. O largo emprego desse produto nas indústrias de tecidos tornava sua exploração altamente lucrativa, embora não se comparasse, por aspecto, ao que resultava das riquezas da Índia. (HOLLANDA, 2004, p.114).

O interesse pelo corte, preparo e envio do pau brasil não foi apenas português. Outras nações se interessaram pelo produto e iniciou o que se considerava pirataria, a troca com os índios. Hollanda (2004) expressa claramente que os franceses no Nordeste foram hábeis em conquistar o gentio. Na verdade, as relações entre franceses e índios deram-se através do escambo como meio de compra e venda de mercadoria. Essa relação de troca entre as partes teve grande importância na conquista e exploração do povo indígena, não só pelos franceses, mas, sobretudo aos portugueses, que de fato conquistaram esse território.

O grande interesse dos franceses estava na preparação de tintura vermelha, de grande valor para manufaturas de tecidos ou de pintores, pois, a utilização dessa tinta constava nos tratados de pintura do século XVII, onde neles se ensina a obter

tinta do pau chamado brasil. Mesmo a princípio não tão entusiasta desse tipo de comércio, Portugal vem dar luta aos franceses e instalar entrepostos de troca, as feitorias. (HOLLANDA, 2004, p.90).

As feitorias eram organizações de mercadores, residentes num mesmo local fora das suas fronteiras. Visavam defender os interesses dos colonizadores, prioritariamente econômicos, mas também de segurança e administrativo, possibilitando “a base de patrulhamento da costa” (MARCHANT, 1980, p.30) e manutenção de relações comerciais regulares constantes no local onde estavam sediados; com isso “constituiu ponto de apoio ao reconhecimento do extenso litoral, à afirmação de posse e à garantia do tráfico português.” (MARX, 1980, p.12).

Comercialmente, a mais antiga feitoria portuguesa havia sido estabelecida em Flandres, a Feitoria em Antuérpia. Sendo a primeira, estabelecida pelos portugueses na África, o castelo de Arguim. No Brasil, a primeira feitoria portuguesa foi a do Cabo Frio, “fundada pela expedição de 1503.” (PRADO, 1970, p.40). Logo depois, vieram as de Santa Cruz, do Rio de Janeiro e de Igaraçu e da ilha de Itamaracá (Pernambuco).

Segundo Marchant (1980, p.31), as maiores feitorias foram em Pernambuco, na Bahia e em Cabo Frio. No atual estado da Bahia existiram duas no período pré-colonial (1500-1530), ligadas à exploração do pau brasil: uma em Porto Seguro e outra na Baía de Todos os Santos. A Baía de Todos os Santos foi identificada pela primeira expedição exploradora em 1501-1502, da qual participou Américo Vespúcio.

Construídas de terra e madeira, as feitorias funcionavam com fortins, localizados em pontos estratégicos ao longo do litoral, “eram mais campos entrincheirados que aldeias.” (MAURO, 1985, p.217). Enquanto aparelho defensivo, tinha como função salvaguardar o comércio e as embarcações que passavam ao longo do litoral Atlântico. Além disso, as feitorias, enquanto defesa militar, tinham como papel a defesa contra o ataque de corsário, piratas e indígenas. Defendiam assim o poder político, econômico e administrativo das terras conquistadas. (MAURO, 1985, p.217).

Para o êxito da expansão e conquista de novos mercados, fez-se necessário a junção entre as monarquias nacionais e a burguesia, unidas no mesmo interesse a

partir do monopólio dos mercados; o protecionismo; o metalismo e a balança comercial favorável. Para isso, a Coroa Portuguesa teve que optar em explorar o comércio com o Oriente, ao invés de se lançar a aventuras incertas, no que tange às terras brasileiras. (MORAES, 2000, p.290).

A defesa do território estava condicionada a diretrizes estabelecidas por ordens reais, que visavam à concepção necessária para a defesa e consolidação das relações entre gentios, que eram a mão de obra local utilizada para a extração e transporte do pau brasil. Ao buscar novos mercados, a Coroa portuguesa parte de um projeto político e administrativo austero, entretanto, no início, Portugal não vê a nova terra como grande circuito comercial, principalmente no que tange ao comércio internacional, deixando o projeto sem grandes investimentos. “Na verdade, esse novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano.” (MORAES, 2000, p.290). Essa realidade não provocou o abandono de suas ações, pois eram constantes as expedições fiscalizadoras e exploratórias no local.

Com o tempo, constatou-se que as feitorias, enquanto espaço para o armazenamento do pau brasil e de outras especiarias, não eram os locais mais apropriados em termos militares e econômicos, visto a necessidade de abastecer a constante demanda por parte das expedições, com água e alimento. A carência de investimentos nessa esfera, tanto para o sistema defensivo quanto para o econômico, já eram bastante significativos. No que tange ao aspecto defensivo, o reduzido número de colonos e a sua fragilidade defensiva, ante a ação dos inimigos eminentes, exigiam por outro lado alterações no princípio defensivo local, visto que o contingente militar era insignificante com o passar do tempo. (MAURO, 1985, p.218).

Foram enviadas pela Coroa as Expedições Exploradoras e Guarda Costa, para o reconhecimento cartográfico das áreas litorâneas de norte a sul, com a finalidade de averiguar a fragilidade defensiva, além do levantamento a respeito da existência de metais preciosos no local, fato esse que não atendeu aos seus objetivos, pois, naquele momento, existiam inúmeras investidas francesas sobre o litoral. Os franceses não reconheciam o Tratado de Tordesilhas, uma vez que entendiam que deveria existir uma liberdade comercial no Novo Mundo. (HOLLANDA, 2004, 134).

Dessa forma, os franceses partem para o ataque, estabelecendo relações cada vez mais estreitas com os gentios, que, na verdade, passaram a ser grandes aliados comerciais. Como medida frente a essa situação, foram arrendados lotes, bem como a exploração por particulares do pau brasil. Para isso, os arrendatários teriam que fortificar esses espaços e repassar parte do lucro à Coroa. Entretanto, essa proteção pela Expedição Guarda Costa ocorreu de modo precário, pois eram caras e muito arriscadas. Assim, foram tomadas novas medidas, uma vez que essas não deram certo. (MORAES, 2000, p.297-297).

Em 1530, Portugal passou a investir no domínio e na administração da sua colônia americana, em virtude da crise comercial com o Oriente. O domínio colonial português no Oriente foi abalado pelos ataques constantes de indianos e turcos nas fortalezas instaladas nessas localidades e também pelo ataque de corsários a embarcações portuguesas, vindo a gerar uma crise nas relações comerciais entre financiadores e mercadores coloniais no Oriente. (SZWMRECSÁNTYI, 1996, p.32).

Por isso, Portugal optou em inserir sua colônia americana no circuito comercial. Para que isso se concretize, foi necessário ultrapassar a fase do extrativismo exploratório e inseri-la no comércio internacional a partir de um novo produto. Além disso, outros dois fatores foram fundamentais para tais transformações. O ataque a feitorias portuguesas de Iguaraçu[1] e pelos franceses, tomada em 1531. Em 1532, foram apreendidas em Málaga[2] mercadorias contrabandeadas pelos franceses em terras brasileiras; os portugueses apreenderam “quinze mil toras de pau brasil, três mil peles de onça, seiscentos papagaios e mil e oitocentas toneladas de algodão, além de óleo medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostra de minerais.”(BUENO,1999,p.8).

Frente às investidas francesas, o Rei Dom João III adotou novas medidas para viabilizar o processo de povoamento e colonização através da doação de lotes e de terras, com o intuito de fomentar núcleos populacionais ao longo do litoral, sob a administração de particulares: o sistema de Capitanias Hereditárias.

---

[1] Atual estado de Pernambuco

[2] Porto da Espanha no Mediterrâneo

2.2 O SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Pelo fato de não oferecer uma rentabilidade comercial de imediato, Portugal manteve seu interesse na África, pois na época, dominava sozinho o litoral africano, o que significava o controle comercial de escravos, marfim, ouro, e especiarias. Sendo assim, naquele momento o Brasil não oferecia grandes atrativos comerciais. A ocupação do território brasileiro, de fato, concretizou-se três décadas após o "descobrimento" [3], quando em 1530, Portugal mudou sua posição com relação ao Brasil. Dom João III entende que só poderia manter o controle comercial com a posse da terra se estabelecesse núcleos permanentes de povoamento, colonização e defesa, através do regime de capitanias hereditárias, experiência essa já realizada nas ilhas atlânticas da Madeira e de Cabo Verde. (MORAES, 2000, p. 299).

Apresentada pelo Conde de Castanheira em 1532, as Capitanias Hereditárias representavam a culminância do projeto português de inserção da América Portuguesa no circuito da economia mercantil. Esse projeto na verdade serviu como modelo para época, uma vez que controlava totalmente o sistema comercial e produtivo através do Governo Imperial. A expansão comercial nos séculos XV e XVI, a busca de novas riquezas e a descoberta de novas terras serviram de base para a estruturação do capitalismo comercial, determinando assim novas formas de relações políticas e econômicas que foram se cristalizando ao longo tempo. (MORAES, 2000, p.299).

A opção pelo plantio da cana-de-açúcar e de produção do açúcar ocorreu de modo articulado e centralizador, pois a escolha desse produto demonstrava que a Coroa já reconhecia as dimensões espaciais da Colônia e como deveria controlar e explorar esse espaço. Medidas defensivas precisavam ser tomadas, uma vez que tal projeto atraiu a cobiça de outros povos e o processo produtivo, naquele momento, apresentava resultados muito promissores. O controle metropolitano sobre a Colônia atuava na estrutura produtiva, administrativa e militar. Esse controle sobre os

---

[3] A discussão em entorno do descobrimento do Brasil, aqui é secundária. Ver Damião Peres (1949).

agentes coloniais deram alicerce para a transferência de recursos para a metrópole e suas elites. (PRADO JUNIOR, 1973, p.37).

Por isso, o controle metropolitano necessitava cada vez mais de atuação, pois o empreendimento era difícil, o que de fato vem a determinar uma maior atuação em termos defensivos, administrativos e políticos. Como assinala Sodré (1962, p.60-61), “O apossamento, em si, não constitui garantia suficiente. Não assegura a posse de uma área extensa e vulnerável [...]. Assim, torna-se imperativo povoar: ocupar, pela transferência de grupos humanos, [...]”. Entretanto, a colonização na América Portuguesa deveria se estabelecer de forma menos dispendiosa possível, assegurar lucro e não prejuízo.

A costa brasileira foi dividida em quinze faixas de terras administradas por donatários. Segundo Tavares (2001, p.81), “a decisão de D. João III apoiou-se em opiniões de alguns dos seus conselheiros e nos requerimentos de candidatos a capitanias nas terras do Brasil. Em 1534, ele assinou as primeiras cartas de doação”. Os donatários dispunham de amplas extensões terras e possuíam grandes poderes, dentre eles: nomeavam autoridades administrativas e judiciárias, recebiam taxas e impostos, escravizavam e vendiam índios, fundavam vilas, cobravam tributos pela navegação dos rios etc.

Acerca dessa ocupação inicial, Marx escreve.

> As capitanias eram instituídas e concedidas por cartas de doação e confirmadas e regulamentadas por forais. Seus beneficiários, os capitães-mores, não se tornavam proprietários, como entendemos hoje, mas delegados lusitanos com amplos poderes a serem transmitidos hereditariamente e dos quais destacarem dois: o de conceder terra e o de criar vilas. Dispunham tais concessionários de prerrogativas consideráveis nos âmbitos administrativos, econômico e até mesmo judiciário, com limitações de ordem vária, entre as quais as geografias de suas vastas porções de um mundo novo. (MARX, 1991, p.32).

O Sistema de Capitanias Hereditárias estabelecia como concessão da posse de terras do Brasil através da relação conjunta entre o poder da Coroa portuguesa com o religioso lusitano, como afirma Marx (1991, p.31), “a porção lusitana das Américas foi consignada A Ordem de Cristo, ordem militar religiosa, que passara a

ter o rei português como grão mestre [...]". Na verdade, essas concessões com o tempo eram convergidas em bens patrimoniais para Coroa portuguesa. Tomando essa premissa como referência, podemos afirmar que a organização espacial do território brasileiro só pode ser de fato compreendida através da análise e relação histórica desses processos. Nessa mesma linha de compreensão, assinala Morais:

> A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção de espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções dessas relações), redefinindo ou atribuído-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares. (MORAIS, 2000, p.91).

A Coroa portuguesa criou formas de ocupar o território, principalmente através do sistema de defesa, que assegurasse seus interesses mercantis, contribuindo assim não só com a consolidação da estrutura política, econômica e social, mas também territorial da Colônia. Os documentos que regiam os direitos e deveres foram estabelecidos pela Carta de Doação e pelo Foral, cuja representação simbólica era a espada e a cruz, o que associava a conquista da Coroa através das armas e a catequização religiosa imposta pelo catolicismo. Assim, os donatários deveriam administrar seu lote, até mesmo com a concessão das sesmarias que de fato deram alicerce à conquista e consolidação de terras. (MARCHANT, 1980, p.30).

Os estabelecimentos criados pelos sesmeiros podiam com o tempo ser transformados em povoações e vilas, contudo precisavam ser aprovadas em primeira instância pelos donatários locais. Justificando serviços prestados ou conflitos contra indígenas, os donatários podiam solicitar junto à Coroa autorização para obter uma sesmaria ou ampliá-la, como foi o caso de Garcia d'Ávila, no atual município de Mata de São João. (CALMON, 1939, p.46-47).

Cabiam aos donatários também nomear tabeliães, ouvidores, aplicar leis e decretar pena de morte a colonos, índios e escravos. Além disso, era também sua atribuição disseminar a fé católica em suas terras, bem como a defesa militar contra os ataques dos corsários, piratas e índios, tão comuns naquele período. Distantes

de suas origens, os donatários viam no território brasileiro a oportunidade de enriquecimento e poder na nova terra, entretanto, os problemas eram maiores que os recursos aplicados. Afastados da realidade europeia, em condições ambientais quase inviáveis, uma vez que tinham que enfrentar altas temperaturas, grande umidade do ar e outros problemas de ordem natural, as capitanias não deram o retorno imediato, apesar dos altos custos. Diante de tantos entraves, a maioria das capitanias foi levada ao fracasso. (SANTOS, 2004, p.34).

No atual estado da Bahia, existiram três Capitanias Hereditárias, a Capitania da Bahia, que incluía a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo; a Capitania de Ilhéus, e a Capitania de Porto Seguro. A Capitania Baía de Todos os Santos foi um exemplo da má administração entre as capitanias. Administrada pelo experiente donatário Francisco Pereira Coutinho, a partir de 1536, a Capitania Baía de Todos os Santos não obteve êxito, em grande parte, em virtude do caráter impetuoso e temperamental de Coutinho. Vindo de outras experiências fracassadas no Oriente, atuou no mesmo estilo em terras da América Portuguesa. (SANTOS, 2004, p.35).

Chamado de rusticão, por falta de habilidade política e administrativa com os colonos europeus que viviam sob a liderança de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, logo perdeu o domínio “sobre seus súditos e com isso as represálias dos indígenas amiudavam em brigas e assaltos que traziam continuidade, sobressaltadas e inseguranças à vila”, segundo Azevedo. (1969.p.123).

Coube a Coutinho a execução dos primeiros elementos defensivos construídos para preservar a entrada da enseada da Barra. “O Rusticão iniciou de imediato a construção de um povoamento e de residência fortificada na qual colocou artilharia voltada para o mar no local que lhe parece conveniente para porto e defendê-lo.” (SANTOS, 2004, p.35).

A participação de Coutinho na escolha do local para sede da capital administrativa na América portuguesa foi de fato relevante para a execução desse empreendimento. Coutinho auxiliou Tomé de Sousa na opção para a instalação da fortaleza do Salvador, pois essa localidade já possuía os atributos relativos à defesa e ao desenvolvimento do comércio. A partir de então, essas terras de fato seriam conquistadas e a morte de Coutinho pelos indígenas não deveria ser de fato um

motivo que elevasse ao abandono do novo empreendimento por parte da Coroa portuguesa. A capitania da Baía de Todos os Santos reunia qualidades portuárias e de localização, o que a tornou referência para os navegadores, passando a ser um dos pontos mais conhecidos e visitados do Novo Mundo. A Carta Régia que nomeou Tomé de Sousa escolheu para sede a capitania da Baía de Todos os Santos, também por ser a mais central, e já ter sido comprada dos herdeiros do donatário Francisco Pereira Coutinho. (SANTOS, 2004, p.36).

O Governo Real logo compreendeu e resolveu assumir a administração direta dessas terras, instituindo nele um Governador-geral. O rei Dom João III, então, nomeou o militar e político Tomé de Sousa para ser o Governador-geral do Brasil e fundar, às margens da Baía, sua sede política e administrativa.

2.3 A GÊNESE DA CIDADE DE SALVADOR

A cidade do Salvador, conforme a determinação da Coroa portuguesa, deveria ser construída e protegida por fortificações. Nas ordens reais se pedia que Tomé de Sousa fizesse “uma fortaleza e uma cidade grande e forte”. A escolha do local, na Baía de Todos os Santos, implicou a localização da cidade na parte elevada, em grande altura com relação ao nível do mar. (SANTOS, 2004, p.20). O sistema defensivo, executado inicialmente pelo mestre de obras Luis Dias, considerou precisamente o interesse de proteção em relação aos gentios e para atingir tal objetivo se faz cerca, de pau a pique, muito forte, como resgata Simas Filho (1998):

> Conforme a indicação de Gabriel Soares, Tomé de Sousa ordenou logo que se investigasse a baía seguindo as ordens do Regimento. Os Portugueses, tão senhores das coisas do mar, fizeram, certamente, o reconhecimento interior da Baía de Todos os Santos, em cuidadosa verificação dos diferentes pontos, passando as conveniências e desvantagens de cada um, antes de, acertadamente, chegarem a uma decisão, já que tinham vindo com a incumbência de implantar no Brasil, uma povoação que, devendo ser tão grande, teria de ser também, uma fortaleza forte, dentro do

> espírito medieval, ainda dominante em Portugal. (SIMAS FILHO, 1998, p.27).

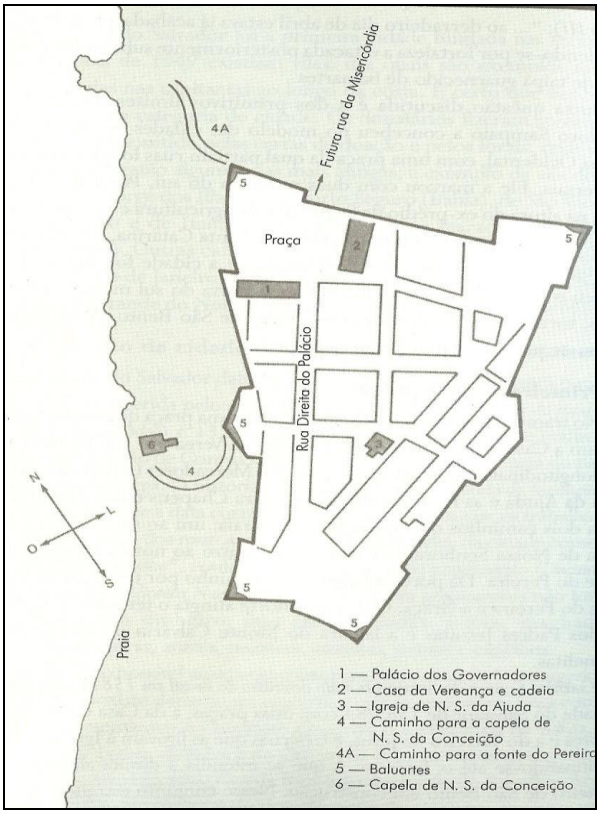
Segundo Coelho Filho (2004), a origem do perímetro da cidade do Salvador é bastante controvertida. O autor aponta a existência de pelo menos três teses divergentes quanto à localização e fixação do marco de origem da cidade. A primeira baseia-se na afirmação levantada por Theodoro Sampaio (1949) ao afirmar que os muros da cidade foram erguidos em declive a partir da atual Praça Castro Alves, descendo em direção à Baixa dos Sapateiros, subindo novamente através da Ladeira da Praça. Outra vertente, defendida por Edison Carneiro (1954), acredita que os limites eram impostos pela natureza. O muro compreendia a Baixa dos Sapateiros até a Rua do Tabuão.

A terceira hipótese parte de José Teixeira de Barros (1910), ao afirmar que a cerca primitiva compreendia da Rua da Ajuda até a baixa da Ladeira da Praça. Porém, segundo Coelho Filho (2004), José Teixeira de Barros não apresenta nenhum fundamento técnico que comprovasse tal afirmação. Na verdade, entre os estudiosos no assunto predomina a opinião argumentada por Theodoro Sampaio (1949).

Segundo Sampaio (1949, p.27-28), a cinta defensora da cidade ficou pronta em mais ou menos um ano. Delineada de forma regular, com ruas que se contavam em ângulos retos, com as praças da Sé, o largo da Sé, e o largo da Câmara e Paço, e representava bem as diretrizes renascentistas que se perderiam ao se estender depois o núcleo primitivo, em direção ao Carmo e após São Bento.

Os limites do perímetro da cidade (planta 1) consistiam em duas portas, do sul, Porta de Santa Luzia, hoje Palácio dos Esportes. A porta do norte, Porta de Santa Catarina, no início da antiga Rua da Misericórdia. À medida que foi crescendo, rompeu o primeiro muro, avançou como porta sul mais para São Bento, tornando-se conhecida como Porta de São Bento. A do norte ampliou-se para o Carmo, conhecida mais tarde como Porta do Carmo. (SAMPAIO, 1949, p.28).

Planta 1: A cidade de Salvador, 1549



Fonte: Sampaio, 1949, p.148.

Este sistema construtivo era provavelmente muito simples o que logo necessitou de complementos constantes, já que a população crescia e a cidade se expandia também. Por isso, foram necessários novos planos de defesa, como constata Oliveira:

> Os muros de taipa que cercavam a primitiva Cabeça do Brasil não eram suficientes para a defesa da cidade, particularmente, pela altura da cota em que ela se encontrava. Esta situação se, de certo modo, dificultava o acesso ao inimigo para tomar a cidade a partir do porto, obrigando-o a subir íngremes ladeiras, não poderia impedir os desembarques, porque a artilharia de então, trabalhando naquela altura, tinha um campo escuro acentuado, não podendo atirar para baixo. Por isto, tratou Luiz Dias de criar algumas plataformas, ou estâncias, ou mesmo redutos na zona da Ribeira, referidos em missiva pelo próprio Mestre, que deveriam proteger o porto, dificultando o desembarque. (OLIVEIRA, 2004, p. 177).

De acordo com Oliveira (2004), a posicionamento desses redutos ou instâncias é bastante controvertido entre os diversos estudiosos no assunto. Contudo, a maioria parte das referências de Gabriel Soares, que aponta para a existência de seis redutos ou instâncias em apoio ao muro de taipa.

Acerca dessa ocupação inicial, percebe-se que a cidade do Salvador foi construída ao modo das cintas medievais, numa posição a cavaleiro, com fosso natural em três de seus lados e no quarto a escarpa natural para o mar. Duas portas fortificadas foram construídas nos lados menores da figura poligonal da fortaleza forte. Ao lado norte, denominado Porta de Santa Catarina ou Porta do Carmo; e a do sul, chamada de porta de Santa Luiza ou de São Bento. Além dessas duas portas, seis baluartes guarneciam o recinto da cidade, sendo quatro para banda da terra (leste) e dois para o lado do mar (oeste). (OLIVEIRA, 2004, p. 177).

Em suma, a ocupação espacial do território que hoje compreende o Estado Brasileiro decorreu da conquista e ocupação primitiva das feitorias, esses armazéns, depósitos ou elemento defensivo confiado a funcionários portugueses, onde eram colhidos produtos da terra, que eram ali guardados, mas que precisavam ser defendidos contra o ataque do inimigo, por isso foram as primeiras formas defensivas estabelecidas no território brasileiro. As feitorias antecedem a criação da primeira vila, que foi a de São Vicente (1532) e da primeira cidade, Salvador (1549).

As feitorias na verdade constituíram a primeira divisão administrativa da nova terra, precedendo a das Capitanias Hereditárias.

3 O PROCESSO DE FORTIFICAÇÃO DA CIDADE

3.1 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA NO CONTEXTO DA CIDADE

Segundo Oliveira (2004, p, 11), “a arte de fortificar foi tratada como ciência, uma complexa geometria aplicada, destinada a propiciar o flanqueamento[4] de tiro em qualquer ponto do perímetro de defesa.” O termo fortaleza, forte e fortins são expressões utilizadas na arquitetura militar. De acordo com Nunes (2005, p.264), a palavra fortaleza deriva do latim *fortis* que significa forte e *facera* que significa fazer, ou seja, quer dizer fazer forte.

A fortaleza é uma estrutura militar que tem por finalidade a defesa, sendo constituída de duas ou mais baterias[5] de artilharias distribuídas em espaços independentes. Os fortes são constituídos de uma ou mais baterias de artilharia no mesmo local. Entretanto, algumas edificações militares são conhecidas como fortes mesmo que não estejam fortalecidos. A expressão fortificação também é usada como prática na melhoria do sistema defensivo. (NUNES, 2005, p.264). O termo fortim, segundo Oliveira (2008, p.26), significa uma fortificação de pequena dimensão e, quase sempre, desprovida de defesa externa significativa. Como substantivo, as expressões fortaleza, fortificação, forte e fortins são empregados como sinônimos na linguagem leiga, popularmente falada pela maioria das pessoas.

Construídas com o objetivo de defesa, as fortificações militares obedeceram a uma lógica estratégica e defensiva, sendo construídas em locais elevados ou de difícil acesso. Essa lógica da arquitetura militar tem como princípio uma construção robusta e resistente aos ataques externos. Por isso, seu material construtivo estava de acordo com o grau de conhecimento técnico de cada período de sua construção. (FONSECA, 1971, p.40).

---

[4] Segundo Oliveira (2008, p 180), flanquear significa ofender o inimigo com disparos de flanco ou laterais. Atacar o inimigo com movimentos laterais.

[5] Ibid., p.179. Oliveira diz que bateria é um local onde fica instalado um conjunto de canhões. No exército moderno, em geral, é uma unidade de artilharia composta por quatro canhões.

Os elementos construtivos, portanto, foram diversos, sendo esses conforme sua finalidade defensiva. O conhecimento técnico dependeu do nível de desenvolvimento de cada povo na maneira de construir para se defender. Assim, a evolução da arquitetura militar estava diretamente ligada à evolução técnica das armas de artilharia, visto que, quanto mais potentes eram os arsenais bélicos, mais se investiam em estudos nas escolas de arquitetura militar. A respeito da técnica, Santos aponta que:

> Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *lócus* de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. (SANTOS, 1996, p.189).

Dessa forma, as técnicas no tempo vão sendo aprimoradas frente à demanda social, política e econômica da sociedade. No que tange às fortificações, os elementos arquitetônicos eram variados, e esses empregados para atender à função defensiva. A utilização de troncos de árvores na construção em paliçadas só serviu quanto aos ataques decorrentes das flechas, pedras ou lanças. Quando foram introduzidas as armas de fogo, logo se estabeleceu uma nova técnica, a construção de muros de pedras ou tijolos, extinguindo assim os muros feitos de taipa. (FONSECA, 1971, p.36).

Com o avanço no poder de projétil, houve a necessidade também de mais investimentos no estudo das escolas de arquitetura militar, principalmente no que se refere à ampliação dos espaços interiores, através da construção de duplos muros, separados em espaços entre eles por material de aterro, que certamente lhes deram solidez. As adaptações são cada vez mais utilizadas em virtude da vulnerabilidade de tais espaços. (FONSECA, 1971, p.51 - 52).

Segundo Fonseca (1971), a principal transformação das fortificações, fortins e torres da Bahia no período colonial brasileiro foi a distribuição das artilharias com

certo distanciamento, para que as peças não fossem destruídas ao mesmo tempo. Dessa forma, as alterações arquitetônicas foram pautadas a partir da necessidade estratégica. Sejam no período medieval ou colonial, as fortificações tiveram como finalidade a defesa do espaço territorial, por isso se fez necessária a edificação de muros em volta dos locais de moradia e trabalho.

O sistema de defesa empregado em Salvador, nos muros de taipa grossa e torres, foi realizado dentro dos princípios medievais, porém, com a introdução da arma de fogo, as torres foram substituídas por baluartes, para atender as novas investidas por arma de fogo. Conforme Fonseca, "toda a fortificação sofre modificações passando de dominante ao rasante. Essa transformação foi devido aos arquitetos militares." (FONSECA, 1971, p.13).

Por isso, os métodos empregados na construção das fortificações atentavam sempre para as adaptações impostas pelos inimigos. Salvador não difere das demais cidades fortificadas do mundo, no que tange à forte influência da arquitetura militar italiana, tendo suas atribuições de defesa voltadas para atender a necessidade imposta pelo inimigo. Por exemplo, as modificações sofridas com a introdução dos rebelins[6], que alteraram as formas de defesa. (FONSECA, 1971, p.36).

Nesse sentido, as inovações técnicas de defesa foram implantadas, a partir da nova estrutura, sendo isso diagnosticado em Santos (1985, p.56), ao afirmar que "o valor técnico da forma é determinado não a partir da própria forma, mas das necessidades da estrutura donde ela surge, ou que nela se encaixa, segue-se que o valor da forma de mudar na proporção que muda a estrutura". Assim, compreendemos que a estrutura determina a forma. As formas e as funções antigas se enquadram à nova estrutura, e podem assim exercer novas formas e funções.

As diversas investidas pelo domínio de Salvador pelos "ingleses em 1587, os franceses em 1595 e os holandeses em 1599 e 1604" (OLIVEIRA, 2004, p.64), foram os motivos para a execução de um projeto de fortificação para a Baía de Todos os Santos. O Capitão Engenheiro Francisco Frias da Mesquita, muito

---

[6] Oliveira, op.cit., p,182. Rebelins são espaços que serviam para afastar os baluartes das artilharias

conceituado naquele período, encaminhou à Corte o projeto de fortificar a cidade aos cuidados do Sargento-mor da Costa do Brasil, Diogo Campos Moreno. O projeto defensivo teve a coparticipação do Engenheiro-mor de Portugal Leonardo Turriano e a aprovação do Engenheiro-mor da Espanha Tibúrcio Spanocchi. Essa proposta está ilustrada no Livro que dá Razão do Estado do Brasil de Diogo Campos Moreno (1612), na versão do Instituto Geográfico Brasileiro (planta 2) e na Biblioteca do Porto em Portugal. (OLIVEIRA, 2004, p.64).

Planta 2: A cidade de Salvador (1612)

Fonte: Oliveira, 2008, p. 20.

Em ambas as versões, esse projeto mostra como a cidade deveria ser resguardada, a partir da expansão do perímetro da cidade que se estendia da porta

de Santa Luzia a antiga depressão da Misericórdia. O projeto contava ainda com fosso ao Norte, Sul, Leste e Oeste. (OLIVEIRA, 2004, p.66). Além disso, previa a demolição de edificações em torno da cidadela. Entretanto, o projeto de fato não foi executado, como assinala Oliveira:

> [...] consideramos judiciosa a posição das fortificações, à luz da realidade que enfrentavam. Sabendo-se das delongas em fabricar tal perímetro, seria conveniente fazer primeiro uma cidadela que garantisse o refúgio da população urbana e da gente que, inclusive, viria do Recôncavo para se abrigar. A segunda fase seria a execução do resto das defesas. Mesmo assim, como sempre o entusiasmo construtivo arrefeceu e, quando os holandeses chegaram em 1624, Frias da Mesquita ainda estava construindo o Forte da Laje, com um novo desenho, no mesmo local do primitivo reduto que se vê na iconografia do Livro da Razão do Estado do Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p.66).

Com relação ao sistema defensivo de Salvador, existiu um consenso entre os estudiosos no assunto, como o Capitão Engenheiro Francisco Frias da Mesquita, o Capitão Engenheiro João Coutinho e o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa, ao assegurar que a cidade deveria ser defendida pelo Norte e ao Sul nas imediações do atual Porto da Barra, uma vez que era a porta de entrada do inimigo. Esses foram os pontos que nortearam os planos de defesa da cidade, ao longo dos séculos. (OLIVEIRA, 2004, p.66).

A participação do Padre Antônio Vieira na defesa dos interesses da Coroa portuguesa sobre o domínio territorial naquele período fica evidente, com o parecer estratégico de como a cidade deveria ser defendida e contra atacar o inimigo.

> [...] na guerra ofensiva tantas vezes pode o inimigo ser vencido e desbaratado, quanto forem os lugares que se puzerem em defesa. Na ofensiva pode-se perder tudo em um dia; na defensiva ainda que se perca, será pouco em muitos anos, [...] em qualquer reino é verdadeira esta razão de estado, e muito mais nos menores a respeito dos maiores e mais poderosos; porque na vantagem da fortificação se supre a desigualdade de poder. (VIEIRA, 1885, p. 1-6).

Em 1624, Vieira relata que as aldeias jesuítas não davam mais suporte como elemento defensivo no Recôncavo contra o ataque inimigo. Aponta que “a armada [...] é de suma importância à conservação do reino, não só para limpar a costa de

corsários, e recolher os navios da Índia e Brasil, [...] porque os nossos galeões são os muros com que se hão de defender nossos portos". (VIEIRA, 1885, p.1-6). Assim, propôs investimentos em tecnologia bélica existente naquele período, para proteção ofensiva contra o oponente.

Diante do exposto, percebe-se a influência do poder eclesiástico exercido contra o inimigo para a defesa de seus interesses religiosos. Concernente a esse fato, aponta Magalhães:

> A influência de Vieira nos projetos adotados para a marinha portuguesa em relação ao Brasil, entre 1644 e 1649, indica o grau de envolvimento de setores da Igreja Católica na organização do sistema defensivo da Bahia. Os papéis de 1644 e 1648 foram apenas os expoentes de uma estratégia defensiva advogada por diversos eclesiásticos na Bahia: a criação de uma esquadra permanente capaz de proteger a produção açucareira contra ataques neerlandeses. (MAGALHÃES, 2010, p.92).

No período de ocupação holandesa em Salvador, houve alterações bastante significativas no que se refere ao seu sistema defensivo. Os holandeses investiram no restauro de fortes e represamento de rio para formação de dique, como aponta Guzman:

> Lo primero que hicieron fué una estacada y fosso, con sus diques y cortaduras que cogia desde casé la puerta de el Carmen hasta toda la parte que tiene la ciudad por la tierra firme; luego hicieron de tierra y fagina uma muralla terraplanada con sus fossos secos y estacones, adornada con diez caballeros terraplanos con sus travessos y casamatas, lo qual todo guarnecioron mucha y buena artillería de fierro colado y bronce, y por la parte y vertiente que tiene la ciudad à la marina dos estacadas muy altas que no se podian romper ménos que con artillería. (GUZMÁN, 1954, p.210).

O intuito desse represamento era de reforçar os muros da cidade e suas portas, uma vez que, naquele período, eram os principais elementos defensivos contra ataques inimigos. As principais mudanças implementadas no sistema defensivo de Salvador pelos holandeses, também foram relatadas a partir dos escritos de Pe. Antônio Viera, com aponta Fonseca:

> [...] para reforçar os muros da cidade e das suas portas que estavam fracos, levantaram uns montes de terra tão alto, que mais pareciam criados com o poder da natureza, que levantados a força de braços, e a mesma terra que tiravam abria uma cova tão profunda quanto era a altura dos baluartes. Fizeram sobressair, por cima umas pontas de pau tão agudas e unidas entre se que dificultavam notadamente a saída se os intentasse alguém pelas quebradas dos três montes dissemos, cingiam a cidade, represaram a corrente da algumas fontes e fizeram um tangue tão largo e grande, que bastou para impedir a passagem a qualquer força ordinária; levantaram o forte da praia que estava imperfeito, por toda a cidade em roda assentaram artilharia nas portas e pontos mais importantes [...]. (ACCIOLI,1940, apud FONSECA, 1971, p.50).

Com a retomada da cidade pelos portugueses, muitos dos anteparos e baluartes, feitos pelos holandeses, foram destruídos. Em 1635, no então governo de Diogo Luís de Oliveira, Salvador passou por significativas mudanças. Nessa gestão houve a continuidade em fortificar a cidade, através do restauro e ampliação das obras realizadas pelos flamengos, por conta das recomendações impostas pela Coroa portuguesa. “Como por outras vezes, tendo mandado vos recomendado façais as obras necessárias para fortificações dessa praça de sorte que se possa defender com a gente que tem”. (SILVA, 1925, p.71-72). Nesse mesmo período, foram também concluídas as fortalezas de Monte Serrat, São Thiago e São Felipe.

Segundo Fonseca (1971, p.54), no livro de Atas da Câmara de 1635, o governo adotou medida tributária para financiamento das obras de muros e portas, e estabeleceu tributos mais altos para a cachaça e o vinho. Porém, no mesmo ano, essa medida tributária foi suspensa, em virtude da questão religiosa, no que tange ao pecado e os danos causados ao patrimônio pelo uso do álcool. Segundo as recomendações do Governador, em 1640, realizaram-se vistorias feitas pela Câmara nos muros e portas, bem como a construção de novos baluartes e demolição de casas próximas dos fortes, além da demolição de quartéis vindos a reconstruir aos moldes holandeses. (FONSECA, 1971, p.54).

No governo do Marquês de Montalvão, os muros e portas tiveram maior zelo e, sob os cuidados de Francisco Teixeira de Lemos e Jerônimo de Miranda, reconstruíram braças de trincheiras e muros em volta da cidade, derrubada da abertura de portas e casas realizadas pelos moradores. Para a reconstrução, foi

utilizado ainda o auxílio dos habitantes do Recôncavo que “mandavam seus escravos ajudar nos trabalhos de construção das trincheiras da cidade.” (FONSECA, 1971, p.55).

Ao final do século XVII, com objetivo de evitar novos ataques pelos inimigos, os portugueses investiram na utilização de engenheiros militares vindos de Portugal, para a conservação e melhoramento de muros e portas. Esses investimentos eram realizados a partir de certa reserva financeira, para a execução de tais empreitadas. “O engenheiro Antônio Correia Pinto vem no governo de Alexandre de Sousa Freire (1667) encarregado de inspecionar e apontar os reparos nas fortificações.” (FONSECA, 1971, p.55).

De acordo com Fonseca (1971, p.56), em 1685 as fortificações estavam bastante danificadas mais pela ação dos homens que pela ação do tempo. As construções realizadas pelos holandeses encontravam-se muito negligenciadas, em função do descaso dos sucessivos governantes e pela degradação feita pela população que utilizava os muros como instrumentos de ampliação para suas moradas e aumento de quintais, bem com a abertura de portas ao longo do muro.

Esses fatores acarretaram grandes danos ao dispositivo defensivo da cidade. Além disso, todo o material de reconstrução dos muros era do reaproveitamento destas construções, o que de fato comprometia a estrutura defensiva. Como aponta Fonseca:

> Por isso mesmo, durante o governo do Marquês de Minas... por ordem de d’ El Rei vem a Bahia o engenheiro João Coutinho que tem o trabalho de estudar a nova defesa da cidade, pois esta já se havia expandido por fora dos muros, sem ordem sem normalização, por sobre as encostas e vales, prejudicando sobremaneira a construção de uma fortaleza em volta da povoação. O referido engenheiro, depois de vários meses de estudo, de levantamento da região concebeu um plano de defesa que expressa através de planta e memorial justificativo. Faz orçamento de toda a obra a realizar e sugere, entre outras coisas, os meios pelos quais devia a obra ser finalizada. Dos planos elaborados pelo engenheiro militar seiscentista conhecemos apenas dos documentos descritivos. (FONSECA, 1971, p.56).

João Coutinho, em seu parecer a respeito do muro da cidade, conclui que o muro deveria ser abandonado para construir outro, com dimensões maiores, visto

que a cidade já se encontrava expandida além dos seus limites (FONSECA, 1971, p.56). Como naquele período muitas das casas localizavam-se além dos limites cercados, sua sugestão foi a construção de nova murada. Entretanto, seu projeto não foi concretizado, pois João Coutinho percebeu que a população construía suas casas próximas das fortalezas, o que de fato impedia a defesa da cidade (FONSECA, 1971, p.56). Para ele, a topografia, muito desigual, de certo modo dificultava a instalação de trincheiras; além disso, as trincheiras eram constantemente danificadas pelos moradores que as utilizavam como material construtivo. A aglomeração urbana em volta do muro começou a dar sinais das transformações históricas no espaço urbano. Nesse sentido, Corrêa pontua que:

> [...] simultaneamente fragmentado e articulado e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais [e também] um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daqueles que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente[...]O espaço da cidade é também um condicionante da sociedade [...] O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução. (CORRÊA, 2004, p.8-9).

Assim, as transformações no espaço urbano decorrem das adaptações em suas novas funções e formas espaciais. Exemplo, disso foram as contribuições atribuídas a João Coutinho, no entendimento histórico urbano de Salvador, no que se refere ao estudo sistema defensivo criado por ele. Para Fonseca (1971), João Coutinho realizou um importante estudo estratégico e tático para Salvador, ao mostrar os possíveis locais de ataque dos inimigos e destaca a irregularidade topográfica da cidade, indo do mar, dique grande, até mais a frente das trincheiras existentes. (FONSECA, 1971, p.57).

Outro ponto de análise feita por João Coutinho foram as direção norte e sul da cidade. Ao norte da cidade, a existência dos fortes do Barbalho e do Santo Antônio Além do Carmo, em sua concepção eram insuficientes para a devida proteção da cidade. Por isso, aquela posição era necessária um fortalecimento. Na parte sul da cidade, onde existiu o forte de São Francisco (atualmente inexistente) e de São

Pedro, Coutinho entendeu que a cidade poderia ser acometida pelos inimigos, devido a sua fragilidade estratégica. (FONSECA, 1971, p.57-58).

Ao realizar um minucioso estudo estratégico da parte norte e sul da cidade João Coutinho estabeleceu uma lógica no sistema defensivo de Salvador, considerado “o ponto de partida para se dar início ao famoso projeto de defesa de Salvador .” (OLIVEIRA, 2004, p.98). Em seu projeto, que partiu da fonte do Gabriel, criou sobre o mar o baluarte de Santa Thereza, para fora das trincheiras, o baluarte da Piedade para apoiar o forte de São Pedro. Competiu ainda em seu projeto a construção de diversos baluartes como o de São Bento, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Palma, Nossa Senhora do Desterro e os de São Jorge (OLIVEIRA, 2004, p.70). Esses baluartes circundavam a cidade. Coube a João Coutinho os projetos dos fortes de Monte Serrat, Nossa Senhora do Carmo (Barbalho) e Santo Antônio. (FONSECA, 1971, p.58).

O Dique Grande, atual Dique do Tororó, consistia em um componente estratégico para o sistema defensivo, criado por ele até o final do século XVIII. A sua configuração do Dique Grande limitava o acesso à cidade pelo inimigo em diferentes pontos. A concepção de João Coutinho foi balizada aos moldes da Escola Holandesa de fortificar, ou seja, a lógica do represamento d’ água. (OLIVEIRA, 2004, p.69). Talvez por isso, atualmente, existam por parte de alguns historiadores a afirmação de que o atual Dique do Tororó seja um represamento executado pelos holandeses no período da sua ocupação em Salvador, o que de fato é um grande equívoco. O represamento feito pelos holandeses, o Dique dos Holandeses, hoje está canalizado pelo Rio das Tripas. (OLIVEIRA, 2004, p.68).

Considerando-se esses aspectos, nota-se a importância de Coutinho para a compreensão das atuais formas da cidade de Salvador. A sua importância enquanto estrategista para o sistema defensivo pode ser respaldada nas afirmações de Oliveira:

> O projeto deste engenheiro para as fortificações da cidade do Salvador, transcrito por ordem expressa do Rei no Livro de Transcrição da Carta Régia, é o documento de engenharia militar mais importante do Século XVII que conhecemos em relação à Bahia, não só pelas abalizadas observações do experiente Coutinho,

> como também pelos pareceres anexos dos mais importantes engenheiros do Reino. Na parte final do documento, o engenheiro faz um interessantíssimo estudo de viabilidade econômica do seu projeto, que demostra a sua cultura geral e conhecimento da realidade do Brasil, além da sua capacidade técnica como engenheiro militar. É um texto obrigatório para quem estuda a história urbana de Salvador, não obstante terem desaparecido as várias plantas que integravam o relatório. Grande parte dos projetos de fortificação da Cidade do Salvador feitos no Século XVIII, inclusive, o do Brigadeiro Massé, louvaram-se em observações e propostas de João Coutinho. (OLIVEIRA, 2004, p.98).

Coube ao engenheiro João Coutinho a proposta de transferência do Campo da Pólvora para um local menos habitado e mais próximo ao porto. A localidade ideal, para ele, foi onde se encontrava o antigo forte de São Francisco. (OLIVEIRA, 2004, p.71). Apesar de bem elaborado, seu projeto foi criticado por engenheiros da corte, pois era bastante caro. Assim, optam pelos estabelecimentos em torrão, como era de costume naquela época. Em suma, seu projeto, embora bem feito para o amparo estratégico de Salvador, nunca chegou, de fato, a ser realizado.

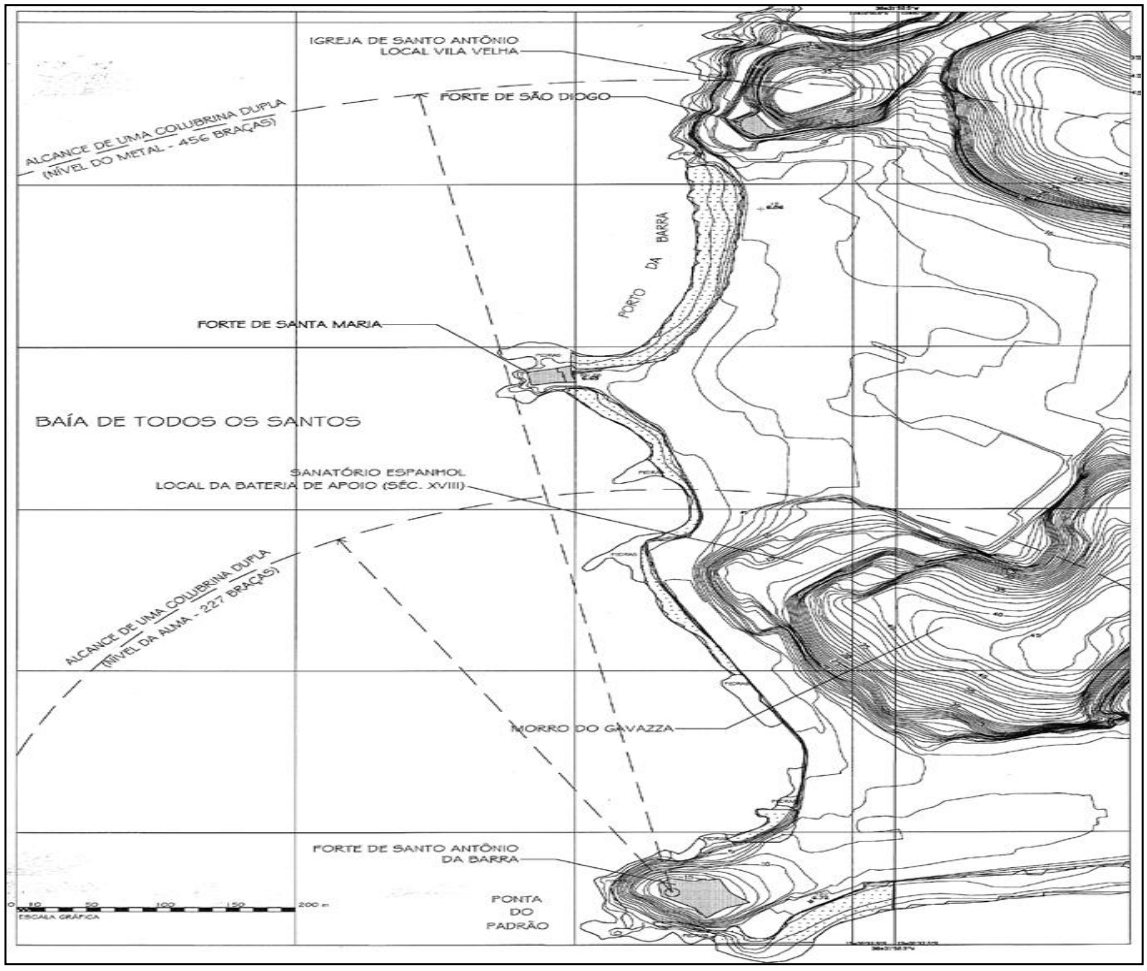
Outro importante engenheiro militar que elaborou de modo bastante sucinto a forma como a cidade deveria ser defendida pelo inimigo foi o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa, ao escrever o relatório chamado, “Extracto da fortificação desta praça da Bahia estado em q se acha, remédio de q neçeçita.“ (OLIVEIRA, 2004, p.72). O relatório faz uma análise crítica do muro que circundava a cidade e do material impróprio que foi empregado em sua construção, principalmente no que se refere a sua durabilidade frente aos intemperes provocados pela ação humana e da natureza. Pereira Costa faz séria crítica aos fortes de Santo Antônio da Barra, Santa Maria e São Diogo, criados para defender ao ataque inimigo e fechar o porto de desembarque. (OLIVEIRA, 2004, p.72).

O sistema de defesa do Porto da Barra foi estruturado na localidade na qual os holandeses desembarcaram em 1624. Foram edificados os fortins de Santa Maria e São Diogo. Em verdade, sua utilidade enquanto sistema defensivo “não somavam absolutamente em nada à defesa da Barra, indefensível pela própria geografia, mas dificultavam o desembarque em um porto muito cômodo, a antiga Camboa ou Gamboa da Vila Velha.” (OLIVEIRA, 2004, p. 195).

No que se refere ao forte Santo Antônio da Barra, a principal crítica feita pelo Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa diz respeito à privação de água potável e ausência de depósito para pólvora, inclusive critica a escolha do local, pois o mesmo tem próximo uma área mais elevada, o atual Morro do Gavazza, sendo esse mesmo entrave para o forte de Santa Maria e de São Diego. Quanto ao Forte São Diego estava construído em um local inadequado, pois logo atrás se localiza a Igreja de Santo Antônio da Barra, um possível alvo a ser vitimado. Esse fato pode ser comprovado através da observação das curvas de níveis representadas no mapa 2. O relevo mostra que os pontos mais altos dificultavam o sistema defensivo local, esses pontos eram considerados "padrastos[7]", ou seja, grandes empecilhos defensivos. (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

[7] Op.cit., p, 68. De acordo com Oliveira, padrasto é a posição mais elevada de uma fortaleza, de onde essa poderia ser atacada.

Mapa 2: Sistema defensivo da Barra, século XVIII



Fonte: Oliveira, 2008, p.93.

O Forte de São Marcelo, naquele período, dispunha de um torreão[8] central, que dificultava a artilharia. A situação em que encontrava-se o baluarte da Ribeira era de total inutilidade em decorrência dos aterros, em suas imediações, pois o mesmo não mais se localizava em uma pequena ilha. (OLIVEIRA, 2004, p. 72). Em seu parecer, o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa considerou o forte de São

---

[8] Op.cit., p, 183. Segundo Oliveira, os torreões eram elementos de defesa dos antigos castelos medievais, incorporadas a muralhas, de formas retas ou curvas, muito comuns na arquitetura militar que antecedeu o período das fortalezas abaluartadas.

Francisco (atualmente inexistente) inútil devido a sua pequena dimensão. Refere-se ao atual forte de Santo Alberto (forte da Lagartixa) como sendo construído de forma circular, ou seja, em forma de torre. Fato este que foi comprovado com a reforma realizada no final do século XX. (OLIVEIRA, 2004, p. 72).

Devido a sua pequena dimensão, o forte do Monte Serrat foi considerado por Miguel Pereira da Costa como sendo um fortim. Sua pequena dimensão é insuficiente para operar grandes artilharias e flanqueamento das cortinas. (OLIVEIRA, 2004, p. 72). Descreveu detalhadamente o forte de Santo Antônio Além do Carmo, com destaque para seu traçado arquitetônico, onde relatou o formato em quadrado e a existência de quatro baluartes em suas extremidades. Expôs que seu poder de fogo é ineficaz, pois se encontra um tanto distante do alvo. Essa afirmação foi também feita com relação à bateria da Praça do Palácio. (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

O Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa reconheceu que as portas de São Bento e do Carmo perderam sua principal serventia em função da expansão da cidade. Fez ressalva da importância do forte de São Pedro, pois o mesmo era entrada de acesso para o dique. O que mais tarde resultou em maiores atenções para esse forte, com a sua ampliação e importância estratégica. (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

Segundo Oliveira, o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa apontou ações imediatas a serem tomadas a partir do balanço feito sobre a situação de defesa da cidade. Por isso, propôs que construísse um forte entre o do Monte Serrat e do atual forte de Santo Alberto, pois considerou muito distante. Entretanto, ressalvou a necessidade de ampliação no forte do Monte Serrat. Afirmou que o projeto de João Coutinho ainda era válido para a cidade, vindo a ratificar a necessidade de certos materiais para construções mais adequadas, como por exemplo, base das fortificações feitas de pedra. (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

De acordo com Oliveira (2004, p.74), o relatório consta também que na construção dos fortes foram utilizados diversos materiais como taipa de pilão, tijolo e pedra. Ressalvou que o material empregado nas plataformas deveria vir de Portugal, uma vez o material aqui encontrado era de má qualidade. Defendeu

também que reformasse os locais de embarque, uma vez que era pelo mar que os inimigos chegavam. Propôs a manutenção no corte do mato próximo das trincheiras de defesa da cidade. Ao concluir o seu relatório, o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa destacou o estado de abandono que se encontravam os fortes e a necessidade de guardar a cidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 77).

A importância do Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa para a compreensão do funcionamento do sistema defensivo de Salvador ainda carece de maior atenção, pois o mesmo desempenhou grandes contribuições no projeto do Brigadeiro João Massé em conjunto com o Capitão Gaspar de Abreu, como revela Oliveira:

> [...] o papel do Brigadeiro João Massé foi sempre supervalorizado pelos historiadores. Na realidade, ele era um profissional competente e conhecedor do seu ofício, mas não podia ter proposto grande coisa em tão curto espaço de tempo sem conhecimento que os locais tinham da realidade. No caso da Bahia, o projeto proposto foi por ele assinado conjuntamente com o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu. Se observarmos o relatório de Miguel Pereira de 1710 e o memorial do projeto de defesa atribuído a Massé, vamos observar que alguns trechos do primeiro foram transcritos no segundo e muitas propostas de um e outro são semelhantes. Além do mais, todos eles se louvaram em muitas propostas de um e outros são semelhantes. Além do mais, todos eles se louvaram em muitos pontos, no projeto do Capitão Coutinho de mais de um quarto de século atrás. (OLIVEIRA, 2004, p. 74).

A afirmação que o projeto de João Massé teve coparticipação de Miguel Pereira e do Capitão Gaspar de Abreu se legitima à medida que se compara ambos os projetos e se verifica que “ algumas frases ou expressões são idênticas ao relatório de Miguel Pereira de 1710. O que demostra sua participação na redação.” (OLIVEIRA, 2004 p.74).

De acordo com Oliveira (2004 p.74), a cópia do projeto de defesa para a cidade de Salvador de 1716, com a consultoria de João Massé, demonstra que o projeto (planta 3) não foi executado totalmente, mas, muitos dos fortes da cidade do Salvador foram modificados, a partir do seu plano. Dentre os fortes, podemos destacar os de São Pedro, Santo Antônio da Gamboa, do Barbalho, de Santo

Antônio da Barra, Santa Maria e São Diogo, além do forte do Morro de São Paulo. Entretanto, as execuções desses trabalhos tiveram expressiva participação do então Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa.

Planta 3: Projeto de defesa para Salvador, 1716

Fonte: Oliveira, 2008, p. 30.

Em suma, a escolha do local para se construir uma cidade forte era condizente com a configuração topográfica para um sistema defensivo usado naquele período. O sistema de muros e baluartes perde serventia, quando esses não eram satisfatórios para o amparo defensivo. Assim, o sistema de fortes isolados foi implantado com a expansão da cidade para além dos muros, pois esses já não eram suficientes para defender dos ataques inimigos. O crescimento populacional contribuiu para essas mudanças, pois a população passou a ocupar os espaços fora do perímetro fortificado. Como aponta Fonseca:

> As muradas de torreão, feitas pelos holandeses, resistiam às injúrias do tempo, mas a negligência de alguns governadores alia-se ao

> desinteresse do próprio povo o qual aproveitava a muralha para erguer residência e outras vezes, as rompia para ampliar os quintais, fazendo assim verdadeiras portas, causando grande dano aos muros fortes da cidade. (FONSECA, 1971 p.56).

Assim, o sistema defensivo de Salvador foi conjugado pela Casa da Torre de Garcia d'Ávila e por outros redutos atualmente inexistentes, como o de Itapuã e do Rio Vermelho; os fortes do atual Bairro da Barra, São Diogo, Santa Maria e Santo Antônio da Barra; São Paulo da Gamboa, São Pedro, São Marcelo, forte de São Tiago, atualmente conhecido como Forte da Lagartixa, da Jequitaia, Santo Antônio Além do Carmo, Barbalho e Monte Serrat. O sistema de defensivo contava também com outros fortes que hoje já não mais existem.

O abandono do sistema defensivo para cidade de Salvador nos remete a diversos fatores. Em síntese, podemos destacar: as mudanças implantadas pelo Marquês de Pombal na transferência da capital para o Rio de Janeiro; o crescimento populacional, que repercutiu na expansão urbana de Salvador; o declínio econômico da produção da cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano e a descoberta do ouro em Minas Gerais, que afastavam recursos para esse novo investimento português para essa localidade.

A importância estratégica das fortificações de Salvador enquanto sistema defensivo, de fato, não teve significativa utilidade, em virtude dos diversos fatores assinalados anteriormente. Entretanto, seu valor para a compreensão da evolução urbana e referência na paisagem dessa cidade lhe confere importância no processo histórico e geográfico deste país.

3.2 AS TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DAS FORTIFICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR A PARTIR DO SÉCULOS XVI AO SÉCULO XIX

3.2.1 O Forte de Santo Antônio da Barra

O Forte de Santo Antônio da Barra é considerado uma das mais antigas construções da arquitetura militar do Brasil. Situado sobre um afloramento de gnaisse, sua primeira construção no local é de responsabilidade do governo de Manuel Teles Barreto entre os anos de 1583 e 1587, conforme aponta Campos (1940, p.79), a partir dos escritos de Gabriel Soares de Sousa.

Segundo Campos (1940, p.80), o primeiro relato sobre a eficácia defensiva do forte está exposto no Livro da Razão do Estado do Brasil, escrito por Diogo Campos Moreno (1609). “Por muitas vezes se tem advertido S. M. que os fortes de Santo Antonio, Itapagipe e da Água de Meninos não são de nenhum efeito, assim porque não defendem nada [...].” (ACCIOLI, 1923, apud CAMPOS, 1940, p.80).

De influência arquitetônica italiana, possui forma decagonal irregular, ao centro do terrapleno farol luminoso de seção cilíndrica construído no século XIX, em substituição da anterior do final do século XVII. (BAHIA, 1997, p.133). Sua defesa de fato era uma constante preocupação. “De fato, o forte não consegue impedir a entrada dos navios na barra, que se podem desviar em função da vastidão desta, da debilidade dos baluartes do forte e do reduzido número dos canhões.” (SOUSA, 1885 p. 174).

Outro importante depoimento do início do século XVIII a respeito de sua fragilidade tática e estratégica foi relatada pelo Engenheiro Miguel Pereira da Costa, apresentado por Oliveira:

> No q respita a fortes da marinha, o pr.^{o} entrando p.^{a} entrando p.^{a} esta B.^{a} he o de s. An.^{to} da barra (nomeandoos com o comum, impropriam.^{te} por fortes) em figura de dés lados, irregularíssimo, com seis ângulos salientes e quatro reentrantes, sem baluarte algum, nem caza capás p.^{a} pólvora; este forte está dominado de hum grd.^{e}

> padrasto q' lhe fica superior a tiro espingarda do qual se descobre toda a ária do d.ª forte e como aquelle se pode subir sem impedimento, por varias partes, ocupando este inim.º fica o d.º forte inútil; porq os artilheiros, e os defensores não poderão atuar o fogo inimigo: tambem não tem cisternas p.ª a agoa e lhe fica distante a de q' gastão. (OLIVEIRA, 2004, p.183-184).

Apesar de sua fragilidade aparente, visto que em toda área ao sul estava desprotegida, o forte desempenhava um importante papel, funcionava como local estratégico para a vigilância de qualquer movimento de embarcações em suas proximidades e alertava a cidade por disparos de canhão. Em 1624, sob o comando de Albert Schonten, o forte sofreu grandes investidas, pelos holandeses por 12 dias sendo ocupados pelos mesmos e reconquistado por Francisco Nunes Marinho. (OLIVEIRA, 2004, p.186).

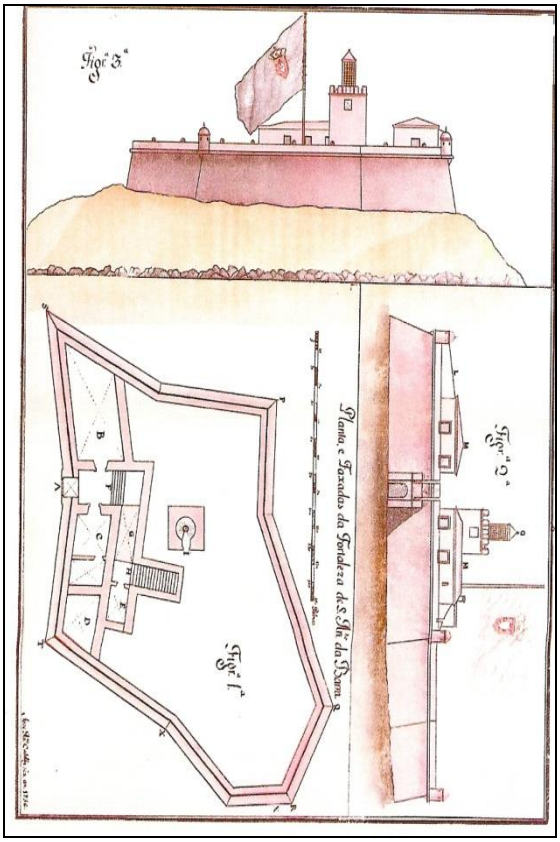
A partir da ocupação de 1624, constatou-se a necessidade de construir os fortes de São Diego e de Santa Maria, como reforço da enseada, com o objetivo de impedir o desembarque dos inimigos por via marítima. A partir do novo ataque holandês em 1638, sua utilidade ofensiva foi posta em prática em conjunto com o forte de Monte Serrat. (CAMPOS, 1940, p.83). No período após esses combates melhoramentos foram extremamente necessários, porém protelados devido ao auxílio mandado para Pernambuco para a construção do forte do Mar, justificando dessa maneira o atraso na obra de suas dependências. (CAMPOS, 1940, p.87).

Segundo Campos (1940, p.88), em 1666, Antônio da Silva Menezes foi promovido a comandar o forte, em conjunto com os demais, os fortes de Santa Maria e São Diogo, vindo esse a ser substituído por Francisco da Costa Coelho e em 1691 por Brás Biras. No governo D. João de Lencastro, o forte (planta 4) sofreu novas obras de reparos e adaptações, como atesta a lápide em sua entrada: "o muito alto e poderoso Rei D. Pedro II houve por bem ordenar a D. João de Lencastro, quando governou este Estado do Brasil, que mandasse edificar e acrescentar de novo esta fortaleza, em 1696." (BAHIA, 1997, p.133).

Nessa nova intervenção foi mantida a parte primitiva, devido à necessidade de proteção contínua contra os inimigos. Dessa forma, o cotidiano da vida militar podia continuar normalmente sem grandes alterações a partir da construção de uma nova na frente, bem estilo de adaptação português. Com a passar dos anos, reparos

e manutenções foram feitas. Entre os anos 1756-1801, foi eliminada a ponte levadiça e criada uma cozinha externa situada à direita da entrada, que foi demolida posteriormente. (CAMPOS, 1940, p.). Em 1809, foi realizado outro levantamento pelo Engenheiro Manuel Rodrigues Teixeira, e entre os anos de 1836-1839, foi construído o farol atual de base circular. (BAHIA, 1997, p.133).

Planta 4: Forte de Santo Antonio da Barra, 1758



Fonte: Oliveira, 2004, p.186.

A função defensiva do forte Santo Antônio da Barra, se de um lado pouco representou de fato essa função, por outro desempenhou grande importância enquanto farol luminoso como observa Oliveira.

> O farol que instalaram, ainda no Século XVII, para defesa dos navegantes contra os escolhidos e baixos daquela zona do mar demonstram que, mais do que a sua função bélica, sempre posta em dúvida, poderia ostentar aquela da segurança da navegação e da vigilância. Para isto, no fim do Século XVII, foi instalada uma torre-farol de base quadrada, que, por muito tempo, sobreviveu. (OLIVEIRA, 2004 p.187).

3.2.2 O Forte de Santa Maria

Situado na extremidade de uma pequena enseada no Porto da Barra, o forte de Santa Maria está implantado diretamente sobre um afloramento de rocha na porção sul da Cidade do Salvador. Segundo Campos (1940, p. 96), não se sabe com exatidão a possível data de sua construção. O autor aponta sua origem após a invasão holandesa de 1624, sendo sua construção executada no governo de Francisco Nunes Marinho ou no governo de Diogo Luís de Oliveira.

Sua hipótese fundamenta-se na tentativa de invasão em 31 de maio de 1930 da armada de Dirck Symonszoon van Uyteest, impedida pela existência de um novo fortim situado nas proximidades do forte de Santo Antônio da Barra. Na verdade, o autor ressalva que esse fortim poderia ser também o forte de São Diego, mas admite que a data de construção do forte de Santa Maria é posterior a 1624. (CAMPOS, 1940, p. 96).

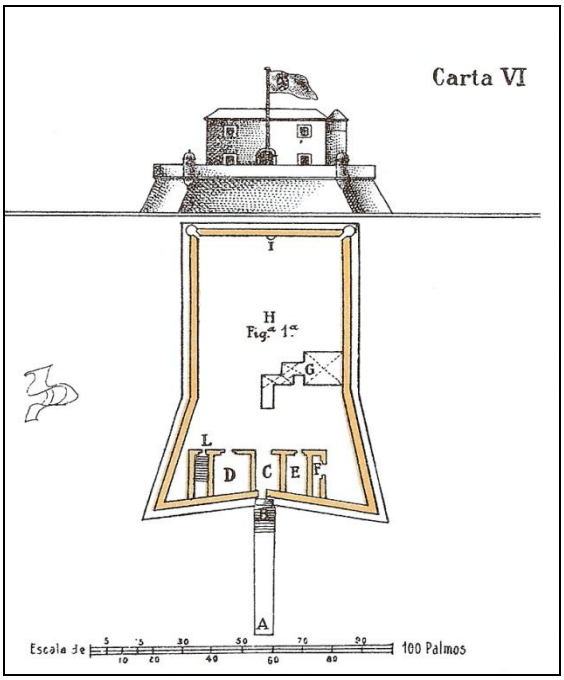
Em 1638, durante a segunda tentativa de invasão holandesa, já existiam os três fortes da Barra, sendo Paulo Coelho de Vasconcelos nomeado comandante dos três fortes, que perdurou até 1695. Entre os anos de 1694 e 1702, no governo de Dom João de Lencastre, os fortes de Santo Antônio, Santa Maria e São Diogo foram reconstruídos, dando-lhes a forma atual. (CAMPOS, 1940, p.97).

Segundo Campos (1940, p. 97), a reforma do forte de Santa Maria foi concluída em 11 de dezembro de 1694. Apresenta forma de heptágono irregular, tendo quatro ângulos salientes e três reentrantes. Sua arquitetura é do tipo italiano, como os demais da mesma época. O forte sofreu diversas alterações em suas dependências no século XIX, e conforme comparação com a reprodução de desenho das Cartas de Vilhena, do fim do Século XVIII (planta 5) , as alterações

foram na casa de comando, na ampliação do corpo de guarda, novas janelas e demolição na escada de acesso ao pavimento superior.

Segundo Bahia (1997, p. 135), no período entre os séculos XVII ao XIX, a fachada sul da casa do comando foi revestida de telhas, passando por um tratamento de impermeabilização, típico do período colonial. A fachada principal foi substituída por reboco imitando pedra.

Planta 5: Forte de Santa Maria, século XVIII



Fonte: Oliveira, 2004, p. 197.

De acordo com Sousa (1885, p.92), o forte em 1809 estava artilhado com dezoito peças, três das quais imprestáveis, assim como a fortificação, como um todo. O autor baseia-se no parecer do Brigadeiro José Gonçalves Leão, encarregado de propor reformas para defesa da península e do recôncavo. Durante

muitos anos serviu como depósito de boias do balizamento do porto, demonstrando assim que sua função defensiva coexistia com outra função.

O minucioso relatório Rohan faz a seguinte descrição:

> Está convenientemente reparado, sendo somente de notar que não existem plataformas, pelo que os reparos assentam sobre o mesmo solo do terrapleno, o qual, não sendo calçado com lajedos, e embora apresente uma superfície unida e regular, não oferece, contudo ao jogo do reparo a necessária resistência, e nem na declividade da superfície o conveniente modificador do recuo: entretanto este Forte está bom, e pode prestar os serviços que seus recursos permitem. (ROHAN, 1896, p.57).

Segundo Bahia (199, p.135), no período entre os séculos XVII ao XIX, a fachada sul da casa do comando foi revestida de telhas, passando por um tratamento de impermeabilização, típico do período colonial. A fachada principal foi substituída por reboco imitando pedra. As principais alterações na edificação foram realizadas em períodos diversos. De acordo com o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia elaborado pelo IPAC (1997), entre os anos de 1638 a 1882, o forte passou por obras de restauração e conservação geral e asseio.

3.2.3 O Forte de São Diogo

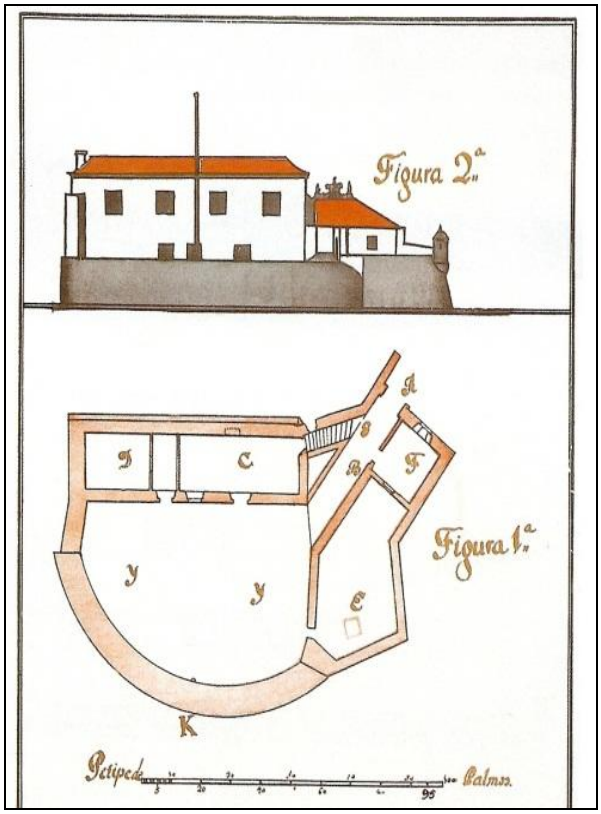
Situado sobre uma rocha na extremidade da enseada no Porto da Barra, o Forte São Diego teve sua origem, segundo Campos (1940, p. 100), de uma trincheira construída a mando do então governador Dom Diogo de Menezes e Siqueira. Sua função era atuar conjuntamente com os fortes de Santo Antônio e de Santa Maria, no impedimento de ataques inimigos vindos do lado sul da cidade. Sua ação enquanto ponto de defesa foi constantemente criticada, visto que sua localização encontra-se sob o morro, sendo necessário um reforço maior sobre sua construção, mais precisamente onde se encontra e Igreja de Santo Antônio da Barra.

O Forte de São Diogo, conjuntamente com os fortes de Santo Antônio e Santa Maria, tiveram significativa participação na defesa da costa durante a tentativa de desembarque de Mauricio de Nassau em 1638. Sua reconstrução deu-se em 1696

no governo de D. João Lencastro, apresentando-se pequeno e de muros pouco resistentes e baixos, sendo reedificado em 1704 no governo de D. Rodrigo. (CAMPOS, 1940, p. 101).

De acordo com Caldas, a planta e fachada do forte (planta 6) oferecia traçado de um meio circular, acompanhado de linhas retas, constituindo um ângulo reentrante. Sobre o terrapleno, eleva-se edificação de dois pavimentos abrigando as dependências de serviço, como cisterna, o quartel da guarnição e casa da pólvora. (OLIVEIRA, 2004, p. 198).

Planta 6: Forte de São Diogo, 1671.



Fonte: Oliveira, 2004, p. 198.

De acordo com Rohan (1896, p.51), as condições do forte de São Diego foram revistas no período Imperial, através do Relatório do Estado das Fortalezas da Bahia ao Presidente da Província, em 3 de agosto de 1863, dá-o como reparado. "[...] é este Forte de figura irregular, composto de seis lados retos e um curvo, à barbeta, cujo plano de fogo total é de 120 palmos. Monta cinco peças de calibre 24, foi reparado e se acha em bom estado." (ROHAN, 1896, p.51). Através desse relatório percebe-se que o forte ainda desempenhava uma relativa importância quanto à defesa da cidade.

3.2.4 O Forte de São Marcelo

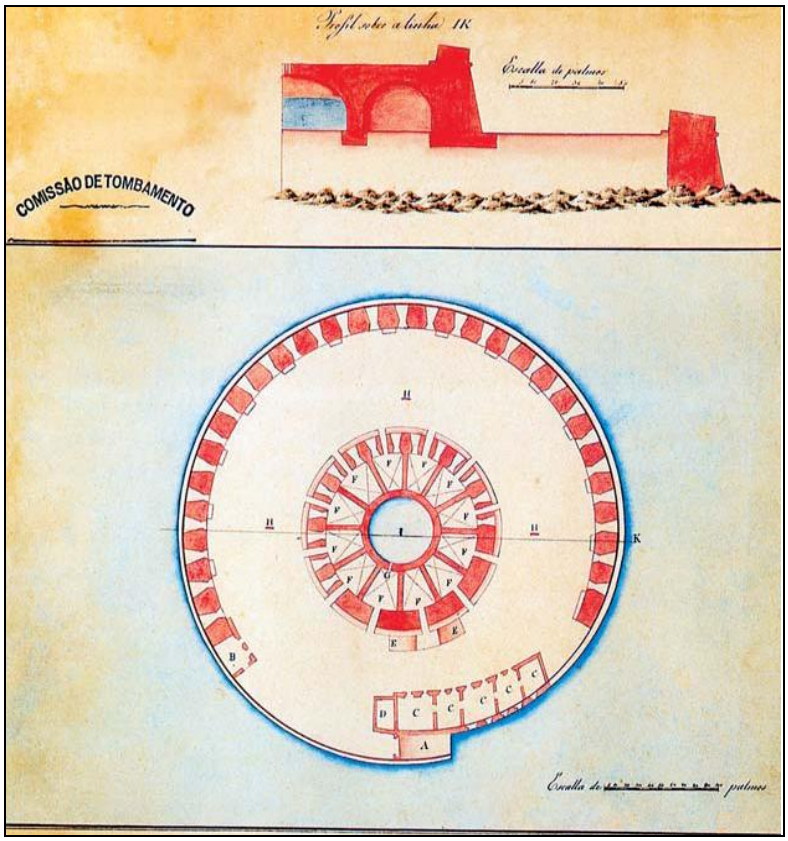
O Forte de São Marcelo, também chamado de Forte de Nossa Senhora do Pópulo, localiza-se em um banco de areia no meio do ancoradouro do Porto de Salvador, em frente à parte mais antiga da cidade. É hoje protegido da arrebentação das ondas pelo quebra-mar sul, distante do cais do porto por 300 metros. Segundo Campos (1940, p.53-54), sua origem tem controvérsia, pois seu traçado inicial é atribuído ao Engeiheiro-mor de português Leonardo Turriano, outros estudiosos no assunto, como Luiz Monteiro, atribui sua origem as plantas de Pedro Garcim.

É importante frisar que a construção provavelmente foi inspirada no Forte São Lourenço do Bugio, também de forma cilíndrica, localizado na foz do Rio Tejo, em Portugal. O início da construção do Forte São Marcelo foi após 1612, já que o aparece incorporado definitivamente no desenho da Planta da Cidade do Salvador, na Baía de Todos os Santos, em 1616. (OLIVEIRA, 2004, p.209).

Segundo Barreto (1958, p.174), em 1623, no governo de D. Diogo de Mendonça Furtado, foi concluída a primeira construção. Possuía, então, 19 peças de artilharia de variados calibres. No período da invasão holandesa de 1624, foi tomada pelos conquistadores. O Forte São Marcelo (planta 7) possui grande mérito arquitetônico, construído em cantaria de arenito até a linha d' água, sendo o restante em alvenaria de pedra e teto em abóbada de berço. De forma quase circular, é constituído por uns torreões centrais, envolvidos por um anel de altura idêntica, medindo 15 metros, formando por quartéis e terrapleno perimetral. (OLIVEIRA, 2004,

p.210). O Forte São Marcelo foi utilizado como prisão, tendo como prisioneiro Bento Gonçalves, chefe da Revolução Farroupilha e, ainda abrigou outros presos, como os envolvidos na Federação dos Guanaes, em 1833; na Sabinada, em 1838 e na Insurreição dos Malês, em 1835.(BAHIA,1997,p.138).

Planta 7: Forte de São Marcelo, 1759



Fonte: Revista da Cultura, 2007, p. 53.

3.2.5 O Forte de Santo Alberto

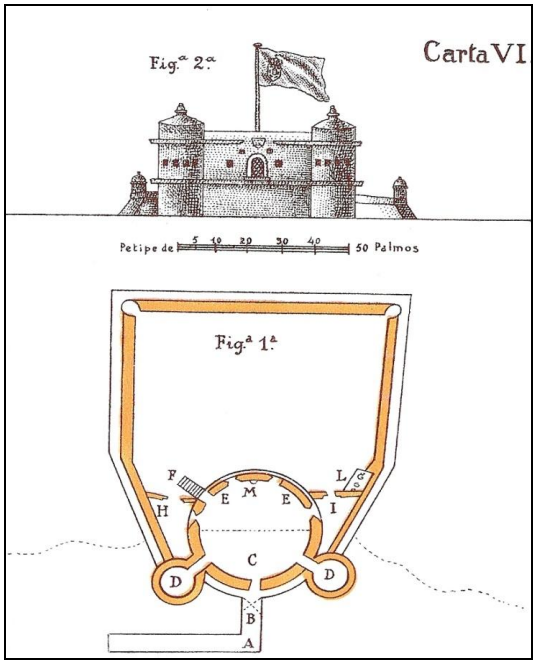
Mais conhecido como Forte da Lagartixa, o Forte de Santo Alberto está localizado entre a Avenida Jequitaia a Avenidas Frederico Pontes. Sua localização era em uma enseada, que foi aterrada com as obras do Porto, por isso era um importante elo de defesa da cidade. O Forte de Santo Alberto tem um importante valor histórico cultural, pois é o único dentre os demais que testemunha o seu formato original em torre, típico traçado medieval em sua dependência interna. Esse fato comprovou que a origem da cidade, contava com elementos tipicamente medievais, as torres[9]. A ilustração das Cartas Soteropolitanas de Vilhena, retirada de desenhos de Caldas (planta 8), mostra a antiga Torre de São Tiago, denominação anterior do Forte de Santo Alberto.

O forte de Santo Alberto teve uma importante participação no período da invasão holandesa de 1638, Barléu (1974, p.62) relata que "ocuparam os holandeses o forte de Santo Alberto, construído de pedra, o qual tinham os portugueses abandonado. Garantiu ele o nosso campo de ser sitiado e investido da banda da praia."

---

[9] Segundo Ramelli (1964, p. 281), as torres eram elementos de defesa no período medieval. Apresentava-se em três tipos: como redutos de castelos, flanqueando outras construções militares ou isoladas.

Planta 8: Forte de Santo Alberto, século XVIII



Fonte: Oliveira, 2004, p.192.

A ocupação naquele momento não favoreceu o domínio e consolidação do espaço territorial da cidade, pois os portugueses reagiram imediatamente contra os inimigos. Conforme Garrido (1940, p.92), sua edificação tinha por finalidade a defesa conjunta com o Forte de Santo Antônio Além do Carmo no ancoradouro e aguada do embarque em Água de Meninos.

No período da Independência do Brasil, o forte teve uma significativa participação nesse episódio ao autorizar um tiro de canhão para o embarque das tropas do Coronel Inácio Madeira de Melo. Em 1859, o Forte da Lagartixa foi visitado por Dom Pedro II, que remete o seguinte comentário a respeito da edificação:

> [...] antes de voltar para casa visitei os fortes de Jequitaia e de Lagartixa. No primeiro estão os artífices e no segundo o laboratório pirotécnico. [...] No forte da Lagartixa fazem-se cartuchos e espoletas

> para peças, havendo poucos trabalhadores e nenhuma máquina, que eu visse. (PEDRO II, 2003, p.163).

Para Campos (1940, p.118), o forte em 1855 era uma oficina de fogos, sendo que quatro anos mais tarde se encontrava desarmado sem qualquer serventia. Contudo, foi reparado posteriormente ao Relatório do Estado das Fortalezas da Bahia. Segundo Rohan (1896), em 3 de agosto de 1863, o forte encontrava-se com as seguintes características:

> [...] é de forma irregular (hexágono), cujas baterias com sete canhoneiras apresentam um plano de fogo de 290 palmos, montando sete peças, três de calibre 24 no lado da frente para o mar e quatro de 18 nos contíguos adjacentes.
> Acha-se em bom estado e pode ser considerado pronto; entretanto ressente-se da falta de plataformas para as competentes canhoneiras, cujas peças assentam hoje no mesmo solo do terrapleno, o qual, embora fosse aí nivelado e preparado de modo que parece consistente, não oferece, contudo a desejada resistência para o peso e movimento das peças, está ao mesmo nível não tendo, portanto o declive impediente do recuo.
> Um outro defeito resulta da atual estação do pau de bandeira no espaço que devia ser ocupado pela pilha de balas da peça vizinha, a qual, por semelhante motivo, estabelecida à direita da peça, impôs a mesma alteração em todas as outras; sendo assim que a regularidade e ordem do serviço devem sofrer pela posição das pilhas em ponto diversos do que compete ao soldado encarregado do serviço das balas cujo lugar como se sabe é à esquerda da peça respectiva. (ROHAN, 1896, p.51).

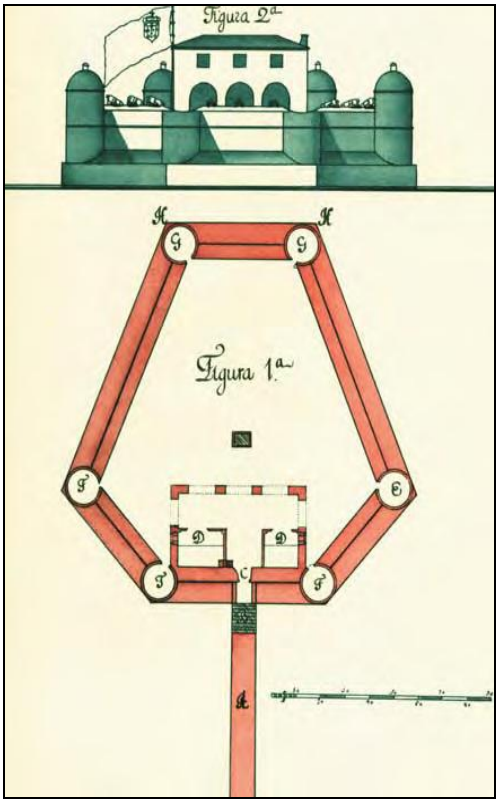
3.2.6 O Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat

Outrora denominado Castelo de São Felipe ou Castelo de Tapagipe, o atual Forte de Monte Serrat localiza-se na Cidade Baixa no atual bairro que leva o seu nome. O forte foi uma construção do ano de 1583 e concluído em 1742. Construído como um fortim, foi reformado ao longo dos anos, sendo dotado de um maior poder de fogo. Entre os fortes da cidade do Salvador, foi o que mais desempenhou um papel defensivo, pois teve importante participação no período da primeira Invasão Holandesa de 1624, apesar da conquista flamenga. Treze anos mais tarde na

Invasão Holandesa de 1638, foi atacado pela Sabinada de 1837. (CAMPOS, 1940, p.128-129)

Segundo José Antônio Caldas, em sua iconografia (planta 9), o forte apresentava “cinco arcos de corpo da guarda que se abriam para o terrapleno foram fechados e algumas divisórias internas modificadas.”(BAHIA, 1975, p.143). Em sua forma original, tinha ponte que se elevava como era de costume naquele período. Na parte superior ficava a casa do Comandante. (CAMPOS, 1940, p.125).

Planta 9: Forte de Monte Serrat, 1754



Fonte: Oliveira, 2004, p.189.

Segundo Oliveira, a história do forte é composta por controvérsias entre os diversos historiadores:

> Há uma nova divergência entre os historiadores sobre o que aconteceu no fortinho de Monserrate com a chegada de D. Fradique

> em 1625. Querem uns que, à vista da poderosa frota, os holandeses recolheram-se à Cidade abandonando-o, medida prudente e salutar. Aldenburgo diz que sua guarnição ainda atirou contra navios da esquadra luso-espanhola, retirando-se na noite seguinte, e os que queriam valorizar os efeitos portugueses, como Brito Freire, falam da tomada do fortim de surpresa. Onde abundam as bravatas, falece a verdade histórica. (OLIVEIRA, 2004 p.189).

Decorridos treze anos, em 1638, o forte foi novamente tomado pelos holandeses em sua segunda investida contra a Cidade do Salvador. No ano de 1654, no governo do Conde Castelo Melhor passou por grandes obras de reforma. Foi reedificado a mando do vice-rei André de Melo e Castro em 1742. Foi atacado pelos rebeldes da Sabinada e retomado um ano depois pela guarda imperial. De acordo com Garrido (1940, p.94), passou por melhoramento em 1883, no período da Primeira Guerra Mundial, foram realizadas restaurações. Como aponta em seu diário de viagem de 1859, o forte foi visitado pelo Imperador D. Pedro II, que registrou o seguinte comentário: “fui ao forte de Monserrate que jaz abandonado, tendo se picado a inscrição que existia sobre o portão." (PEDRO II, 2003, p.161. A pedido de Francisco Marques de Góis Calmon, governador da Bahia (1924-1928), em 1926, foram executadas novas intervenções a cargo do Ministério da Guerra. (CAMPOS,1940, p.124).

3.2.7 O Forte de São Pedro

Está situado em uma estrita faixa e alta faixa de terra compreendida entre a encosta que termina na Baía de Todos os Santos e o vale que separa os bairros da Garcia e Politema. A origem de sua construção é bastante controvertida, como aponta Campos (1940, p.125), para alguns autores, como o Inocêncio Munhoz de Araujo Góis, a primeira fortificação do local teria sido realizada pelos holandeses, no período da invasão de 1624, a partir de uma trincheira. Esse fato também foi respaldado pelo cronista Luiz dos Santos Vilhena, em suas Cartas Soteropolitanas. (OLIVEIRA, 2004, p.213).

Para outros autores, como Barreto (1958, p.178), foi construído no Governo de Diogo Luís de Oliveira (1626-1625). Cabe-nos a não entrar no mérito de sua

gênese, mas é fato que no ano de 1646, o então Governador Antônio Teles da Silva (1642-1647) mandou reconstituir a antiga trincheira em alvenaria de pedra e cal, com planta no formato de um polígono quadrangular, com baluartes pentagonais nos vértices em estilo Vauban. (OLIVEIRA, 2004, p.213).

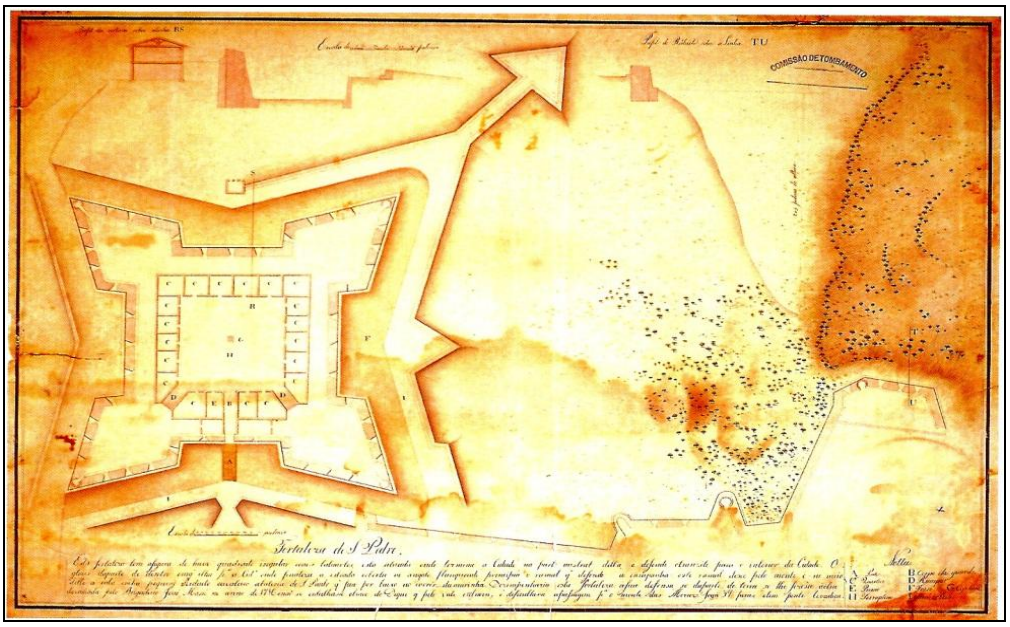
Em 1712, foi concluído o fosso e aplainado o terreno em volta, tendo sido para isto adquirida a “Roça do Carcereiro” pertencente ao Sargento Mor Francisco Fernandes de Lima. Segundo placa comemorativa, em 1723, foi inaugurado pelo Vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Dom Vasco Fernandes César de Meneses (1720-1735), mas houve reparos posteriores na estacada pelo Conde de Galveas. (SOUSA, 1885, p.170),

De acordo com Barreto (1958, p. 178-179), o forte de São Pedro nesse período estava guarnecido por:

> Um Capitão e três soldados artilheiros, sendo a sua artilharia aumentada para quarenta e três peças, cinco de bronze (duas de calibre 10 libras, duas de 8, e uma de 3), trinta e sete de ferro (dezesseis de calibre 24, quatro de 12, quinze de 8, uma de 6 e uma de 2), e um morteiro de bronze de 1/2. Cooperava com o Forte de São Paulo, com o qual se comunicava por meio de uma cortina. (BARRETO, 1958, p. 178-179).

A partir de 1773, foram levantados quartéis na esplanada e novos acréscimos sobre o terrapleno. Suas alterações atuais podem ser comparadas com as apresentadas por Vilhena, pois se verificam modificações nas rampas de acesso que foram eliminadas, a portada em arco pleno foi substituída por arco abatido. O fosso foi aterrado em grande parte e ocupado por construções do século XX. Através da planta 10, observa-se o perfil parcial do Forte de São Pedro e cortina de proteção que descia para a Bateria de São Paulo da Gamboa, elaborado entre o fim do século XVII ou início do século XIX. (OLIVEIRA, 2004, p.215).

Planta 10: Forte de São Pedro e Bateria de São Paulo da Gamboa



Fonte: Oliveira, 2004, p.215.

O Forte de São Pedro foi sede do levante militar de 1821 e da resistência da Independência de entre os anos de 1822 a 1823. Em 1827, passou por restaurações, vindo posteriormente a sediar aulas de matemáticas da guarnição e o curso de armas em 1829. Entre os anos de 1837 e 1838, foi quartel general da Sabinada, sob o comando do Tenente-coronel Sérgio Veloso. Em 1859, o Forte de São Pedro foi visitado por D. Pedro II, tecendo os seguintes comentários a respeito do estado de conservação do forte:

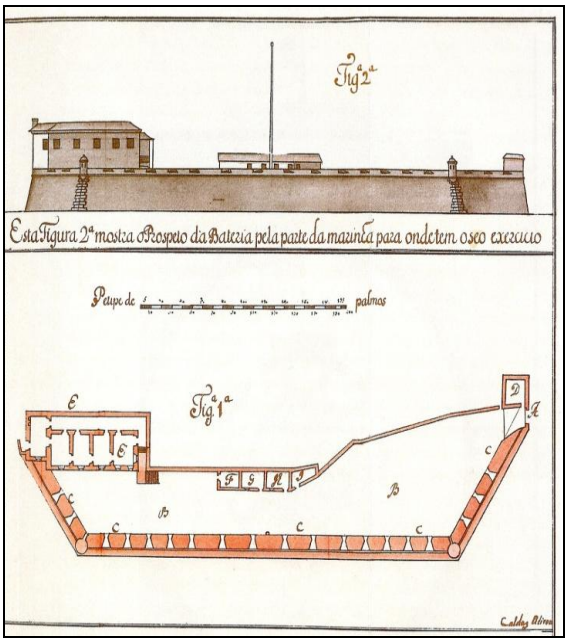
> [...] Fui ao forte de São Pedro ver a partida do 2º de fuzileiros. Os alojamentos de baixo são úmidos. A comida é boa, a escrituração parece bem feita, mas o calçado, ainda que melhor em geral do que o que vi na arrecadação do Corpo Fixo, não é bom, e o pano das calças impróprio, sendo os capotes de fazenda muito pouco densa. Os esgotos, quando venta sul, deitam muito mau cheiro perto dos respiradouros. Uma ala do quartel está em obras há muito tempo, e a cozinha um pouco longe dos alojamentos e devendo a comida vir 'sub jove' [ao relento]. Querem alojar aí a Guarda Nacional, mas não ficaria bem senão nos alojamentos do andar superior. A ponte do forte está toda arruinada. (PEDRO II, 2003, p.83).

3.2.8 O Forte São Paulo da Gamboa

Elaborado como plano de defesa da cidade por João Massé entre 1714 e 1716, o Forte de São de Paulo originou-se da necessidade de se estender até o mar, a defesa estabelecida pelo Forte de São Pedro. Em conjunto, fechavam a defesa do setor Sul de Salvador, cruzando fogos com o Forte de São Marcelo. (CAMPOS, 1940, p. 105).

Enquanto o Forte de São Pedro tinha a função de defender especialmente o lado da terra, o Forte de São Paulo tinha a função de defesa exclusiva do mar, por isso sua finalidade foi de apoio ao Forte de São Pedro. (OLIVEIRA, 2004, p.219). Segundo Campos (1940, p. 105), em 1722 teria sido sua inauguração realizada por Vasco César. Por não compor em seu entorno muralhas (planta 11), é considerado segundo a arquitetura militar uma bateria, como aponta José Antônio Caldas (1758) em sua iconografia representando a planta e elevação do forte. (OLIVEIRA, 2004, p.219).

Planta 11: Forte de São Paulo da Gamboa, 1758



Fonte: Oliveira, 2004, p. 218.

Durante o século XIX, o comando do forte aderiu à Sabinada (1837-1738). Foi visitado por D. Pedro II, em passagem pela Bahia, em 1859, que relata:

> [...] Segui para o forte da Gamboa. Tem 18 peças e oito praças de guarnição para as quais se pode dizer que não há alojamento. O vigamento está em risco de abater sobre uma das acomodações do forte. As peças só se podem carregar subindo os soldados o parapeito, estando algumas das carretas estragadas e demorando-se a remessa de tinta do Arsenal para pintá-las às vezes três, quando devem sê-lo de seis em seis meses. (PEDRO II, 2003, p.166-167).

Nota-se a preocupação de D. Pedro II em manter em condição de uso o forte, provavelmente para garantir certa segurança de um ataque posterior. Segundo Luis dos Santos Vilhena (1801), o forte possuía em 1775 dezenove peças de ferro de diferentes calibres, que foram mantidas até 1801. Também participou da Sabinada em 1837. Em 1875 foi instalado em suas dependências o canhão Armstrong, descrito por Campos (1940, p. 109) como de calibre 250 mm, pesando 13 toneladas, sendo a maior peça de artilharia existente na época no Brasil. No mesmo ano foram realizadas obras de reparo. Hoje o canhão encontra-se no Quartel do Exército da Mouraria. (OLIVEIRA, 2004, p.220).

3.2.9 O Forte do Barbalho

O Forte do Barbalho foi construído em terreno doado pelos frades do Carmo, de onde veio o seu primeiro nome de Fortaleza de Nossa Senhora do Monte Carmelo (ou do Carmo). Conjuntamente com o Forte Santo Antônio Além do Carmo, flanqueava a entrada pelo lado norte da cidade. O Forte Santo Antônio Além do Carmo dominava a encosta terminada no mar e o Forte do Barbalho ficava na localidade mais alta do Vale do Queimado, até onde existia um dos canais do dique representado pelos holandeses. (BAHIA, 1997, p.142).

Em 1638, Luís Barbalho Bezerra, militar pernambucano que, naquele ano, lutou na defesa da cidade, instalou trincheiras no platô que viria a ser ocupado pelo baluarte, temendo que os holandeses de Mauricio de Nassau superassem a primeira linha de defesa existente em Santo Antônio. (BAHIA, 1997, p.142).

O forte foi concluído em 1736, mas uma planta da cidade de Salvador de Massé (1716) dá sinais de sua existência com os contornos que hoje mantém, apesar das muitas reformas por que passou (OLIVEIRA, 2004, p, 225). Também aderiu à Sabinada, em 1837, e no ano seguinte resistiu à investida das forças imperiais. Foi declarado como superado em 1863, pelos integrantes da comissão Rohan:

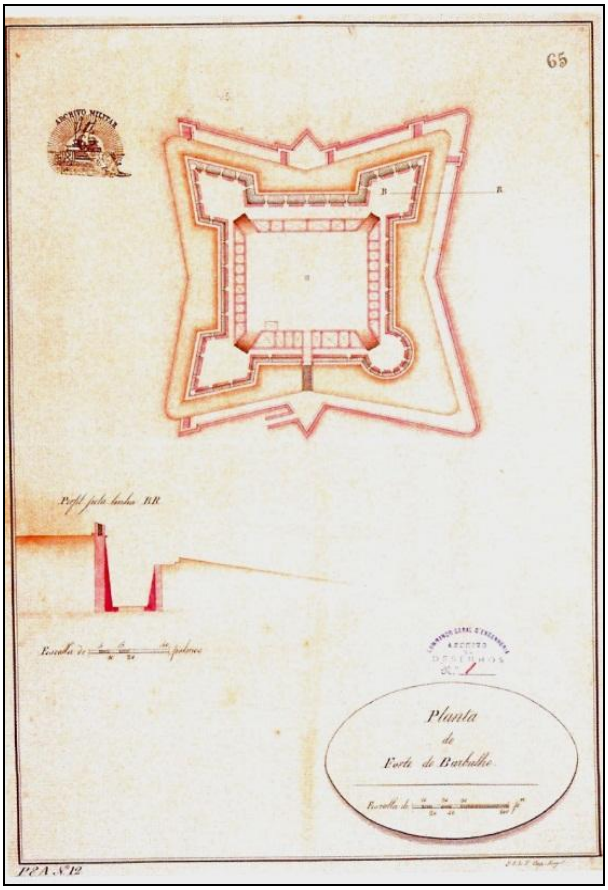
> [...] é um retângulo abaluartado, cujo perímetro de 2.370 palmos possui 41 canhoneiras. Suas muralhas apresentam fendas mais ou menos profundas em diversos pontos; suas canhoneiras estão arruinadas, e tudo o mais que diz respeito às obras que a constituem exigirão consideráveis reparações para que esta fortaleza adquirisse conveniente estado. Mas, cingida como se acha hoje de construções urbanas e sem valor algum para a defesa do porto desta cidade, me parece que de seve reputar completamente inutilizada como praça de guerra, e efetivamente está excluída de semelhantes foros desde bastante tempo e utilizada como prisão de condenados. Releva dizer que para os fins de sua atual utilidade não possui a fortaleza as precisas acomodações, e nem as condições de vida ali grosseiramente se aproximam das exigidas nos edifícios destinados a tal uso: além disso, a um lastimável abandono parecem [se] dever as suas deteriorações e falta de asseio. (ROHAN, 1896, p. 51, 62).

O forte do Barbalho possui formato arquitetônico de polígono quadrangular e sua singularidade está na forma de seus baluartes, três em forma de lança e um em formato arredondado, o que lhe confere certa particularidade arquitetônica na arte da arquitetura militar. A planta e corte parcial do Forte do Barbalho, feita por João da Silva Leal Teixeira (Planta 12), mostram a forma arredondada de um dos seus baluartes. Sua forma atual é decorrente de intervenções realizadas no século XIX e sua muralha estende-se por 520 metros, onde se acendem 40 troneiras[10]. (OLIVEIRA, 2004, p, 225).

---

[10] Troneira é uma abertura circular, cruzetada, numa muralha ou numa ameia, própria para receber artilharia leve, segundo Nunes(2005, p 35).

Planta 12: Forte do Barbalho, século XVIII



Fonte: Oliveira, 2004, p.229.

Em suas dependências também ficaram presos muitos dos escravos Malês do levante de 1835. (BAHIA, 1997.p.142). Teve como prisioneiros ilustres: oficiais franceses vindos de São Tomé em 1798; a família inglesa Lindley acusada de contrabando; o republicano Davi Targine; os Brigadeiros Carlos César Burlamaqui, Baccari e Egidio Gordilho. Aprisionou durante anos o professor Estanislou da Silva Lisboa, ao ser condenado pelo crime muito conhecido na época, com o crime da bala de ouro. (OLIVEIRA, 2004, p.228). Ao longo desses mais de três séculos e meio de existência, o Forte do Barbalho desempenhou vários papéis na história da Bahia. Foi usado como hospital para coléricos em 1855, para morféticos entre os

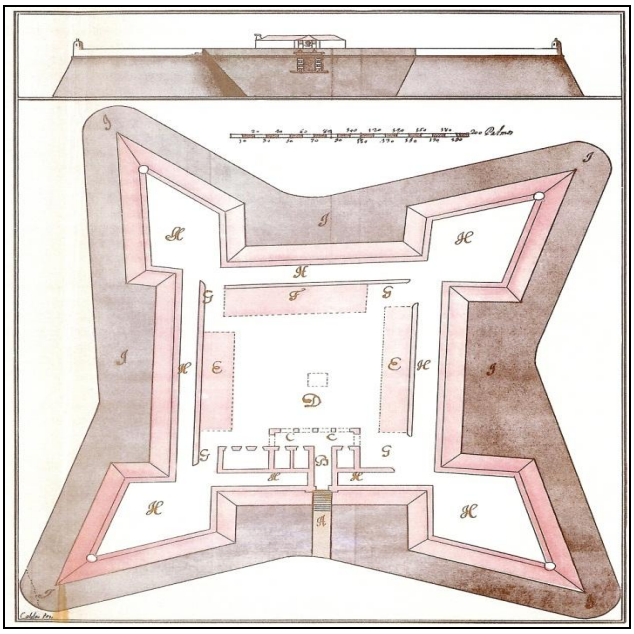
anos de 1863 e 1878 e para vitimas de varíola, entre 1885 e 1892. (BAHIA, 1997, p.142).

3.2.10 O Forte Santo Antônio Além do Carmo

O Forte Santo Antônio Além do Carmo teve sua construção iniciada no século XVII, após a expulsão dos holandeses em 1625, sendo antecedido por um conjunto de trincheiras. Para evitar outras investidas por parte dos holandeses neste lado da cidade, o governador Francisco de Moura Rolim (1625-1626) decidiu a mudança do sistema de defesa das trincheiras erguidas no local, por construção mais resistente e com canhões. Nos meados do século XVIII, foi representado (planta13) por Caldas com quatro baluartes em forma de lança. (CAMPOS, 1940, p.157-156).

Novamente, foi reerguido pelo Conde de Bagnoli, guarnecendo-o com peças de bronze. No reinado de D. Afonso IV, segundo registro lapídeo no forte, foi concluída a reforma por Francisco Barreto, em 1659. De acordo com Garrido (1940, p.90), em 1830, foi instalado pelo Ministério da Justiça, a cadeia da Correção. No período da Revolta dos Malês, foi de casa de detenção para os revoltosos e participou também da Sabinada em 1837.(CAMPOS, 1940, p.166).

Planta 13: Forte de Santo Antônio Além do Carmo, meados do século XVIII



Fonte: Oliveira, 2004, p. 222.

Em viagem pela Bahia, em 1859, Dom Pedro II descreveu as condições do forte da seguinte maneira:

> [...] a chamada Casa de Correção, que existe no forte de Santo Antônio, é sofrível e para uma das prisões desocupadas se mudaram proximamente, como lembrei, os presos das enxovias inferiores do Aljube. O registro está atrasado, mas o carcereiro desculpa-se com a doença do pai, a quem sucedeu, e muito trabalho, parecendo-me vivo. (PEDRO II, 2003, p.170-171).

De acordo com o relatório Rohan, em 1863 o forte encontrava-se nas seguintes condições:

> Está assentada na borda O da montanha em que repousa a parte alta desta Cidade, ao lado S do largo de Santo Antônio Além do Carmo, apresentando ao mar a face esquerda da entrada.
> É um retângulo abaluartado irregular, à barbeta e com um plano de fogo de 1.900 palmos. Tem algumas ruínas, o fosso da entrada entulhado e os mais arrendados a particular, que os aproveita com plantações diversas. (ROHAN, 1896, p.51).

3.2.11 O Forte da Jequitaia

O Forte São Joaquim da Jequitaia foi último a ser construído na cidade do Salvador. Sua construção é do começo do século XIX, mais precisamente no ano de 1817, na gestão do Conde dos Arcos. As interferências realizadas pelo Conde dos Arcos na cidade do Salvador e no interior foram significativas nesse período. Seu projeto teve por finalidade mudar o centro administrativo da cidade, ou seja, transferi-lo para o extremo norte. Para isso, seria necessário abrir um canal de cabotagem, ligando o atual Largo do Papagaio à praia da Jequitaia. (OLIVEIRA, 2004, p.247).

As embarcações derivadas do Recôncavo pesqueiro não teriam grandes transtornos como os utilizados na época, visto que a ponta do Monte Serrat, que até hoje em maré alta não é apropriada para o embarque e desembarque. Por isso se faziam necessárias intervenções no local. (OLIVEIRA, 2004, p.247).

A justificativa para a construção de um forte nessa localidade se fundamenta no serviço de proteger as embarcações de passagem por essa localidade. De acordo com Campos (1940, p.120), a necessidade de defesa na praia do Noviciado ou Jequitaia se fez indispensável, pois existia certa distância entre o Forte do Monte Serrat e o forte de Santo Alberto, para a defesa marinha daquela localidade. “Essa brecha sem cobertura sempre foi uma preocupação dos estrategistas da defesa da cidade” (OLIVEIRA, 2009, p.174), justificando assim sua construção.

A única participação do Forte da Jequitaia em um confronto bélico ocorreu de fato no advento da Sabinada (1837-1838). O forte foi tomado pelos revoltosos durante grande parte do confronto, sendo retomado com o auxílio do 7º batalhão de Infantaria de Pernambuco, que, ao ocupar suas dependências, deflagrou fogo contra outro local sitiado pelos rebeldes, o antigo quartel de São Joaquim (BAHIA,1997,p.139). Outro importante envolvimento do forte foi na Revolta dos Malês, em 1835, quando o forte foi saqueado por negros em buscas de armas, como aponta Araújo :

> Há registros da apreensão de armas de fogo em mãos de negros, situação não tolerada em uma sociedade escravista. A primeira

> ocorrera no Forte da Jequitaia, quando foram presos alguns “pretos” que de lá retiravam armas em um barco. O *Correio* teve a preocupação de afirmar que a quantidade de armas subtraídas não foi de 200, como havia sido difundido, mas apenas de algumas poucas armas velhas. Mas dava como certo que a finalidade era promover uma insurreição de escravos. (ARAÚJO, 2009, p.117).

As suas condições físicas foram vistas pelo Imperador Dom Pedro II, relatadas no seu diário, em 1859:

> [...] antes de voltar para casa visitei os fortes de Jequitaia e de Lagartixa. No primeiro estão os artífices e no segundo o laboratório pirotécnico. Os artífices [sob o comando do Capitão Albino Adolfo Barbosa de Almeida] estão mal alojados, porque a abóbada deixa passar água por causa do terraço asfaltado que tem por cima, e nas grandes marés e ressaca, a água invade o dormitório que lhes serve para tudo, sendo as camas como as da cavalaria. Os gêneros vêm do Corpo Fixo de 15 em 15 dias; mas o açúcar e o arroz não me parecem bons, como os achei no Corpo Fixo. O armamento e correame, com exceção das armas arrecadadas, estão limpos, mas são já bastante antigos. Há a mesma queixa a respeito dos sapatos, e os capotes azuis são ralos. O xadrez é mau, principalmente o de cima, abobadado, onde estão os soldados de correção, por acanhado demais e falto de ar. Os artífices dão guarda para o forte e para o arsenal onde trabalham, vencendo gratificação além do soldo. Há por tudo 84 praças militares no forte. (PEDRO II, 2003, p.163).

No relatório Rohan, de 1863, consta a seguinte observação a respeito das condições físicas do forte:

> [...] é um quadrilátero com o desenvolvimento próximo de 78 braças, das quais formam o plano de fogo 327 palmos, montando 11 peças, sete de calibre 24 e quatro de 18.
> Suas construções estão reparadas e bem conservadas; mas cumpre observar que o plano, todo lajeado e bem construído, em que se movem os reparos, além da sua escassa largura (26 1/2 palmos) é superior ao nível de terrapleno, formando um degrau de dois palmos de altura, e não tem a declividade própria; donde resulta que o serviço da colocação das peças em bateria deverá ser penoso e difícil no caso em que os reparos saltem fora da plataforma com a impulsão do recuo, o que, aliás, a pouca largura desta permite prever.
> Conviria, pois fazer-lhe as reparações que a devem corrigir. (ROHAN, 1896, p.51).

Conforme Campos (1940, p.123), em 1875, o forte passou a ser laboratório pirotécnico e também residência dos operários. Em 1888, instalou-se a Companhia de Operários Militares. O Forte da Jequitaia teve suas dependências utilizadas também pelo General Cláudio do Amaral Savagel, na ocasião da Guerra de Canudos, e posteriormente serviu de enfermaria para os saldados envolvidos naquele conflito. Em 1869, foi considerado inoperante, pelo fato de ser pouco elevado e por isso facilmente abatido. (CAMPOS, 1940, p.124).

Em síntese, ao logo dos séculos, as fortificações passaram por diversas mudanças arquitetônicas (na forma) e funcionais, para atender as novas necessidades sociais, políticas e econômicas. As primeiras transformações atenderam à demanda da nova estratégica defensiva no que tange à evolução das armas e posteriormente o crescimento urbano de Salvador, que careceu de espaços além dos limites do perímetro fortificado.

A manutenção do sistema defensivo de Salvador, desde o início, mostrou-se fragilizado, em virtude de vários fatores já citados anteriormente, entretanto a existência das fortificações até os dias atuais se justifica em virtude das novas funções adquiridas no decorrer dos séculos. “As permanências também são numerosas e vão desde as formas urbanas sobreviventes à cristalização de áreas que se tornaram afluentes.” (VASCONCELOS, 2002, p.19).

As fortificações contribuíram com a forma radioconcêntrica nos primeiros anos de sua existência, como consequência determinaram ruas e avenidas que até hoje fazem parte da cidade. Há exemplo disso, temos no atual bairro do Barbalho as ruas Emídio dos Santos e Aristides Ático que foram construídas a partir dos limites do Forte do Barbalho, assim como a rua Visconde de São Lourenço e rua Newton Prado, feitas por meio do limite do Forte de São Pedro.

Das antigas tricheiras, fortins ou torres, as fortificações foram, ao longo dos séculos, desempenhando muitas funções como: presídios, quartéis, hospitais, centro social, museu e até mesmo local de moradia, como é o caso atual do Forte de São Paulo da Gamboa. Entendemos essas transformações através das reflexões de Abreu (1994):

> devemos considerar as cidades como acumulação de tempo. Mas isso não basta. É preciso também que reconhecemos que os

> processos sociais que ocorrem no presente das cidades, e que dão sentido às formas que ali estão precisam - eles também ser inseridos em múltiplas escalas temporais. (ABREU, 1994, p.97).

Por isso, as fortificações são exemplos de espaços que sofrem mudanças conjunturais a partir uma necessidade social, acumulando histórias e processos, pois, como aponta Dolfuss (1978, p.121), “ o espaço geográfico se acha impregnado de história”, e essas transformações do espaço ocorrem em um dado período de tempo, com os quais de materializam no espaço.

3.3 OS FORTES DESAPARECIDOS

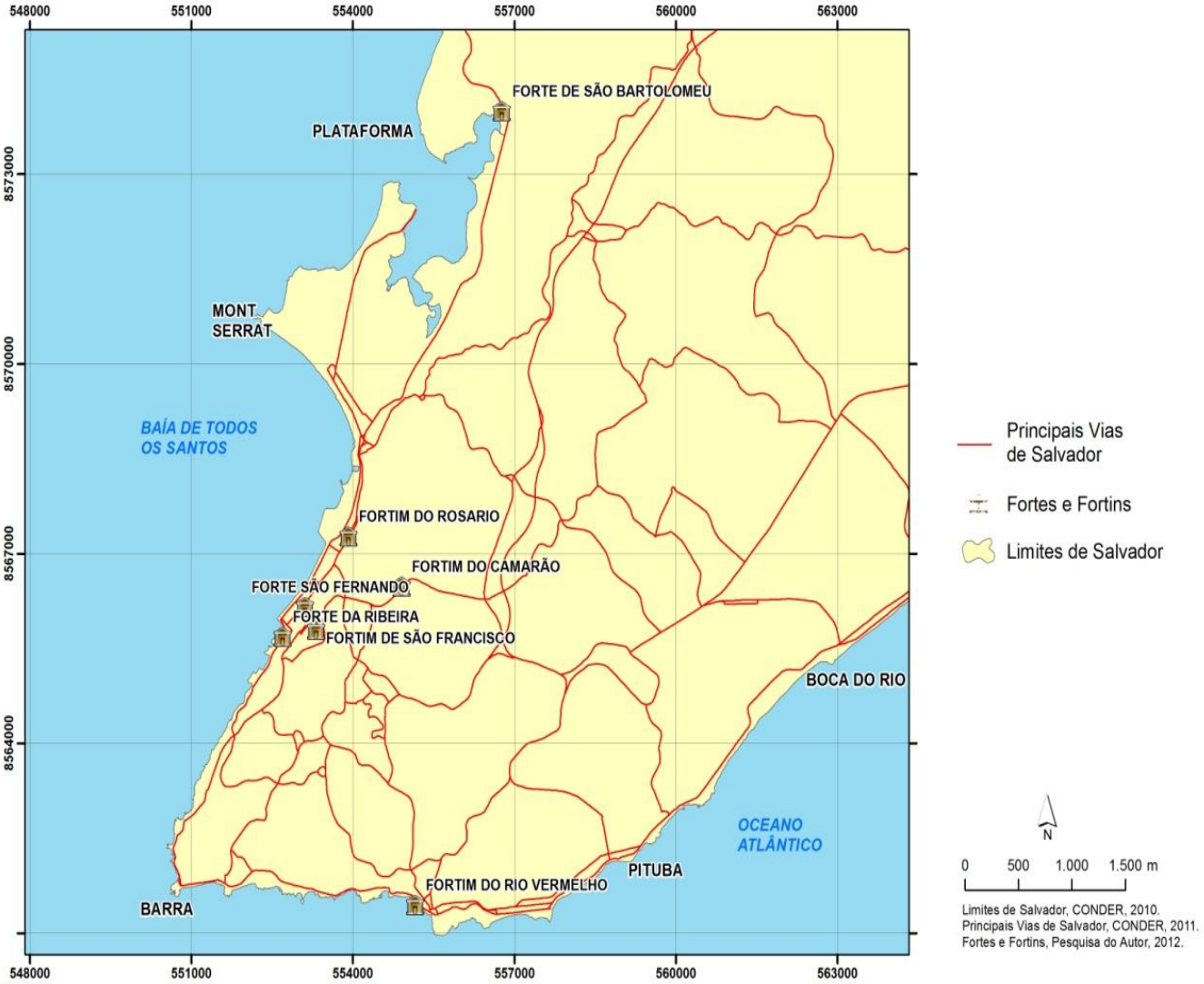
A princípio de bases primitivas feitas “de taipa pilão que o tempo se encarregou de levar para o domínio do esquecimento, não só porque a taipa pode ser uma técnica de construção efêmera, quando não executada com determinados cuidados [...]” (OLIVEIRA, 2004, p.174), as torres tiveram papel relevante no traçado das fortificações de quase todo o século XVI, principalmente no período das Capitanias Hereditárias. O seu desaparecimento deu-se em função do desenvolvimento das armas de guerra, por isso foram destruídas e substituídas pelos sistemas de forte. Além da substituição, muitos deles foram arruinados com o tempo ou demolidos para ocupação de outros estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2004, p. 174).

Um dos mais respeitados estudiosos das fortificações primitivas, Luís Monteiro da Costa fez uma análise detalhada das fortificações desaparecidas. As principais conclusões foram as seguintes: o Baluarte da Ribeira de Góes não localizava-se próximo à antiga Igreja da Conceição, como apontavam Teodoro Sampaio, Alberto Silva e Edison Carneiro sua localização era nas proximidades do atual Plano Inclinado Gonçalves, no Comércio em frente ao Forte de São Francisco. (OLIVEIRA, 2004, p. 178).

O levantamento realizado a respeito das primeiras fortificações por Monteiro Costa, aponta que Teodoro Sampaio destacou quatro baluartes voltados para a terra: o de São Tomé, na porta de Santa Luzia; um a nordeste; outro no Beco das Vassouras, mais tarde conhecido como Beco do Mocotó; e o quarto na depressão onde se localiza atualmente a Igreja da Barroquinha. (OLIVEIRA, 2004, p. 178).

Segundo Oliveira (2004, p. 232-245), os principais fortes e fortins desaparecidos foram: Forte de São Bartolomeu da Passagem; o Forte da Ribeira; o Forte de São Fernando e os fortins de São Francisco, Rosário e Camarão (mapa 3) Os principais fatores responsáveis pelo desaparecimento de algumas fortificações foram: o intemperismo, devido ao material empregado em suas construções; falta de cuidado das administrações; o crescimento urbano; a falta de sensibilidade e de consciência da importância de preservar a memória nacional.

Mapa 3: Localização dos fortes e fortins desaparecidos na cidade de Salvador, 2012.

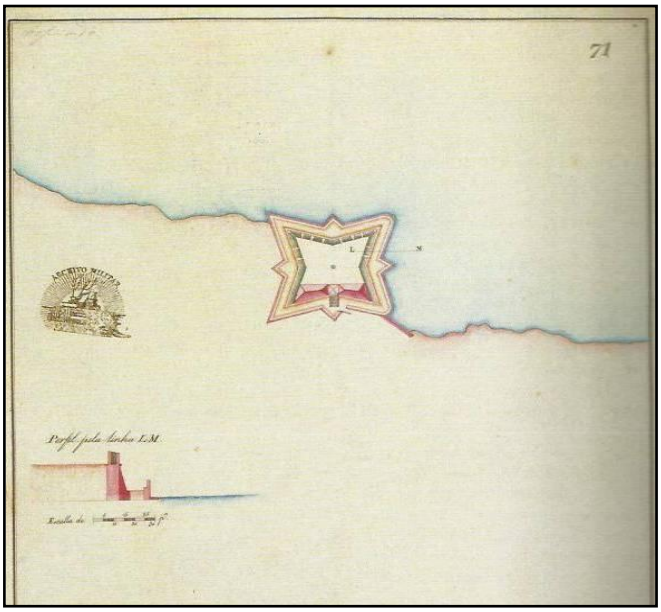


Fonte: CONDER, 2010 / Pesquisa de campo.

3.3.1 O Forte de São Bartolomeu

De acordo com Oliveira (2004, p. 235), o Forte de São Bartolomeu da Passagem situava-se no Esteiro de Pirajá, de grande relevância naquele período, sendo um dos mais antigos e imponentes para o sistema defensivo de Salvador. Denominava-se de Passagem pelo fato de que no local passava uma estrada em direção ao Sertão. O forte sofria, constantemente, sérios problemas construtivos, sendo necessários inúmeros reparos. O principal motivo desses encalços era pelo fato de não ser construído em rocha como os demais. O modelo estrelado (planta 14) foi muito divulgado durante o século XVII, sendo realizadas obras construtivas em outras partes do Brasil. No século XVIII, esse modelo ainda era utilizado, porém, para construção de fortins, considerados fortificações passageiras ou transitórias. (OLIVEIRA, 2004, p. 235).

Planta 14: Forte de São Bartolomeu, século XVIII



Fonte: Oliveira, 2004, p. 236.

Em 1624, o Forte de São Bartolomeu foi ocupado pelos holandeses. Sua posição estratégica era importante, pois abastecia o que vinha do mar. No período Imperial, foi tomado pela Sabinada, sendo muito danificado nesse confronto. Em 16 de março de 1884, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda sua demolição, para a utilização do seu material na ponte da Alfândega, entretanto sua importância histórica impediu naquele período, a sua demolição. (OLIVEIRA, 2004, p. 238).

Campos (1940) resgata informações relevantes a respeito das transformações e permanências no forte, além das mudanças espaciais ocorridas na Cidade Baixa através de Vilhena:

> [...] defendia com seis peças, cujos tiros podiam atingir a margem oposta, nas direções de norte e nordeste, pelo poente ficava-lhe o porto de Itapagipe de Cima, ao qual flanqueava com duas peças: pelo nascente lhe corria quase de norte a sul a deliciosa, – se-lo-ía naquele tempo ... – praia do Papagaio margem de um lanço de mar, o mais pacífico que se pode imaginar, e paragem assaz pinturesca e deleitável, não só em virtude das muitas fazendas e casas de recreio que bordavam a dita praia, como também pelas muitas ilhotas, que pontilhavam o estuário. Do lado do sul por fim ficavam inúmeras roças, maiores ou menores em terreno plano, arenoso e alagadiço, através do qual se podia facilmente atacar e tomar a praça de guerra. Podia esta, ainda, ser bombardeada dos altos que se erguem na riba oposta do lagomar. (VILHENA, 1921, p.495 apud CAMPOS, 1940, p.257).

O relato de Vilhena mostra como atualmente a Cidade Baixa foi modificada, pois não existem atualmente ilhotas nem o estuário do rio São Bartolomeu. As transformações históricas que espaço urbano sofreu naquele período, estavam atreladas aos processos sociais que impulsionaram tais mudanças. A respeito disso, assinala Côrrea:

> [...] a expressão espacial de processos sociais e também um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. [...] O espaço da cidade é também um condicionante da sociedade [...] O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenhadas na reprodução das condições de produção e das relações de produção. (CÔRREA, 2004, p.8-9).

Ainda concernente aos estudos de Campos (1940), o mesmo explica que o forte “em 1863, encontrava-se em completo estado de eversão, abandonado fendidas as muralhas em diversos pontos.” (CAMPOS, 1940, p. 261). Sua demolição ocorreu em 1903, pelo Intendente José de Carvalho. (OLIVEIRA, 2004, p. 239).

3.3.2 O Forte do Rio Vermelho

O Forte do Rio Vermelho (planta 15) teve sua origem como sinalizador da presença de barcos que se dirigiam do norte para a Baía de Todos os Santos. Segundo Oliveira, “esta trincheira de terra não deveria ser fortificação expressiva, porque não foi arrolada por Bernardo Ravasco, em 1660.” (OLIVEIRA, 2004, p. 239). Sua forma deve ter sofrido diversas alterações, pois a ação do intemperismo climático no local era intensa. No início do século XVIII sofreu restauração sob a administração de D. Rodrigo da Costa. (OLIVEIRA, 2004, p. 239).

Planta 15: Forte do Rio Vermelho, final do século XVIII

Fonte: Oliveira, 2004, p. 240.

Em 1711, foi determinado que fosse limpo a cada dois dias em seus parapeitos, em virtude da estadia do Coronel. Segundo as ordens recebidas ao Sargento-mor Inácio Teixeira Rangel, as casas que prejudicavam o poder defensivo do Forte deveriam der demolidas. (OLIVEIRA, 2004, p. 239). Segundo Caldas (1951), em 1759 as condições do forte eram as seguintes:

> Este Reduto re de terra, e estâ arruinado instituiose para impedir algum desembarque, que hum ponto pequeno,que ahi há,se podese fazer. As pesas que nele existem estão no chão,e a sua palamenta se guarda em hua' caza vizinha,e não há de que se tire planta. Tem sinco pesas de ferro estado que já dise:48 balas de Artilharias , 2 coxarras, hum soquete; 3 sacatrapos 4 espeques,4 pes de cabra e 5 arrobas de de bala de chumbo miúda e 13 livras. (CALDAS, 1951, p.383).

Em 1860, através das fotografias de Benjamim Mulock, as muralhas do forte ainda encontravam-se no local. (OLIVEIRA, 2004, p.240). Campos (1940, p.211) descreve sua situação como um equipamento como arruinado:

> Há uns trinta anos atrás via-se no recinto do reduto um maciço de cimento sobre o qual descansava por enfeite velha e enferrujada peça de artilharia dos tempos coloniais, apontada para o mar. Desapareceu.
> Como quase todas as fortificações baianas, passou esta aos cuidados do Ministério da Guerra para os da Fazenda Nacional por ato de 21 de abril de 1937. (CAMPOS, 1940, p.113).

Em relação ao forte, Talento (1999) ainda pontua:

> O Exército passou o baluarte para a Fazenda Nacional no início desse século. Até os anos 50, as muralhas resistiram, servindo de local para brincadeiras das crianças, compondo a paisagem com belos casarões coloniais do Rio Vermelho.
> Mas, em 1953, com o pretexto de construir no local uma praça em homenagem à cantora e atriz Carmem Miranda, que estava no auge da fama, o prefeito Osvaldo Gordilho mandou demolir as muralhas do nível das ruas. A praça nunca foi feita. Então, a paróquia do bairro conseguiu a permissão para erguer ali a nova matriz do Rio Vermelho, pois a antiga, construída na primeira metade do século XIX, tornara-se pequena demais para os fies. Em troca, os paroquianos permitiriam a demolição da igreja antiga, o que nunca foi feito.

> Coube ao engenheiro Celso Oliveira, a pedido do padre Antônio da Rocha Vieira, construir a nova igreja inaugurada em 1967. (TALENTO, 1999, p.97).

Hoje, apenas resta parte do seu muro e a maior de sua estrutura serve de base para a atual Igreja de Nossa Senhora de Santana no Rio Vermelho.

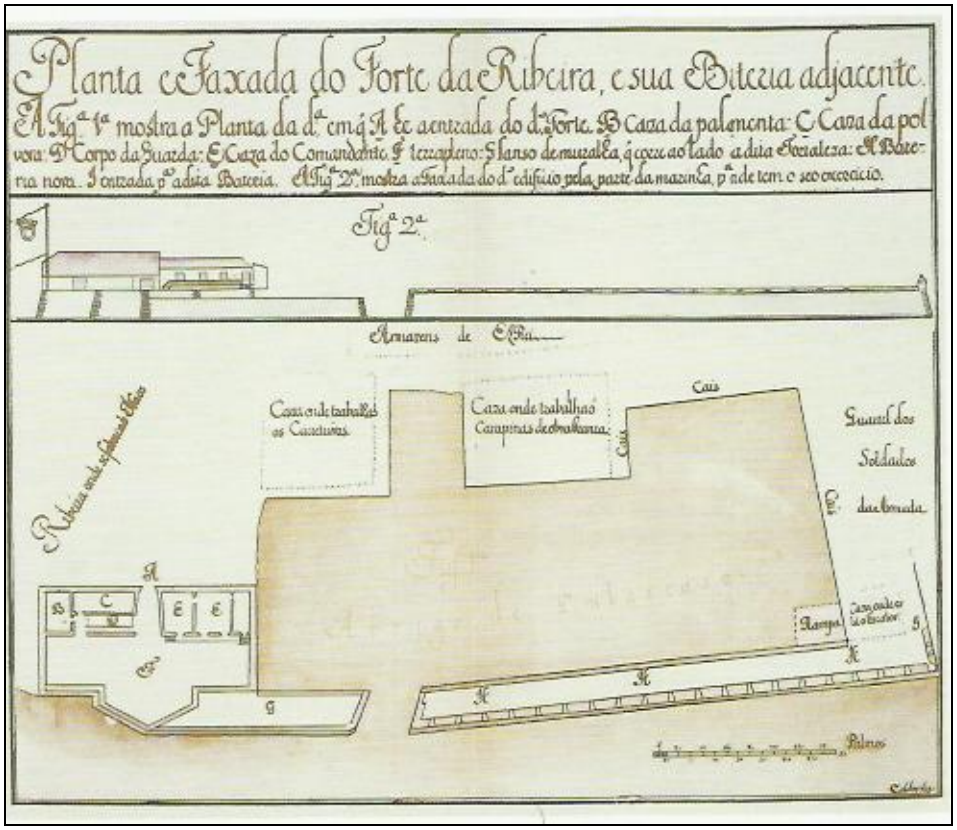
3.3.3 O Forte da Ribeira

O Forte da Ribeira, segundo Oliveira (2004), surgiu das transformações sofridas do Forte da Laje, "chamado também de Forte Real e de S. Felipe e S. Tiago ou, simplesmente, Forte Real e também de Bateria das Naus." (OLIVEIRA, 2004, p. 242). As plantas do século XVIII mostram que a praia passava a pouca distância da Igreja da Conceição, local que encontrava-se à sua frente. Seu principal objetivo defensivo era a defesa do Porto de Salvador. Com o crescimento da cidade e os sucessivos aterramentos do mar, o forte foi desaparecendo e perdendo função. (OLIVEIRA, 2004, p. 242). Campos (1940, p.240) considera que a origem dessa fortificação é datada do período fundação da cidade, quando Luiz Dias edificou o primeiro sistema defensivo sob um rochedo estruturado com paus de mangue e ferro. O autor ainda acrescenta:

> Elevou-se aí, certamente, a Estância de Nossa Senhora da Conceição, onde, em agosto de 1604, o governador geral Diogo Botelho estabeleceu o quartel-general, dirigindo da cidade contra os piratas de Caarden e que é o mesmo forte que se manda fazer na laje da praia do Livro da Razão. (CAMPOS, 1940, p. 240).

A Cartografia do século XVIII, deixada sobre o Fortim da Ribeira (planta 15), mostra que seu tamanho era reduzido e sua posição voltada para a defesa do Porto de Salvador. Quando os holandeses tomaram a cidade, em 1624, sua configuração estava inacabada e por eles concluída. (OLIVEIRA, 2004, p. 242-243). Apropriando-se das considerações de Aldenburgo sobre as condições do forte, Oliveira esclarece: "acabando-se o forte de pedra do mar, junto à ribeira, no qual foram colocados nove meios-quartaus e falcões." (ALDENBURGO, 1961, p.201 apud OLIVEIRA, 2004, p.243).

Planta 16: Forte da Ribeira, 1759



Fonte: Oliveira, 2004, p.243.

Outro registro importante foi a planta do início do século XIX, do Capitão João da Silva Leal Teixeira. Nela consta o Forte da Ribeira de maneira detalhada, sem as áreas das velhas fortificações no qual se originou. No local foram instaladas peças de artilharia como estratégia do novo plano defensivo. (OLIVEIRA, 2004, p.243-244).

Segundo Campos (1940, p.245), o forte foi tomado pelos rebeldes da Sabinada, como também foram os forte da Gamboa, São Marcelo, Santo Alberto, Jequitaia e do Monte Serrat, nos ataques aos imperiais. Desapareceu no ano de 1889, em função do crescimento da cidade e dos sucessivos aterramentos do mar. (OLIVEIRA, 2004, p. 242). Para Campos, “Na sua área é na do extinto Arsenal de Marinha estão hoje a Escola de Aprendizes Marinheiros, a capitania dos Portos, a praça fronteira à Matriz da Conceição da Praia, e perto do Mercado Modelo, com a respectiva rampa.” (CAMPOS, 1940, p.246).

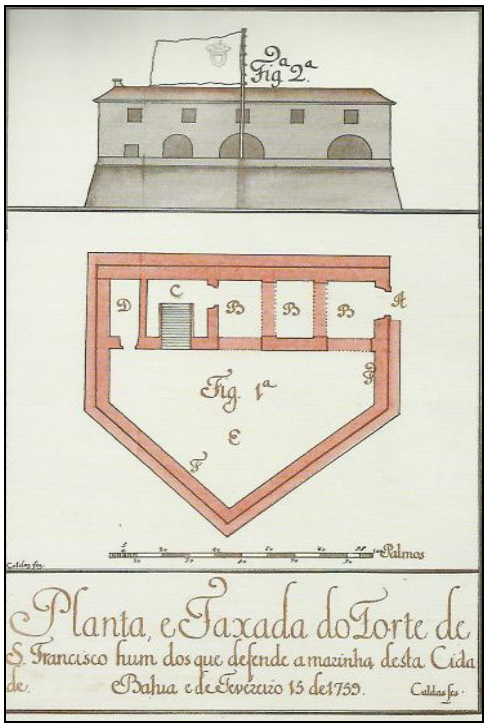
3.3.4 O Forte de São Fernando

O forte de São Fernando, segundo Oliveira, localizava-se na atual Associação Comercial no Comércio. Em seu porão existem vestígios da antiga fortificação. (OLIVEIRA, 2004, p.247). De acordo Campos, o forte também foi chamado de Bateria do Cais Novo. Suas peças direcionavam-se para o sul, outras em direção a Itaparica, tendo ao norte a enseada da Montanha da cidade. Devido a proximidade com o Centro baixo, foi providenciada a sua demolição e aproveitado o chão para a construção da Associação Comercial, através do Decreto Imperial de 1 de outubro de 1811.(CAMPOS, 1940, p.249-250).

3.3.5 Fortim de São Francisco

Construído distante do tecido urbano, o Fortim de São Francisco (planta 17) logo foi envolto por edificações, em virtude da expansão da cidade, fato esse que comprometeu o seu funcionamento enquanto elemento defensivo. Sua localização era instável, pois a vibração dos disparos provocavam deslizamentos da encosta e vibrações da louça em sua vizinhança, por isso ficou conhecido como “Quebra-pratos.” (OLIVEIRA, 2004, p.244).

Planta 17: Fortim de São Francisco, 1759



Fonte: Oliveira, 2004, p.245

A sua função era complementar a defesa dos Fortes da Laje, posteriormente conhecido como Forte da Ribeira, e a do Forte de Santo Alberto. A representação cartográfica encontra-se em Haia, na planta da cidade de Salvador com data aproximada de 1638. O projeto de João Coutinho (1684), para a defesa de Salvador, concluiu que o forte era importante para o flanqueamento da marinha, entretanto considerou que o mesmo precisava do auxílio de uma bateria para sua segurança defensiva, assim, propôs o seu reposicionamento. (OLIVEIRA, 2004, p.244-245).

No século XVIII, a cidade encontrava-se bastante expandida, assim o forte foi desaparecendo. No relatório do Mestre de Campo Miguel Pereira (1710) consta que tinha pouca relevância para a defesa. (OLIVEIRA, 2004, p.245).

3.3.6 O Fortim do Rosário

O Fortim do Rosário tinha a função de complementar à ação defensiva do Forte São Francisco. Sua localização, segundo a planta de Salvador, que consta no museu de Haia (aproximadamente 1638), situava-se na praia de Nossa Senhora do Rosário, por isso o seu nome. Hoje, estaria no sopé da encosta, nas proximidades da Igreja da Santíssima Trindade, imediações da ladeira da Água Brusca. (OLIVEIRA, 2004, p.245). A respeito da função defensiva do fortim Campos esclarece que:

> O Forte do Rosário, que defendia o porto de aguada de Água de Meninos construído entre 1625 e 1638, sem dúvida pelo governador Diogo Luiz de Oliveira, elevava-se à beira-mar, cerca do sítio onde se construiu mais tarde o estabelecimento Wilson. [...] Falando Vilhena da necessidade de boa defesa na marinha da Água de Meninos, sentenceia [sic] que sendo o Fortinho da Lagartixa em extremo defeituoso, fazia-lhe sensível falta a trincheira do Rosário, que sem se ter acabado se abandonou e destruiu [...].(CAMPOS, 1940, p.254).

Hoje, não permanece no local nenhum testemunho da sua existência, que no passado lhe conferiu certa relevância para a defesa de Salvador. Assim, “a forma da cidade que se infere como morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos.” (CARLOS, 2001, p.46). Por isso, as transformações expõem novas formas, que contemplam outras necessidades sociais, que se materializam no espaço geográfico.

3.3.7 O Fortim do Camarão

O Fortim do Camarão foi um dos mais importantes elementos do sistema defensivo do lado norte de Salvador. (OLIVEIRA, 2004, p.240). Segundo Campos (1940), recebeu esse nome em virtude de quem o construiu “o celebrado índio Dom Antonio Filipe Camarão edificava um fortim em eminência próxima do campo inimigo, donde o descortinava.” (CAMPOS, 1940, p.270-271).

Ainda de acordo com Campos, a partir das contribuições de Vilhena:

> O fortim chamado de Camarão estava sobre o Dique, ao norte da cidade, num alto ao nível do Barbalho, e defendia um braço de Dique Superior que hoje erradamente está servindo de hortas, entulhos já pelos jesuítas (quando ocupavam a Quinta), a posição daquele fortinho não era desacertada, e se ele em outro tempo era preciso para defender as avenidas que o inimigo pode fazer por aquele vale em que não tem impedimento algum. Acha-se hoje de todo arrasado, quando deveria persistir, e ter comunição com o Barbalho. (VILHENA, 1921, apud CAMPOS, 1940, p.274).

Segundo a planta tirada do projeto Massé (1779), o forte tinha a forma de um quadrilátero típico de redutos, irregular e representado com dois meios-baluartes voltados para o sul e uma tenalha[11] simples em direção ao norte. Também mostra obras externas formadas por dois baluartes ligados por cortina. (OLIVEIRA, 2004, p.240).

---

[11] Tenalha é uma obra de fortificação pequena e curta com duas faces que apresentam um ângulo reentrante. A tenalha simples apresenta apenas um ângulo reentrante, com as faces convergentes ou a estreitarem acentuadamente para o interior. Nunes, op.cit., p, 63.

4 AS FORTIFICAÇOES NA CONTEMPORANEIDADE URBANA

4.1 A SITUAÇÃO ATUAL

O legado cultural deixado pelas fortificações é de reconhecimento mundial, pois decorre do processo de direcionamento que tais monumentos históricos culturais alcançaram ao longo do tempo como representantes do registro original de certos lugares. Sua importância hoje está voltada para o setor terciário, o setor de turismo que vem crescendo muito nas últimas décadas. A atividade turística baseia-se no legado histórico de uma sociedade, por isso desperta tanto interesse social e econômico.

Salvador, como em outras partes do território nacional, ainda carece de políticas públicas voltadas para esse segmento. Como testemunho do passado, as cidades fortificadas do mundo sinalizam os primeiros pontos de fixação urbana, no caso dessa cidade, os primeiros pontos de defesa na primeira capital do país. Enquanto construção secular, os fortes estão presentes no espaço urbano, ou seja, na vida cotidiana do povo soteropolitano, alguns deles envoltos a grandes edificações do século XX, o que lhes ofuscaram sua singeleza e singularidade local.

No que diz respeito ao espaço, Souza (2003), pontua que:

> [...] quem não entender o sentido abstrato desse precioso conceito não avançará metodológica e epistemologicamente na geografia, essa ciência fundamental para a compreensão do funcionamento do mundo presente. (SOUZA, 2003, p. 35).

Muitos debates no meio acadêmico vêm tornado-se cada vez mais pontuais, no que tange ao estudo do espaço. No entanto, o principal desafio está na consolidação da análise sistemática e, ao mesmo tempo, coerente em razão das contradições, presentes, implementadas pelas ações dos diferentes agentes constituídos no mesmo.

Segundo Santos (1997), o espaço é formado por:

> [...] dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos “sistemas de engenharia”; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento. (SANTOS, 1997, p. 111).

Ainda segundo Santos (1985), para compreender o espaço, produto social em permanente processo de transformação, precisa-se das categorias do método geográfico (estrutura, processo, forma e função). Portanto, não é possível dissociar forma e função da análise do espaço. Mas, é necessário ir além, inserido forma e função na estrutura social. (SANTOS, 1985, p.56).

Partindo por essa via de análise, as categorias, estrutura, processo, forma e função, podem-se entender que, a efetivação dos espaços fortificados da cidade de Salvador, ao longo dos tempos, foi agregando novos agentes, resultando em novas formas e funções. Os diversos agentes criam novas estratégias que variam no tempo e, consequentemente, no espaço, e esses decorrem simultaneamente, de causa externa e interna.

No passado, como aponta Vasconcelos (1999), os principais agentes do período colonial foram a Coroa portuguesa e a Igreja Católica. “Neste período inicial, a Coroa portuguesa teve o papel principal na implantação de uma cidade nova fortificada na transferência dos primeiros habitantes.” (VASCONCELOS, 1999, p.33). A Igreja, através do envio de várias ordens religiosas estabeleceu diretrizes que mudaram a vida daqueles que chegavam e aqui viviam. Ainda sobre essa questão, Vasconcelos (1997) ressalta que:

> Em relação às fortificações, elas obedeciam a uma lógica própria. Além da escolha de sítio em acrópole, as cidades litorâneas tinham um sistema defensivo mais reforçado, destacando-se o controle das baías do Rio de Janeiro e de Salvador, a defesa dos portos dessas duas cidades (inclusive com fortes sobre rochedos), e o estabelecimento de fortes periféricos de grande porte. (VASCONCELOS, 1997, p.272).

Atualmente, novos agentes também determinam mudanças, na forma e na função não só dos espaços fortificados, mais em todas as estruturas políticas,

sociais e econômicas da vida moderna. A demanda da modernidade obedece à lógica do capital, como outrora, entretanto, com novas estratégias e interesses. Os espaços fortificados hoje, não mais representam a materialidade da ocupação territorial, eles imprimem as diversas demandas dos diferentes agentes, representados pelo Estado em suas diversas instâncias (federal, estadual e municipal) e pela iniciativa privada. (BAHIA, 2011a, p.4).

Na instância federal, temos as Forças Armadas, STU e o IPHAN; na instância estadual e municipal, seus diversos órgãos e secretarias, além da concessão de uso da iniciativa privada, no setor que explora o turismo comercial. Assim, para compreender a estrutura atual, é necessário reconhecer o espaço como produto social. De acordo com Santos (1985), o espaço é constituído de uma realidade objetiva, decorre de um produto social em constante processo de transformação.

Por isso, estrutura, processo, forma e função constituem um alicerce basilar que auxilia na interpretação e leitura da realidade espacial. Entretanto, como assinala Santos (1985), a estrutura de determinado espaço pode ser oculta ou revelada, pois é resultante de aspectos visíveis dos elementos espaciais e que estão inter-relacionados, e tais relações não se constituem de forma perceptível no espaço, essas foram condicionadas a partir da dinâmica global que impõe o ritmo e o modo de produção dos espaços particulares.

Assim, para compreender o espaço enquanto realidade espacial é necessário atentar para a dinâmica social e econômica de cada período como processo. Este último decorre de uma ação contínua, implicando em um resultado qualquer, no conceito de tempo, no sentido de continuidade e de mudança.

No que diz respeito a esse aspecto, pontua Santos:

> Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. (SANTOS, 1985, p. 56).

De acordo com Santos (1985, p. 56), não se pode “examinar forma e função, sem a estrutura”, pois a estrutura determina a função e a forma. No entanto, essas

categorias estão associadas e constituem bases para a análise, leitura e interpretação da dinâmica socioespacial de realidade.

Quanto à estrutura, diz respeito ao caráter social e econômico de uma sociedade em um determinado período de tempo. É a matriz social onde se realiza, “a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p.50), via de regra, de modo contínuo, visando a um resultado qualquer, gerando mudanças e tempo. “Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das suas contradições internas das mesmas.” (CORRÊA, 2005, p.29).

As fortalezas, ao longo dos tempos, assumiram funções diversas: penitenciária, sede de bloco carnavalesco e até mesmo centro de palestras acadêmicas ou sala de aula. Segundo Santos (1997), as mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Algumas funções, como bancos, shopping-centers, hipermercados, etc. são sujeitas a criar novas formas (estruturais). Já outras, são mais suscetíveis à readaptação de formas velhas para novas funções (funcionais). A respeito desse assunto, Santos (1997) adverte:

> A sociedade urbana é una, mas se dá segundo formas - lugares diferentes. É o princípio da diferenciação funcional dos subespaços. A sociedade não mudou, permaneceu a mesma, mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer. (SANTOS, 1997, p.69).

As fortificações são exemplos dessas readaptações, pois foram reintegradas a lógica contemporânea. Os processos históricos de produção do espaço que regulavam o sistema espacial ao longo dos séculos na cidade de Salvador foram consolidados a partir das ações conjuntas de três agentes: o Estado, a Igreja e o Mercado. Cabe, nesta análise, o estudo do agente estatal português e, posteriormente nacional na compreensão do princípio da organização espacial da cidade de Salvador, assim como na contemporaneidade através do estudo das atuais fortalezas.

Os processos estão vinculados ao tempo, pois são ações que ocorrem de modo contínuo e trazem transformações no espaço ao longo de cada momento.

Desse modo, pontuaram as principais transformações nas fortalezas dessa cidade, e foram determinantes na configuração das formas e de suas funções ao longo dos tempos. Em relação aos processos históricos e suas consequências no espaço geográfico, Abreu (1997) expressa:

> Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois estão, muitas vezes, os segredos da sua boa interpretação. Nessa busca do passado, entretanto, não devemos nos ater apenas aos vestígios concretos que deixou isto é às formas matérias também precisam ser investigadas. (ABREU, 1997, p.240).

No que diz respeito a um dos problemas da análise dos processos espaciais, que também incide na Geografia Histórica Vasconcelos adverte:

> Para entender a organização e o funcionamento do espaço das cidades brasileiras do período colonial, bem como de todo o período escravista, é necessário adaptar, ou mesmo criar, novos conceitos e termos, pois aqueles utilizados para a compreensão das cidades atuais não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas [...] Assim se explica a dificuldade de elaborar uma proposta de desdobramento dos agentes que tiveram papel importante na conformação colonial, e que não poderiam corresponder, evidentemente, aos atuais agentes da produção da cidade capitalista. (VASCONCELOS, 1997, p.247-249).

Ainda segundo Vasconcelos (1999), os processos de transformações e as permanências podem ser classificados em particulares e gerais. Os processos particulares dizem respeito às ações que permitiram alterações pontuais em cada período de tempo na forma e na função, determinando então, outro modo de atuação.

Assim, os processos gerais são aqueles mais relevantes ao conjunto das fortificações remanescentes, ou seja, os processos mais significativos que contribuíram para a ação empreendiam nesses espaços. Dentre eles temos: as Invasões Holandesas, o Período Pombalino e a Independência do Brasil.

As Invasões Holandesas (1624 e 1638) contribuíram para a construção, adaptações e reparos nas fortificações da cidade. Na invasão de 1624, muitas das

fortalezas, de fato, foram arruinadas por conta das ofensivas sofridas. Posteriormente, foram construídas novas fortificações aumentando assim sua estratégia de defesa. (OLIVEIRA, 2004, p.67).

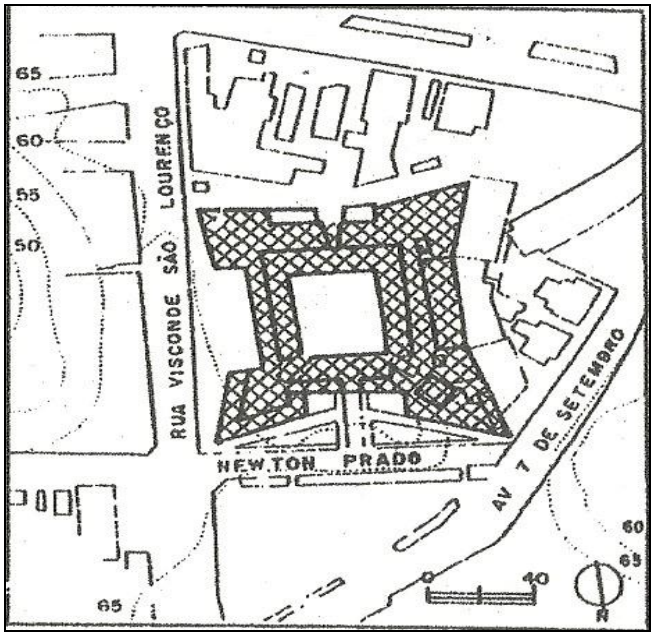
O controle do território foi instituído pelo Marques de Pombal ao organizar de forma mais profissional o exército colonial, adaptando a arquitetura de fortes para quartéis, visto que sua utilidade era inviável enquanto aparato defensivo. Todo investimento não só no sistema defensivo como também urbano, passou a ser prioritário na nova sede da colônia, o Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2004, p.77).

No período após a Independência do Brasil, já não existia a eminência concreta de uma possível invasão no território brasileiro e, aos poucos, as fortalezas foram perdendo sua função original, algumas foram desativadas e outras colocadas a serviço das forças armadas. (OLIVEIRA, 2004, p.247).

Esses fatores, em momentos distintos, foram as principais causas das mudanças (na forma e função) ou pelo desaparecimento das fortalezas de Salvador. Assim, consequentemente, novas funções surgiram, ou as anteriores foram requalificadas, ou ainda algumas podem ficar sem uso, tornando-se “rugosidade” na paisagem, representando espaços pretéritos, transformados por novos sujeitos sociais.

Algumas fortificações determinaram o traçado das ruas e avenidas. Exemplo disso, temos os fortes de São Pedro e do Barbalho. Neles encontramos construções do início do século XX, praticamente em quase todo o seu entorno. O Forte de São Pedro, com a construção do viaduto e das edificações voltadas para o mar, praticamente anulam a visão estratégica locacional que dispunha no passado, implicando assim, no entendimento da finalidade que o forte desempenhou no passado da cidade. A planta 18 mostra o ordenamento das ruas Visconde de Lourenço, Nilton Prado e Avenida Sete de Setembro, delimitando arquitetura do forte. Sua edificação contribuiu com o traçado dessas avenidas.

Planta 18: Forte de São Pedro, 1997



Fonte: BAHIA, 199, p, 146.

Outros fortes também apresentam certas particularidades, como os de Santo Alberto e o Forte da Jequitaia. Ambos construídos a beira mar, tiveram seu entorno aterrado em virtude da expansão urbana, foram afastados do principal elemento presente no sistema defensivo, o mar. Com o aterramento, a compreensão histórica para os leigos tornaram-se mais distantes. Entretanto, como observa Santos (1985):

> [...] no decorrer da história das diversas sociedades se utilizam de diferentes técnicas para intervenção no ambiente físico, com o intuito de suprir as necessidades de sobrevivência, pois, o ritmo da "primeira natureza",que na realidade já não era primeira,não atendia o ritmo humano ,o que desenvolve paulatinamente um avanço,que na realidade não era continuo. (SANTOS, 1985, p.37).

Tal entendimento fortalecem os conceitos de tempo e espaço, visto por Santos (1985). A ciência geográfica não pode desconhecer a dimensão temporal, bem como desconsiderar a análise multidimencional da escala espaço e tempo, visto que são conceitos que permitem desvendar aspectos da realidade e singularidade socioespacial. Nesse sentido, Santos (1985) esclarece:

> Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer. (SANTOS, 1985, p. 21-22).

Ainda respeito do espaço e tempo para a análise do espaço geográfico, o autor aponta que:

> A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade. (SANTOS, 1985, p. 49).

Sobre essa questão Moreira pontua:

> Produto histórico, o espaço confunde-se com o tempo. O espaço é o tempo histórico. Não o tempo-data. A noção kantiana de tempo como lugar da história e de espaço como lugar da geografia, promovendo a separação entre tempo e espaço e entre história e geografia, só fez dar origem àquilo que Michel Foucaut chamou de "espaço congelado". O tempo histórico não é o tempo de relógio (tempo-data, tempo-sideral) e o espaço geográfico não é o espaço das coordenadas geográficas. Embora a história embuta-se no calendário e o espaço geográfico embuta-se na rede de coordenadas (latitude e longitude), tempo e espaço são coordenadas da história. São as propriedades dessa matéria chamada conteúdo histórico. (MOREIRA, 1981, p. 90).

Assim, para compreender os espaços fortificados da cidade, faz-se necessário a inserção do conceito de espaço e tempo, pois, esses explicam o espaço historicamente construído, cristalizado, de novas formas e antigas materializadas no presente. Portanto, essa análise deve atrelar o passado ao presente. Os fortes no passado eram equipamentos voltados para a defesa, hoje são edificações com funções diversas e gerenciadas por diferentes instituições. Assim, para compreender seu papel na atualidade, faz-se necessário o estudo dos principais administradores na contemporaneidade.

De acordo com o artigo 20 da Constituição Federal, todos os fortes brasileiros são de propriedade da União (BRASIL, 1988). Contudo, a administração dos

equipamentos é de responsabilidade do órgão que detém o Termo de Entrega ou Cessão. Assim, existem atualmente diversos tipos de gestores. Os onze fortes existentes em Salvador são patrimônios da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). (BAHIA, 2011a, p. 4).

Entretanto, os fortes de Salvador diferem muito no que se refere a questão administrativa e funcional (quadro 1). Dentro desse contexto, hoje são administrados pelas Forças Armadas; pelo Governo do Estado da Bahia; pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); por Organização Não Governamental (ONG); pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e apenas um sem nenhum órgão gestor, no caso o Forte de São Paulo da Gamboa.

Basicamente, as atuais funções estão vinculadas aos aspectos de ordem militar, turística e social. Todavia, seus aspectos funcionais são atrelados um ao outro, ou seja, eles podem estar presentes um no outro, ou os três ao mesmo tempo. Esse é o caso do Forte de Monte Serrat, que é administrado pelo Exército Brasileiro em parceria com o Governo do Estado.

No que tange aos fortes que estão sob administração (quadro 1) das Forças Armadas, temos o Forte de Monte Serrat, o Forte de São Diogo, o Forte de São Pedro, todos esses aos cuidados do Exército Brasileiro; o Forte de Santo Antônio da Barra, está a cargo da Marinha Brasileira. Os Fortes do Barbalho, Santo Antônio Além do Carmo, Forte da Jequitaia (atualmente desativado) são administrados pelo Governo do Estado da Bahia.

Quadro 1: Administração e situação das fortificações de Salvador em março/abril 2012

Fortificações	Administração	Situação março / abril 2012
Santo Antônio da Barra	Marinha Brasileira	Museu náutico, aberto ao público
São Diogo	Exercito Brasileiro	Abriga maquetes e fotografias, aberto ao público
Santa Maria	STU	Fechado
São Marcelo	IPHAN	Embargado
São Paulo da Gamboa	Nenhum administrador	Em ruínas/ocupado
São Pedro	Exercito Brasileiro	Deposito de Suplemento
Barbalho	Governo do Estado	Aguardando restauro
Santo Antônio Além do Carmo	Governo do Estado	Aberto ao publico
Santo Alberto	ONG	Aberto ao público
Jequitaia	Governo do Estado	Fechado
Monte Serrat	Exercito Brasileiro	Museu das armas, aberto ao público

Fonte: Bahia, 2011a, p.4.
Organização: Marco Antonio dos Santos, 2011.

4.1.1 Fortes administrados pelas Forças Armadas: Monte Serrat, Santo Antônio da Barra, São Diogo, São Pedro

O Forte de Monte Serrat segundo Campos (1940, p.124), sofreu obras de restauração em 1926, a pedido de Francisco Marques de Góis Calmon, governador da Bahia (1924-1928). Em seu espaço foram executadas novas intervenções a cargo do Ministério da Guerra. Tombado pelo IPHAN sob nº 319 do Livro de História, Fl. 53 em 09.01.1957.(BAHIA,1997, p.143). Segundo Barreto (1958, p.177), as instalações do forte eram ocupadas, à época, pela 6ª Região Militar. Na década de 1980 sediou a Seção Bahia da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão.

Restaurado desde 1993, abriga na área externa o Museu da Armaria, expondo ao público diversas armas de fogo, inclusive canhões. Na área interna de suas dependências, foi destinada a implantação do Memorial Professor Milton Santos (foto 1), inaugurado no dia 1° de junho de 2007, pelo governador do Estado da Bahia Jaques Wagner. O espaço teve como proposta, oferecer aos visitantes as publicações das obras do rico legado intelectual do geógrafo Milton Santos, acerca do pensamento geográfico, bem como o conceito e a ideia do socioambientalismo[12].

A partir de 29 de março de 2010, o Memorial Professor Milton Santos não foi mais sediado nas dependências do Forte do Monte Serrat. O novo espaço reinaugurado pelo governador do Estado da Bahia Jaques Wagner passou e ser instalado no Largo do Santo Antônio Além do Carmo, como Memorial do Meio Ambiente Professor Milton Santos.

---

[12] Segundo Santilli (2005, p. 7), o socioambientalismo se originou na suposição de que políticas ambientais somente alcançariam eficácia social e sustentabilidade política se as comunidades locais fossem envolvidas e se engajassem na questão ambientalista.

Foto 1: Sala provisória do Memorial Milton Santos (Cidade Baixa), 2007

Fonte: Pesquisa de campo.

Segundo Oliveira (2004, p.187), dentre os fortes da cidade de Salvador, o Monte Serrat foi o que mais preservou suas características arquitetônicas originais, como mostra foto 2.

Foto 2: Forte de Monte Serrat (Cidade Baixa), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

Atualmente, o Forte de Monte Serrat é administrado pela 6ª Região Militar do Exército Brasileiro em parceria com o Governo do Estado da Bahia, através do Instituto do Meio Ambiente-IMA, antigo Centro de Recursos Ambientais - CRA.

Outro exemplo de parceria que vem dando certo é o caso do Forte Santo Antônio da Barra que tem atividade atual voltada para o turismo. Atualmente, o forte está sob a propriedade da Marinha Brasileira, mais precisamente aos cuidados e administração do Departamento Regional do Abrigo do Marinheiro de Salvador. Mais recentemente, uma reforma permitiu a criação do Museu Náutico da Bahia e também de um café e espaço para a comercialização de souvenir. O Museu Náutico (foto 3) da Bahia guarda histórias e lembranças de navios naufragados na costa baiana, bem como mapas históricos sobre a Baia de Todos os Santos e sinalização voltadas para navegação.

Foto 3: Museu Náutico da Bahia (Barra), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

Podemos afirmar que, atualmente, o forte desempenha múltiplas funções em um único espaço, visto que em suas dependências foram feitas readaptações

estruturais e funcionais, voltadas principalmente para o turismo, atendendo, assim a sua grande tendência para o turismo local.

De acordo com Garrido (1940, p.86), o Forte de São Diego, no início do século XX, mais precisamente no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), encontrava-se indefenso. Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1938-1945) estava em total abandono. Em 1958, de acordo com Barreto (1958, p. 173), foi ocupado em uma das suas dependências pelo Círculo Militar.

Várias alterações foram feitas em suas instalações no decorrer do século XX, sobretudo no que se refere à rampa de acesso que existia, agora transformada em escadaria, e a reconstrução das guaritas, pois de acordo com as fotografias feitas for Mulock[13] em 1860, não existiam tais elementos. A rampa de acesso a suas dependências foram alterações realizadas no século XX (foto 4). (OLIVEIRA, 2004, p. 200).

Segundo Falcão (1942, p.7), a maior alteração em sua edificação deu-se com a implantação da 6ª Região Militar que ocupou suas dependências, como sede do Clube Recreativo dos Oficiais da 6ª Região Militar (CIREX), durante determinado período sendo mais tarde novamente desativado.

---

[13] Segundo Oliveira (2004, p 201), Benjamin R. Mulock foi um inglês que fotografou a Bahia no século XIX.

Foto 4: Forte de São Diego (Barra), 2010

Fonte: Pesquisa de campo.

Atualmente, encontra-se restaurado e aberto ao público, convertido em Centro Cultural, com programação regular de eventos. Existe uma parceria entre o Exercito Brasileiro e à Associação Brasileira dos Amigos das Fortificações Militares e Sítios Históricos (ABRAF), para recebimento de visitantes e turistas acerca de conhecimento histórico do local. Em suas dependências, também são utilizadas pelo Salvamar, com local de apoio aos salva-vidas, que atuam no Porto da Barra.

Tombado pelo IPHAN sob o nº 320 do Livro de História, fls. 53 em 10 de janeiro de 1957, o Forte de São Pedro, apresenta forma de quadrado com baluarte nos quatro ângulos, em cujas extremidades se encontram guaritas em forma de torreões, sendo considerado de notável mérito arquitetônico, apesar de suas alterações ocorridas nos séculos XIX e XX. (BAHIA, 1997, p.145).

O forte abrigou em suas dependências o Estabelecimento Regional de Subsistência do Exército (6º D. Sup.). Teve obras restauro, na década de 1980, sem grandes alterações arquitetônicas. (REBOUÇAS, 2002, p.3). Segundo a ABRAF, foi incluído no Projeto de revitalização das Fortalezas Históricas de Salvador, da Secretaria de Cultura e Turismo em parceria com o Exército Brasileiro.

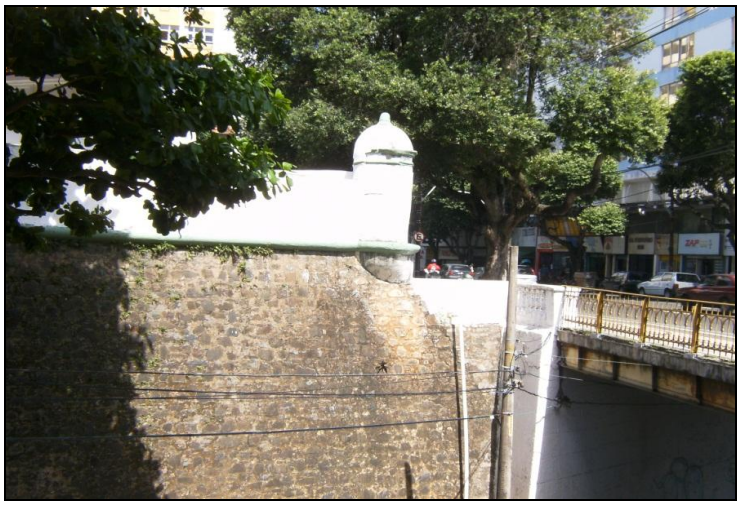
O acesso principal do forte sofreu alterações arquitetônicas típicas do século XX (foto 5) , como também em um dos seus baluartes(foto 6) voltado para Baía de Todos os Santos, sob o viaduto encontra-se a Avenida Sete de Setembro.

Partindo-se do pressuposto de que o Forte de São Pedro passou por inúmeras reformas e adaptações, sua viabilidade enquanto patrimônio necessitará de um projeto que subtraia parte de suas alterações realizadas ao longo do século, e preserve aos que apresentam valor histórico e pontual mais relevante.

Foto 5: Forte de São Pedro (Campo Grande), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

Foto 6: Baluarte do Forte de São Pedro (Campo Grande), 2011



Fonte: Pesquisa de campo.

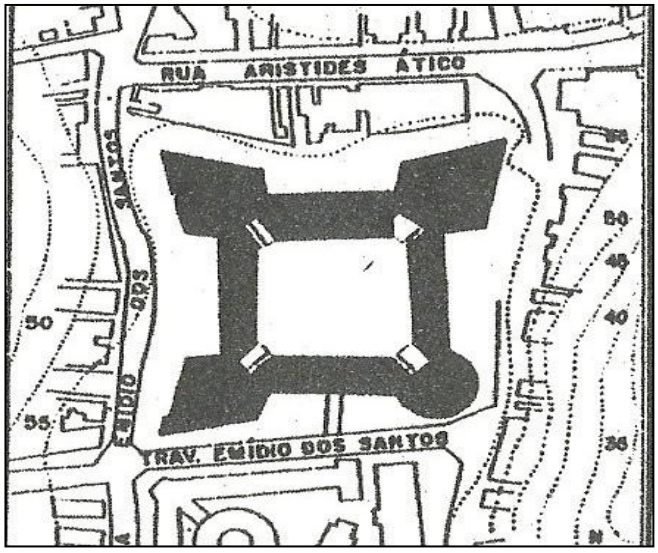
De acordo com a pesquisa de campo, constatou-se que atualmente, o Forte de São Pedro funciona o Depósito de Suplemento e a 17ª Circunscrição do Serviço Militar. Mesmo estando sob administração da 6ª Região Militar, em suas dependências, são realizadas outras atividades, como encontros e palestras, a exemplo, as executadas pela Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE-BA)[14], ao promover palestras sobre radioescoterismo e radioamadorismo, além de acompanhamento de guia para o esclarecimento da história do Forte. Hoje, aguarda obras de restauro e revitalização a cargo do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

[14] Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão é uma associação civil que tem por objetivo reunir os adeptos do radioamadorismo de todo o Brasil

4.1.2 Fortes administrados pelo Governo do Estado da Bahia: Barbalho, Santo Antônio Além do Carmo e Jequitaia

O forte do Barbalho teve suas imediações comprometidas (planta 19), em virtude da construção do Instituto Normal na primeira metade do século XX e de outras edificações em períodos posteriores. Esses fatores contribuíram para o seu retraimento no panorama local. (BAHIA, 1997, p.141).

Planta 18: do Forte do Barbalho, 1970



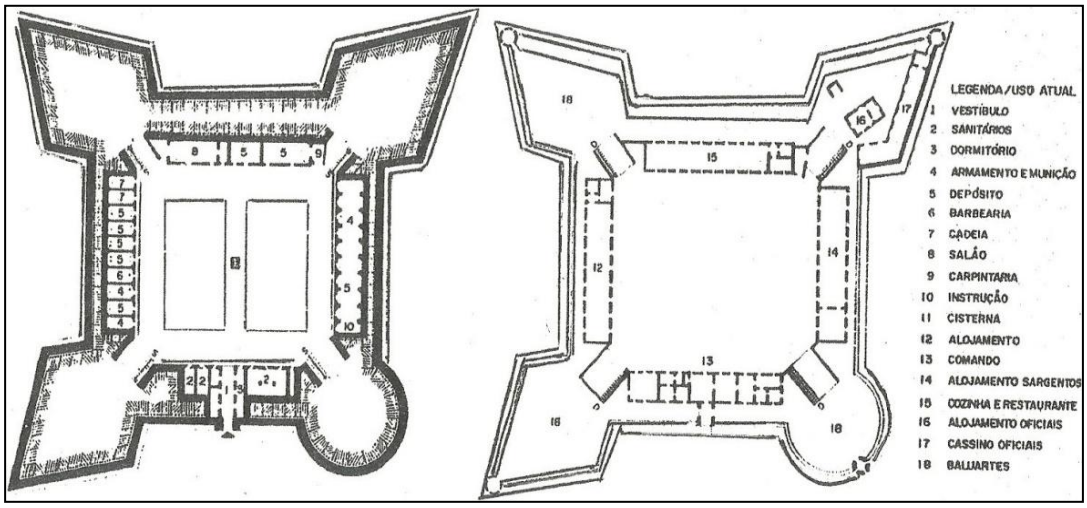
Fonte: BAHIA. 1997, p. 142.

O forte também operou como praça de guerra, tendo sua tropa participado ativamente em todos os movimentos armados, inclusive do bombardeio da cidade em 1912. Foi tombado pelo IPHAN em janeiro de 1957. (BAHIA, 1997.p.141). Na Revolução de 1964 suas instalações foram utilizadas como cadeia de presos políticos contrários ao regime ditatorial. (OLIVEIRA 2004, p.228).

Como quartel militar, abrigou tropas do Exercito/CMT 4ª Cia Guardas. Segundo Bahia (1997, p.141), nos anos de 1970, suas dependências (planta 20)

sofreram inúmeras adaptações nos seguintes compartimentos: vestíbulo, sanitários, dormitórios, armamentos e munição, depósito, barbearia, cadeia, salão, carpintaria, instrução, cisterna, alojamento, comando, cozinha e restaurante e cassino oficiais. A partir de 18 de maio de 1982, foi entregue ao 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Planta 19: Forte do Barbalho, 1970



Fonte: BAHIA, 1997, p.141.

Em 2006, o forte encontrava-se aos cuidados da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, onde foram desenvolvidas ações voltadas para a produção cinematográfica a através da Bahiafilm Commission[15]·, em seu espaço interno. No ano de 2007, foram lançadas pela Bahiafilm Commission sete curtas metragens, duas longas metragens e dois documentários. Em 2008, foram três longas

[15] A Bahiafilm Commission é um setor da Secretaria de Cultura, que tem por finalidade atuar como agente facilitador para as atividades audiovisuais no estado, dando suporte e informações sobre locações de filmagem e auxílio na solução de problemas de produção cinematográfica. (IRDEB, 2012)

metragens, cinco curtas metragem, quatro documentários um programa de TV e um seriado de TV. Dentre os filmes longa metragem, temos os filmes “Quincas Berro D’água”, “Trampolim do Forte” e “Capitães da Areia”. Além dos filmes de curta metragem, temos “Penca de Gente”; dos seriados temos, “Ó Paí Ó”, da Globo Produções. Uma das dependências sendo utilizada pela Bahiafilm Commission para ensaio do filme Capitães da Areia pode ser vista na foto 7.

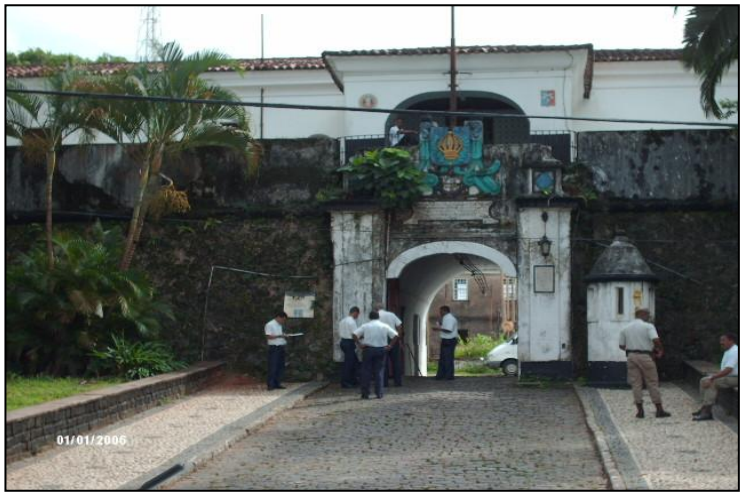
As ações voltadas para a produção cinematográfica demonstraram que o forte tem viabilidade funcional para os dias de hoje, pois, a revitalização ao mesmo tempo em que resgata sua história, enquanto elemento construtivo do passado, evidencia também sua inserção na vida da cidade.

Foto 7: Forte do Barbalho: uma das dependências internas (Barbalho), 2008

Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse mesmo período, o espaço também abrigava de maneira informal a empresa de ônibus Vitória Bahia, que faz “final de linha “em frente ao forte, como a utilização dos banheiros pelos motoristas e cobradores e entrada de acesso (foto 8) por parte dos despachantes com a utilização de mesa e material de trabalho.

Foto 8: Forte do Barbalho – entrada de acesso (Barbalho), 2011



Fonte: Pesquisa de campo.

A multifuncionalidade do espaço conta também, com o acervo da Boca de Cena [16], que serve de aparato cênico para filmes e peças de teatro feitas na cidade. Além disso, existe em suas instalações a antiga antena de rádio de transmissão da Polícia Militar do Estado da Bahia, fato que leva alguns militares a frequentar o local e utilizarem suas dependências. Aos fins de semana, o forte é aberto para a comunidade para utilização de uma quadra de esporte em seu interior.

Atualmente, encontra-se aos cuidados da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Entretanto, está com suas dependências bastante comprometidas pela má conservação de seu espaço, e o abandono dos baluartes (foto 9). Mesmo assim, está sendo subutilizado pela empresa de ônibus local, e frequentado pela comunidade para prática desportiva.

---

[16] Instituição artística cultural criada há mais de 20 anos para atender o campo de arte teatral na Bahia. Possui um acervo com mais de 8.000 figurinos, acessórios e elementos cênicos.

Foto 9: Forte do Barbalho – um dos baluartes (Barbalho), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

O Forte de Santo Antonio Além do Carmo teve sua arquitetura alterada em 1920 (foto 10). Foram modificados, com a construção de um frontispício neogótico, houve também aumento sobre a cortina primitiva. O forte primitivo tinha um formato poligonal, contava com quatro baluartes nos quatro cantos. Com a reforma foram subtraídos dois baluartes, que estavam voltados para a terra. Os dois baluartes (foto11) atuais estão voltados para a Baia de Todos os Santos. (BAHIA, 1997, p.147-148). De acordo com Barreto (1958, p.181), em 1958, nele se instalou a Casa de Detenção, fato esse que descaracterizou suas dependências.

Durante o período de Ditadura Militar serviu com Casa de Detenção para presos políticos, funcionando até o ano de 1976. Anos mais tarde, foi sede do bloco carnavalesco Os Lord's. Foi tombado pelo IPHAN, em 1981, passando a abrigar o Centro de Cultura Popular, em parceria com a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e da Prefeitura Municipal de Salvador. Entre os anos de 1982 a

1988, o espaço foi também utilizado para ensaio da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. (BAHIA, 2011b, p.7).

Foto 10: Forte de Santo Antônio Além do Carmo (Santo Antônio), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

Foto 11: Forte de S. Antônio Além do Carmo: um dos baluartes (Santo Antônio), 2011

Foto: Pesquisa de campo.

As atividades foram praticamente desativadas a partir de 1990, tendo ainda se mantido no local de modo bastante precário, as escolas de Capoeira de Mestre Pastinha, e o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, de Mestre Moraes. Com o tempo as instalações do forte foram se deteriorando, chegando a ser ocupado por mendigos e pessoas sem moradia. Com isso, o monumento ficou em estado de ruína. A partir de 1997, o IPAC deu início aos estudos de elaboração de projeto para restauro e viabilidade social para o forte, a partir do financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR I) e capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2005, a Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), iniciou às obras de restauro, com parceria da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT) e apoio da Associação Brasileira de Preservação da Capoeira. (BAHIA, 2011b, p.7).

Com a revitalização, foi inserido em sua área externa um espaço para eventos coletivos, e em sua área interna, um memorial referente aos principais mestres da capoeira da Bahia. Esse espaço dispõe de salas de aula para a arte da capoeira, além de biblioteca, videoteca e oficina de produção instrumentos utilizadas para a prática da capoeira, nos espaços (foto 12) onde funcionavam as antigas celas.

Foto 12: Forte S. Antônio Além do Carmo: pátio interno, (Santo Antônio), 2011

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Existe no ambiente interno, um anexo com dois espaços para o pratica esportiva que conta com parque infantil, quadra poliesportiva, frequentado pela comunidade do seu entorno. Atualmente o forte Santo Antônio Além do Carmo, é administrado pelo Governo do Estado da Bahia, através do IPAC, que tem como meta a disseminação da cultura deste Estado.

Assim como o Forte de Santo Alberto que na atualidade está afastado do mar por causa dos sucessivos aterros em prol da ampliação do Porto de Salvador encontra-se também, o Forte da Jequitaia com sua arquitetura bastante alterada. Em 1937, foi entregue ao domínio da Fazenda Nacional. Na década de 40 do século XX, o mesmo se transformou em sede da *Societé Construction du Port de Bahia.*(CAMPOS,1940,p.). De acordo com Barreto (1958, p.182), estava ocupado pelo Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), absorvido mais tarde pela sede da PETROBRÁS. Foi abandonado dos anos 60 e 80 do referido século, vindo a ser restaurado nos anos 1990, para sediar o Museu do Petróleo (foto 13), tendo pouca utilidade. (SANTIAGO, 2002, p.7).

Foto 13: Forte da Jequitaia, (São Joaquim), 2011.

Foto: Pesquisa de campo.

Sua localização atual é praticamente impercebível, em razão da construção de um grande muro que se estende por toda frente ao acesso a Avenida Jequitaia e vizinho a antiga sede da Petrobrás, atuais Colégios Estaduais: Amilton de Jesus Lopes, Landulfo Alves e Centro Estadual de Educação Profissionalizante do Estado da Bahia. Além disso, seu último restauro (foto 13) descaracterizou totalmente sua arquitetura secular, o que comprometeu ainda mais sua viabilidade para o turismo. Atualmente, encontra-se abandonado e fechado ao público.

4.1.3 Forte administrado através da Secretaria do Patrimônio da União - STU: Santa Maria

Importante no passado e abandonado no presente em uma área turística da cidade, no bairro da Barra, o Forte de Santa Maria encontra-se em estado de abandono. Segundo Garrido (1914, p.86), em 1915, achava-se em precárias condições de uso com poucas peças de artilharia. De propriedade da União, foi tombado pelo IPHAN sob o nº 48 do livro de História, fls.10 em 24 de maio 1938 e sob o nº 88 de Belas Artes, fls. 16 em 24 em maio 1938. Em 1939, foi transferido do Ministério da Guerra para o Ministério da Marinha, abrigando o Serviço Hidrográfico. Durante certo período foi usado como residência oficial do Comandante de Sinalização Náutica do Leste. (BAHIA, 1997, p.136).

Em frente ao forte, encontra-se a Praça Amigos da Marinha (foto 14) construída na gestão municipal da Prefeita Lídice da Mata (1992). Em 2009, a Praça Amigos da Marinha foi reformada, não sendo mais permitido em seu local o uso como estacionamento e depósito de barcos, muitos deles sem condições de uso. Devolvido pela Marinha Brasileira à União está sob a administração da Secretaria do Patrimônio da União. Fechado ao público desde 2001 encontra-se com as paredes danificadas e sem pintura. Mesmo fechado ao público, suas dependências são ocupadas de maneira precária pelo Salvamar, como base de apoio dos salva-vidas da Prefeitura Municipal de Salvador. (BAHIA, 2011a, p.4).

Foto 14: Forte de Santa Maria (Barra), 2008

Foto: Pesquisa de campo.

As mudanças ocorridas no forte mostram que esse espaço sofreu diversas transformações ao longo do processo histórico e esses decorrem de uma necessidade contemporânea. No que diz respeito às transformações do espaço Santos (1996), pontua que:

> [...] atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partidas para um novo movimento. Para adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, às formas – tornadas, assim, formas-conteúdos – podem participar de uma dialética com a sociedade e assim fazer parte da evolução do espaço. (SANTOS, 1996, p.86).

Assim, para compreender as diversas formas espaciais é necessário analisar transformações nos espaços fortificados, como resultantes do acúmulo das ações humanas implementadas ao longo do tempo, pois a “sociedade evolui no tempo e no espaço” e que “tempo e espaço conhecem um movimento que é, ao mesmo tempo, contínuo, descontínuo e irreversível.” (SANTOS, 2005, p. 63).

4.1.4 Forte sem administração: São Paulo da Gamboa

Localizado em uma área de difícil acesso e atualmente em ruínas, o Forte de São Paulo da Gamboa teve seu acesso comprometido principalmente com a construção da Avenida Contorno que praticamente aniquilou todo acesso primitivo. Em 1906, passou por reformas em suas dependências. (GARRIDO, 1940, p.87). Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1915, encontrava-se bem conservado, guarnecido por um soldado do 50º Batalhão de Caçadores e artilhado com quinze peças de alma lisa além do velho canhão Armstrong. (BAHIA, 1997, p.140).

O Forte de São Paulo da Gamboa passou a ser propriedade da União, e o monumento foi confiado à guarda da Fazenda Nacional em 1937. (SOUZA, 1885, p.172). Tombado pelo IPHAN, em 24 de maio de 1938, está sob a posse da Fazenda Nacional. (BAHIA, 1997, p.139).

Sua situação atual é de abandono por parte do poder público. Existiu uma proposta de revitalização por parte da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, entretanto, nada de concreto se estabeleceu. Em 2012, encontrava-se ocupado ilegalmente por famílias de baixa renda que residem no local. (BAHIA, 2011a, p.4).

4.1.5 Forte administrado através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN : São Marcelo

Outro importante forte da cidade que encontra-se fechado após onze anos de intensas atividades voltadas ao turismo local, é o Forte de São Marcelo. De grande relevância histórica, participou do confronto entre o Governo da República e o Governo do Estado em 1912, quando foram disparados dois tiros de canhões em direção ao Palácio dos Governadores. Após esse episódio, foi gradativamente desativado, em vista aos riscos que o mesmo poderia trazer para cidade. (CAMPOS, 1940, p. 75-76).

Por quase meio século, o forte de São Marcelo ficou praticamente desativado. Entre os anos de 1979 e 1983 foi restaurado para abrigar o Museu da História Naval da Bahia, vindo esse a ser parcialmente fechado em fins dos anos 80 e totalmente ao público nos anos 90. Em 29 de março de 2006, foi reaberto à visitação pública, devido ao trabalho de recuperação de iniciativa da Prefeitura Municipal de Salvador, em parceria com a iniciativa privada e apoio do Governo do Estado. Nesse espaço abrigou os museus Memórias da Cidade, do Forte, Memória do Mar e de restaurante de cardápio internacional. Os museus retratavam em grande parte a história da fundação da Cidade do Salvador, bem como a origem do forte e de sua função ao longo dos séculos. O espaço do forte foi também readaptado, nos locais das antigas celas para presos, e transformados em 14 salas de exposições permanentes, temporárias e midiateca. Dispunha ainda de espaço para realização de eventos na área externa e auditório. (LEITE, 2002, p.4).

Visando disciplinar a conservação e o uso do Forte São Marcelo, além de determinar procedimentos sobre a arrecadação e utilização de recursos financeiros provenientes de atividades e eventos realizados no local, o Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) enviou em 19 de julho 2006, recomendações ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Associação Brasileira dos Amigos das Fortificações Militares e Sítios Históricos (Abraf) diretrizes para o funcionamento adequado do Forte de São Marcelo. A recomendação decorre de dois procedimentos administrativos existentes no âmbito da Procuradoria da República na Bahia, noticiando o mal estado de conservação e a utilização indevida do espaço para realização de eventos incompatíveis com a estrutura e capacidade do local. A partir dessa recomendação, ficou limitada a capacidade do Forte em 500 pessoas e proibiu a realização de eventos musicais e atividades que provoquem vibração nas estruturas do local. (MPF-BA, 2007).

Devido ao não cumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério Público Federal, com relação aos eventos de grande impacto no patrimônio e prestação de contas junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o forte foi fechado, a partir de medida judicial de reintegração de posse movida pelo instituto, desde 2007. Em março de 2011, passou novamente aos cuidados do

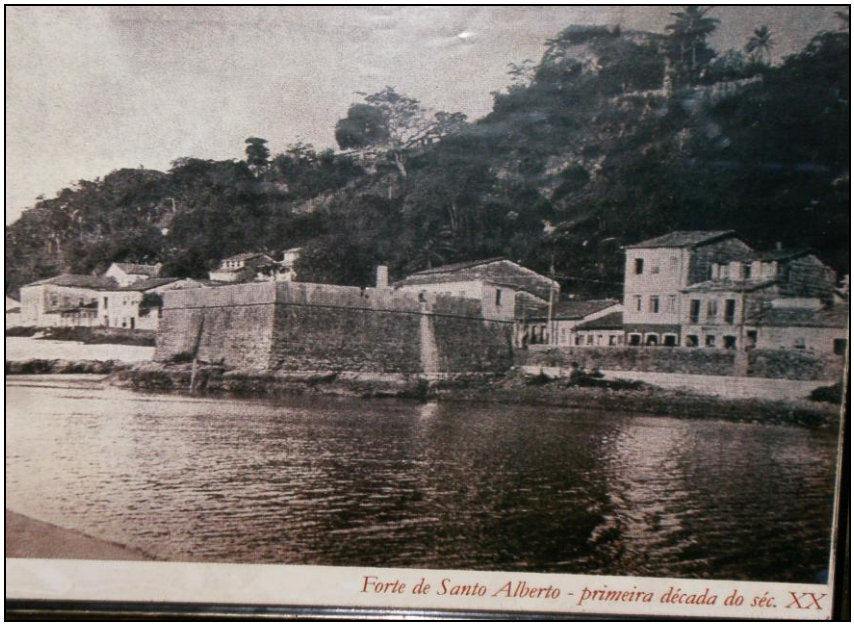
IPHAN e, em abril de 2012, aguardava um novo edital para que outro órgão ou instituição gerencie o equipamento. (BAHIA, 2011a, p.4).

4.1.6 Forte administrado através de Organização Não Governamental (ONG): Santo Alberto

O Forte de Santo Alberto em 1958 abrigava o Serviço Veterinário do Exército, anos mais tarde esteve ocupado pelo Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército. Novamente abandonado, foi restaurado há poucos anos pela 6ª Região Militar, ocasião em que escavações procedidas no local trouxeram à luz remanescestes da única torre cuja existência foi comprovada no Brasil, assim como as bases maciças para apoiar as carretas dos canhões, setecentistas, em argamassa de cal e tijolos moídos. (SANTIAGO, 1999, p.45).

Com as obras de ampliação do porto de Salvador (foto 15) ocorridas no século XX, sua localização foi bastante comprometida em seu entorno, a rampa e ponte elevadiça foram subtraídas por aterros sucessivos. (SANTIAGO, 1999, p.45). Hoje, encontra-se entre duas movimentadas avenidas, a Jequitaia e a Frederico Pontes (foto 16). Fora do circuito turístico da cidade, praticamente passa despercebido pela população que frequenta a localidade para o embarque e desembarque no terminal marítimo de São Joaquim (Cidade Baixa). (BAHIA, 2011a, p.4).

Foto 15: Fotografia encontrada no forte (São Joaquim): primeira década século XX



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Foto 16: Forte visto a partir da Avenida Frederico Pontes (São Joaquim), 2011

Fonte: Pesquisa de campo.

Atualmente é administrado pela organização Espaço Raio da Cultura. Em seu espaço interno são desenvolvidas diversas atividades, sempre voltada para realização de eventos comemorativos, como casamentos, batizados, festa de formaturas, ou apresentações de bandas musicais. (BAHIA, 2011a, p.4).

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.2.1 A viabilidade funcional dos fortes

O sistema construtivo das fortificações deixou grande legado histórico cultural nas cidades onde foram implantadas, não somente em Salvador, mas também em outras do Brasil e do mundo. Por serem patrimônio, esses espaços necessitam de ações que resgatem sua utilidade para os dias de hoje. Em outras partes do mundo, essas ações são vistas com mais empenho, principalmente na Europa e na Ásia.

Em inúmeras cidades ocorre o aproveitamento do antigo sistema defensivo como equipamento para o turismo. Na Europa, por exemplo, existem diversos projetos atrelados ao turismo cultural, que contemplam esses espaços dentro da lógica contemporânea. No entanto, muito do turismo cultural no mundo obedece à lógica do capital, visto que esses espaços passam a ser consideradas mercadorias. O turismo funciona como uma espécie de novo colonialismo, como pontua Krippendorf (2003):

> [...] um conquistador pacífico que age não apenas com assentimento dos “conquistados” como até mesmo sob o pedido expresso deles. [...] O turismo assemelha-se a um nevoeiro, ele se insinua por todos os cantos. E tem em particular o fato de que os turistas vêm pessoalmente, com seu próprio comportamento e seu poder de influência. (KRIPPENDORF, 2003, p.80).

A cidade de Salvador que no passado desempenhou a função comercial, passa na atualidade a agregar também a função turística em decorrência dos atributos naturais e históricos. Nesse sentido, Mullins, citado por Luchiari (1998), expõe:

> [...] as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Enquanto – desde a Revolução urbana – as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades

> básicas, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. (MULLINS apud LUCHIARI, 1998, p.17).

As políticas públicas em prol do turismo, no que tange as fortificações na cidade de Salvador, ainda carecem de investimentos. Ações isoladas foram aplicadas, no entanto essas não atingiram o grande público que é a população soteropolitana tão carente de conhecimento histórico local. Assim, o que foi realizado foram “tentativas de delimitar espaços turísticos, mediante cisão artificial, armada e cosmética.” (YÁZIGI, 2003, p.346). Exemplo disso, temos os projetos turísticos aplicados no Centro Histórico da Cidade mais precisamente no Pelourinho, que de fato não contemplou o cidadão soteropolitano no que se refere ao reconhecimento desse patrimônio, enquanto elemento cultural da cidade.

A utilização dos fortes enquanto patrimônio para o turismo cultural ocorreu após a mudança do sistema defensivo das armas. Com a evolução bélica, esses espaços não convinham para a nova estratégia de guerra, ou seja, a arquitetura militar tornou-se obsoleta, a partir do momento em que o projétil bélico já não era mais lançado pelas fortificações. Esse fato se deu principalmente com o fim da artilharia fixa na primeira metade do século XX. (AGEM, 2005).

Na atualidade, o posicionamento da artilharia não é mais visível, ou seja, os arsenais bélicos como mísseis e foguetes são lançados de posições diversas, por exemplo, o surgimento das armas inteligentes. Com isso, esses equipamentos bélicos tornaram-se obsoletos no contexto urbano, são praticamente insignificantes.

Assim, as remanescentes fortificações militares precisam ser inseridas no contexto atual, pois representam a memória nacional do povoamento e consolidação territorial do espaço brasileiro. Alguns exemplos podem ser seguidos para a inclusão desses equipamentos no cotidiano do soteropolitano e daqueles que visitam a cidade.

Segundo a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM), o Projeto Circuito dos Fortes – Costa da Mata Atlântica - Cinco Séculos em Oito Pontos Estratégicos, realizado pelo governo do Estado de São Paulo em parceria com diversos órgãos dentre eles: a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turístico; o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista -

CONDESB; Secretaria Executiva de Turismo; Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM; o IPHAN-SP; Universidade Católica de Santos- UNISANTOS; Universidade Santa Cecília-UNISANTA e o SEBRAE-SP representa um modelo a ser seguido, dado o caráter inovador que o projeto representa.

O projeto visa à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico a partir das fortificações que serviram de defesa da Vila de São Vicente, Santos e o Porto de Santos. Tem como alicerce os diversos enfoques que o tema envolve no que tange o legado arquitetônico, no que se refere aos estilos e formas empregadas; ao caráter tecnológico, no que tange aos materiais empregados e as técnicas utilizadas em suas construções; ao fator político pelo sistema de organização espacial e defensiva; ao religioso, pela forte influência nas decisões políticas e econômicas daquele período como a participação de Pe. Anchieta e Pe. Manuel da Nóbrega e aos oragos[17]; o caráter econômico, que representou o incremento de cada período econômico em que passou o porto; o militar por representar a evolução no sistema defensivo e ofensivo das armas e na tecnologia; e aos acontecimentos históricos nesses espaços, que representaram momentos expressivos na historia local e nacional. (AGEM, 2005).

Ainda de acordo com a AGEM (2005), o projeto tem por finalidade a inserção das fortificações no circuito turismo da Região Metropolitana da Baixada Santista. Foram implementadas ações que facilitam o acesso a esse patrimônio histórico. Para que essas ações fossem consolidadas, optou-se pela inclusão de visitas monitoradas e com a devida qualificação dos serviços para melhor atendimento ao visitante.

De acordo com a AGEM (2005), o projeto abrange a visitação de oito pontos distintos o roteiro de visitação contempla a fortaleza de Itaipu (século XX), no Canto do Forte-Boqueirão, em Praia Grande; a Casa do Trem Bélico (século XVIII), no Centro de Santos; o Forte Augusto (século XVIII), na Ponta da Praia em Santos; a Fortaleza de Santo Amaro (século XVI) da Barra Grande, no bairro de Santa Cruz dos Navegantes no Guarujá; o Forte dos Andradas (século XX), na Praia do Tombo

---

[17] Santos que dão nome a capelas, templos ou fortificações que nominaram os fortes.

no Guarujá; a Fortaleza de Itapema (século XVIII) em Vicente de Carvalho no Guarujá; o Forte São Luiz (século XVIII), na estrada Guarujá – Bertioga e o Forte São João (século XVI) no Canal de Bertioga, em Bertioga.

O projeto é estruturado e viabilizado, a partir das ações da AGEM (2005), que elaborou um plano de ação que, além do roteiro a visitação, dispõe também de uma logística de comunição, folhetaria e visual para divulgação do projeto. Dessa forma, o projeto vem gerando emprego e renda, bem como a interação do vários municípios da Região da Baixada Santista.

Outro projeto que vem dando resultados positivos é o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Tem por finalidade restaurar e requalificar os fortes do século XVIII, construídos pelos portugueses como princípio defensivo da Ilha de Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, enquanto gestora administra três fortificações atualmente restauradas, são as de Santo Antônio de Ratones (1740) na ilha de Ratones, a de São João de Ponta Grossa (1740) na ilha de Santa Catarina e Santa Cruz de Anhatomirim (1739) na ilha de Anhatomirim. (UFSC, 2011).

O projeto conta com visitação das fortificações tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, na localidade entre Florianópolis e a cidade de Governador Celso Ramos, onde está o forte de Santa Cruz de Anhatomirim e forte Santo Antônio de Ratones. A visitação turística conta com um período de seis horas e custava em abril de 2012, o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por pessoa pelo translado de escuna. Nas dependências do forte existem exposições da fauna e flora da região que os visitantes pagam uma taxa no valor de valor de R$ 10,00 (dez reais) para adentrarem. O grande número de turistas nacionais e estrangeiros comprova o sucesso desse empreendimento, o que viabilizou um maior número de emprego e renda na região. Além da ação turística, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina conta com o desenvolvimento de atividades voltadas para a exposição de maquetes, fotografias, produção de vídeo, CD-ROM diversas publicações de livros, folders, seminários e palestras voltadas para a essa temática, com o objeto de divulgar as origens

históricas a partir das fortificações e sua conservação na contemporaneidade. (UFSC, 2011).

Em Salvador, a partir de 2006 algumas ações foram implementadas em prol da utilização dos fortes como aparato voltado para o turismo cultural, a exemplo do Projeto de revitalização das Fortalezas Históricas de Salvador, da Associação Brasileira dos Amigos das Fortificações Militares e Sítios Históricas (ABRAF), em parceria com o Exército Brasileiro.

No início do projeto exigiu toda uma logística voltada para a valorização da cultura de preservação desses equipamentos. Entretanto, com o passar dos anos, foi perdendo investimento e hoje conta apenas com figurações e exposições pontuais em algumas dessas fortificações e funcionários caracterizados com roupas de época. No período entre 2006 e janeiro de 2011, a ABRAF desenvolveu no Forte São Marcelo, exposições, palestras e eventos abertos a turistas visitantes. A entidade executou um trabalho inédito e de referência, entretanto a ação movida pelo MPF inviabilizou qualquer outra ação turística. (LEITE, 2002, p.4). Atualmente, não existem outras entidades que desenvolvem ou desenvolveram ações tão inovadoras e quanto às executadas pela ABRAF.

As ações da ABRAF desenvolvidas no Forte São Marcelo não se resumiam ao museu e seus eventos. Existia também uma excursão de uma réplica de uma caravela denominada de Caravela Príncipe Regente, que, no seu percurso na Baia de Todos os Santos, realizava uma aula viva voltada para estudante, educadores, turistas e visitantes. Essa aula de campo era na verdade uma volta ao passado, pois no seu trajeto os personagens, além de representar interagiam com o público de maneira teatral e lúdica ao mesmo tempo. (LEITE, 2002, p.4).

Algumas ações podem ser revistas ou incorporadas pelo poder público, no que tange a utilização dos fortes enquanto aparato ao turismo cultural dessa cidade, dentre elas: a) O levantamento sobre o estado de arruinamento das fortificações e das que necessitam de urgente intervenção do poder publico; b) A existência de uma demanda turística em potencial já evidenciada hoje; c) Propiciar segurança para os moradores e turistas visitantes; d) Criar áreas para equipamentos públicos/ sanitários, mobiliário, arborização etc., sem alterar sua estrutura original; e) Redefinir

um conjunto de atividades a serem retiradas ou atraídas levando-as a formarem espaços vivos; f) Estimular atividades culturais ligadas ao lazer e a recreação, ou seja, estimular funções com uso intensivo do espaço.

Por todas essas razões e porque a cada dia o estado de deterioração se agrava, é preciso uma urgente intervenção de grande porte, capaz de mudar o processo de arruinamento existente atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pela análise efetivada ao logo desta pesquisa permitiram considerar a validade da hipótese, de que as fortificações de Salvador são marcos da produção do espaço urbano, com repercussões na sua configuração espacial, que evidenciam formas cujas funções mudaram ao longo do tempo e que, por outro lado, facilitam a compreensão dos processos socioespaciais que lhes permitem a permanência como rugosidades.

Os clássicos estudos de Milton Santos (1985) sobre as categorias de análise do espaço (forma, função, processo e estrutura) serviram como ponto de partida para a fundamentação teórico-metodológico desta pesquisa. A forma diz respeito às diversas transformações na configuração arquitetônica das fortificações para o atendimento das novas estratégias de defesa; a função refere-se aos inúmeros papéis adquiridos pelas fortificações ao longo dos anos; os processos corresponderam as ações que configuraram-se, via de regra, de maneira contínua visando resultados que decorreram do tempo e das transformações, que derivaram de suas contradições internas, logo novas funções foram determinadas por novas relações que foram construídas ou reconstruídas; as estruturas referem-se ao caráter social e econômico que passaram essas edificações em determinado tempo e matriz social onde as formas e funções foram instituídas e explicadas .

Outro campo de estudo da Geografia que embasou as reflexões acerca desta pesquisa, diz respeito à Geografia Histórica, pois, compreendemos que a abordagem histórica é de extrema relevância para a interpretação geográfica. Para isso, utilizou-se de instrumentos bibliográficos e cartográficos que levaram à conclusões sobre o papel das fortificações na configuração da gênese da cidade de Salvador e as diversas funções desempenhadas por elas, como favorecimento para sua existência até os dias de hoje.

A cidade de Salvador ainda apresenta marcas do passado através da sua arquitetura, dentre elas a militar. No período curto de domínio holandês, a cidade foi fortificada visando ser cercada; do lado do mar a protegia com muralha e paliçada

dupla, e no lado da terra com o chamado dique holandês. A obra não foi completada e Salvador foi marcada pelo precário sistema defensivo que, apesar dos inúmeros estudos, não se completou.

A importância estratégica e defensiva das fortificações para a cidade de Salvador teve pouca utilidade enquanto sistema defensivo, pois, na verdade as fortificações "eram frágeis construções incapazes de dar combate aos invasores, que não protegiam os núcleos de povoamento." (SANTOS, 2004, p.119). Entretanto, a fragilidade do sistema defensivo deu bases para a consolidação da cidade de Salvador, como centro administrativo do governo geral e eclesiástico, além disso, mostrou-se eficaz na conquista dos indígenas no entorno da Baia de Todos os Santos.

A cidade de Salvador tornou-se então modelo de riqueza econômica no decorrer do século XVI, em função da multiplicidade de atividades produtivas e comerciais contribuindo, dessa forma, para o aumento do sistema defensivo da cidade. Enquanto marco territorial e defensivo, as fortificações serviram como elementos de fixação e ampliação do espaço urbano, pois eram constantes as ações construtivas da população em seu entorno, ampliando assim novos espaços para a cidade.

As fortificações sinalizam os limites físicos estabelecidos no período colonial, sendo muitas delas responsáveis pela formação de atuais bairros. Assim, a expansão da cidade deu-se de forma radioconcêntrica, ou seja, a partir da localização dos fortes, como argumenta Marx (1980) "os seus caminhos eram direções para a expansão urbana." (MARX, 1980, p. 86). A localização estratégica dos fortes direcionava a ocupação além dos seus limites. Em virtude do elevado crescimento populacional esses limites eram expandidos à medida que aumentavam as pressões por novos espaços urbanos. Dessa forma, esses lugares eram ocupados com certa direção impulsionada pela estratégia defensiva.

A expansão da cidade deu-se tanto para o norte, como para o sul. A área mais densa ia até os fortes que defendiam os extremos da cidade: ao norte, os limites dos fortes de Santo Antônio e do Barbalho; e ao sul o conjunto formado pelos fortes de São Pedro e de São Paulo da Gamboa e pela Casa da Pólvora (Aflitos).

Mais tarde, os limites à expansão foram para o lado leste; é ocupada a segunda cumeada, com o povoamento dos novos bairros de Palma, Santana e Saúde, até os limites do Dique do Tororó.

As diversas funções exercidas pelas fortificações favoreceram sua permanência atual no espaço dessa cidade, pois as mudanças em suas funções a condicionaram a uma utilidade prática no seu cotidiano. Devido às novas necessidades, as fortificações em suas dependências adaptaram-se a hospital, cadeia pública, centro social, sede de bloco carnavalesco, quartel militar, museu etc., fato esse que justificou a sua permanência "na vida" da cidade até hoje.

As fortificações precisam ser preservadas enquanto patrimônio cultural e artístico, principalmente para as futuras gerações, que precisam (re)conhecer o papel que esses equipamentos desempenharam na trajetória que compõem a atual paisagem da cidade. O valor histórico das fortificações, o arruinamento progressivo dos seus espaços, as ações dispersas do poder público, os maus sucedidos investimentos de iniciativa privada e, sobretudo, o respeito ao passado histórico universal justificam a retomada de uma ação a nível federal capaz de sistematizar e promover a atualização permanente realizando propostas de intervenção dentro de uma estratégia física social, coordenadas com órgãos que atuam na área.

A cidade de Salvador já chegou a ter mais de vinte fortificações. Dessas, restam apenas onze, mas somente sete têm uma destinação específica, o que lhes permitem a visitação evitando o desgaste e o abandono. A única forma de preservar esse patrimônio histórico é a promoção de projetos políticos que viabilizem ações de reaproveitamento dos espaços para atividades socioculturais e turísticas, integrando-os à vida cotidiana da cidade.

Em suma, a temática escolhida não é inédita, uma vez que diversos aspectos já foram estudados em diferentes momentos históricos e sob diversos ângulos. Nesse sentido, a preocupação central que norteou esta pesquisa foi de analisar o papel das fortificações no espaço urbano de Salvador e sua relevância socioespacial na contemporaneidade. Para alcançar tal resposta, foi necessário identificar e caracterizar o processo de ocupação do espaço brasileiro no século XVI; analisar o processo de fortificação da cidade de Salvador, através das transformações e

permanências a partir do o século XVI ao século XXI; analisar as políticas públicas direcionadas à conservação das fortificações urbanas.

As lições aprendidas com esta experiência devem ser entendidas como uma possibilidade de análise e reflexão para a compreensão da gênese da cidade de Salvador a partir das fortificações, e que sejam passíveis de utilização em trabalhos semelhantes. Assim, os aspectos apresentados de forma superficial ou suprimidos foram considerados irrelevantes por não se constituírem em objeto de análise. Outros considerados de relevância considerável foram tratados de forma particularizada, buscando-se a sua contribuição na formatação dos objetivos desta pesquisa. Em uma avaliação sobre o valor dos fatos, traduzidos como experiência assimilada, acredita-se que os conteúdos apresentados podem ter relevância aos interessados em estudar e aprofundar seus conhecimentos sobre os temas abordados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.p.199-322.

_____. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.p.197-245.

_____. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária século XVII. **Revista GEOUSP**, São Paulo, n. 7,p.13-15, 2000.

_____. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.p.97-98.

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM). **Projeto Circuito dos Fortes –** Costa da Mata Atlântica - cinco séculos em oito pontos estratégicos. 1 ed. São Paulo: AGEM, 2005.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia:** transição conservadora e formação da nação, 1838-1850**.** Salvador: EDUFBA, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1997.

ARRUDA, José Jabson de A; PILETTI, Nelson. **História geral e história do Brasil.** São Paulo: Ática, 1995.

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Editora Itapoã, Coleção Baiana. Salvador, 1969.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo IPAC – BA: **Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia**; monumentos do município do Salvador, v.1, 1997.

BAHIA, Içara. Fortes de Salvador resistem à degradação. **A Tarde,** Salvador, p.4, 3 abr. 2011a.

_____. Tombamento não garante a conservação. **A Tarde**, Salvador, p.7, 3 abr. 2011b.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BARROS, José Teixeira de. Muros da cidade do Salvador. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador, v.36. 1910.p.73-77.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 20 São bens da União**.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 de mai. de 2012.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil:** a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CALDAS, José Antônio. **Notícias geral de toda esta capitania da Bahia desde o descobrimento atê o prez.te anno de 1759.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

CALMON, Pedro. **História da casa da Torre.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CAMPOS, João da Silva. **Fortificações da Bahia**. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional - Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n.7, 1940.

CARNEIRO, Edilson. **A cidade do Salvador.** Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole:** fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____.Repensar a geografia urbana: o balanço de simpósio. In: **Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p.9-15.

COELHO FILHO, Luiz. Walter. **A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos**. Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-47.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORREIA, João Rosado et al. **Fortificações portuguesas no Brasil** – dos descobrimentos à época pombalina. Lisboa: Fundação Convento da Orada. 1999.

DOLFUSS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel, 1978.

FALCÃO, Edgar Cerqueira. **Fortes coloniais da cidade de Salvador**. São Paulo: Martins, 1942.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, Fernando Luiz da. **Arquitetura militar da cidade do Salvador**. 1971, 84 f. Tese (Prof. Titular em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil**. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GUZMÁN, D. Juan de Valência. Compendido historial de La jornada del Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia,** Salvador, v.8, 1954.

HEIDEGGER, Martim. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Época colonial:** do descobrimento à expansão territorial. v.1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. **Bahia Film Comission.** Salvador: IDERB, 2012. Disponível em:<http://irdeb.ba.gov.br/irdeb/acontece/1321-bahia-film-comission> Acesso em 13 ago. 2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** por uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução de Contexto Traduções 3ª ed. São Paulo: Alep, 2003.

LAKATOS, Eva Maria: MARCONI, Marina de Andrade de. **Fundamentação de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Anésio. Forte São Marcelo: um monumento vivo da história da Bahia. **Tribuna da Bahia,** Salvador, p.4, 4 abr.2002.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: Lima, L. C.(org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998, p. 15 – 29.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus*:*** a igreja católica e as guerras neerlandesas na Bahia (1624 – 1654). 2010. 409 f. Tese (Doutorado) – História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.

MAURO, Frédéric. **Do Brasil à America**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Cidade no Brasil.** Terra de Quem? São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Assessoria de Comunicação Procuradoria da República- BA. **MPF/BA recomenda providências para preservação do Forte de São Marcelo.** 20 jul 2007 Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/MPF-BA-recomenda-providencias-para-preservacao-do-Forte-de-Sao-Marcelo>.Acesso em 13 ago. 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** . São Paulo: Brasiliense, 1981.

NUNES, António Lopes Pires. **Dicionário de Arquitetura Militar.** Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Viagens pelo Brasil:** Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2003.

PERES, Damião. **O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral**: antecedentes e intencionalidade. Porto: Portucalense, 1949.

PHILO, Chis. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derik; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs). **Geografia humana:** sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PRADO, João Fernando de Almeida. **Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530**. São Paulo: Nacional, 1970.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 13.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRESTES, Maria Lucia de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2007.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortalezas e a defesa de Salvador**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

_____. A conservação do patrimônio edificado em terra. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE CONSTRUÇÃO COM TERRA, 1.,18-16 set 2006, Salvador, **Anais**...Bahia: SIACOT, 2002. p. 215-224.

_____. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil.** Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.

RAMELLI, Antonio Cassi. **Dalle caverne ai rifugi blindate**. Milano: Nuova Accademia, 1964.

REBOUÇAS, Etelvina. O forte de São Pedro: um marco de resistência no coração da cidade. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p.3, 4 abr. 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatório do Estado das Fortalezas da Bahia, pelo Coronel de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, ao Presidente da Província da Bahia, Cons. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de Agosto de 1863. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Bahia, v. 3, n 7, p. 23-56, mar/1896.

SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SANTIAGO, Cibele Celestino. Da Torre de São Tiago de Água de Meninos ao reduto de Santo Alberto, **Revista da Bahia,** Salvador, v.32, n.30, p.39-46, out.1999.

_____. Forte da Jequitaia: a fortaleza que virou escritório. **Tribuna da Bahia,** Salvador, p.7, 4 abr.2002.

SANTOS, Patrícia Verônica Pereira dos. **Trabalhar, defender e viver em Salvador nos XVI**. 2004.132 f. Dissertação (Mestrado) – História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Cel. Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Tomo II. Anotações de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

SIMAS FILHO, Américo. **Evolução física de Salvador.** Salvador: Fundação Gregório de Mattos; Centro de estudos da arquitetura na Bahia, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. Disponível em: < http://www.ihgb.org.br/rihgb. php?s=19 >. Acesso em: 10 mai. 2011.

SOUZA, Maria Adélia (org). **Território Brasileiro:** usos e abusos. Campinas. Edições Territorial. 2003.

SZWMRECSÁNTYI, Tomás. **História econômica do período colonial**. Huctec e FAPESP. São Paulo, 1996.

TALENTO, Pedro Biaggio. Forte do Rio Vermelho está desaparecendo do mapa de Salvador. **Revista da Bahia,** Salvador, v.32, n.30, p.96-99, out.1999.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP /Salvador: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Forte de São Marcelo. **Revista da Cultura**, Rio de Janeiro, n.13, p.52-63, dez. 2007. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/revista13/forte_sao_marcelo.pdf. >. Acesso em 16 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. **Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, 2011. Disponível em**:** < http://www.fortalezas.ufsc.br/ >. Acesso em 3 mai.2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Melo

(org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: EDUFA, 1999, p.191-202.

_____. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

_____**.** Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 247-278.

VIEIRA, Antonio. **Obras Clássicas do Padre Antonio Vieira:** Cartas I. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1885, p. 1-6.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII** (Cartas Soteropolitanas). Salvador: Itapuã, v.I (Livro I),1940. Notas e comentários de Braz do Amaral.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo:** discípulos do amanhecer. São Paulo. Contexto, 2003.

ANEXOS

Doc 1

As transformações e permanências das fortificações no espaço urbano de Salvador entre o século XVI e século XXI, foram elaboradas, a partir do levantamento de diversas fontes, dentre elas: o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC (1997) ; diversos autores que trataram dessa questão, dos quais de destacam: Campos (1940), Garrido (1940) e Barreto (1958). Assim, conclui-se que, entre os séculos XVI ao XXI, os fortes passaram por diversas alterações, que comprometeram sua forma e função ao longo dos séculos.

Quadro 1: Principais transformações e permanências realizadas no Forte Santo Antônio da Barra

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1720	Realizam-se obras numa parede do quartel e telhado da casa de pólvora
1735	Conserto do farol
1765/66	Com a revolução de Castela, foram feitas algumas obras às pressas
1776	O marquês de Pombal manda guarnecer as fortalezas da Barra, temendo uma invasão espanhola
1836/39	Novas obras, quando é construído o atual farol
1949	Reparos, limpeza e caiação geral
1954	Obras de conservação, especialmente nos telhados
1974/75	Obras de adaptação a Museu Naval e Oceanográfico
1990	Obras de ampliação do Museu Naval e Oceanográfico
1995/98	Sofre intervenções e restauro do farol e forte
2010	Obras de restauração
2012	Aberto a visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 2 : Principais transformações e permanências realizadas no Forte Santa Maria

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1795	Obras de restauração
1863/1882/1886	Reparos
1940	Pinturas e reparos, sem autorização do IPHAN
1949	Obras de limpeza e conservação
1953	Pintura
1954	Caiação e pintura
1957	Ligeiros reparos e caiação
1967	Obras de conservação geral e asseio
2012	Não se encontra aberto ao público

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 3: Principais transformações e permanências realizadas realizadas no Forte São Diogo

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1626/1638	Reconstruído
1704	Sofreu mudanças na estrutura e no traçado
1722	Reinaugurado co sete peças de artilharia
1875/1883/1886	Reformas nas canhoneiras e parapeitos
1926	Ligeiros reparos e caiação sob a administração Ministério da Marinha e Aviação
1940	Abandonado aguardando reformas
1958	Reparos e caiação;
1975	Reconstruído para sediar o CIREX
2012	Aberto a visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 4: Principais transformações e permanências realizadas restaurações realizadas no Forte São Marcelo

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1772	Foi reformado, ficando pronto
1812	Sofre reforma quando, provavelmente, foi feito o terrapleno perimetral
1863	Foi reparado às pressas face ao perigo de uma guerra com a Inglaterra devido à questão Chistie
1942	Restaurada a escada externa;
1965	Obras realizadas no forte, pela Prefeitura Municipal, sob orientação do IPHAN
1979/83	Neste período a SPHAN realiza obras de restauração do velho forte para instalação no mesmo do Museu de História Naval da Bahia. Nesta oportunidade são feitas ligações de força, telefone e água potável pelo leito da baía
2005	Restaurado para abrigar a sede da ABRAF e museu
2012	Não se encontra aberto ao público

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 5: Principais transformações e permanências realizadas no Forte Santo Alberto

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1610	Concluído
1624/1625	Ocupado pelos holandeses
1809	Considerado inútil estrategicamente pela comissão nomeada pelo Conde da Ponte
1823	Participa da Guerra da Independência com tiros de canhões
1838	Ocupado pelos sabinos
1885	Computa-lhe nove peças de artilharia
1896	Segundo relatório ROHAN dar-se como reparado
1958	Abrigava Serviço Veterinário do Exército
1968	Instala-se a sede subtenentes e oficiais do exercito
1988	Levantamento cadastral
1995/1996	Recuperado pela 6ª. Região Militar e aberto à visitação pública
2012	Aberto à visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 6: Principais transformações e permanências realizadas no Forte de Monte Serrat.

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1583/1587	Construído no local
1591/1602	Reformado e dotado de maior poder ofensivo
1624	Tomado pelos holandeses
1638	Ocupado pelos holandeses na segunda tentativa de invasão da cidade
1742	Sofre grande reforma
1837	Tomado pelos combatentes da Sabinada
1859	Visitado por D.Pedro II
1863	Passa por reparos
1883	Reformado
1885	Possui três peças de desmontadas e parapeitos e muralhas em bom estado
1915	Sofre reparos
1926	Restaurado pelo Ministério da Guerra
1957	Tombado pelo IPHAN e ocupado pelo SRMS da 6ª. Região Militar
1980	Sede da Liga de Amadores de Rádio-Emissão
1993	Restaurado para abrigar o Museu de Armaria
2012	Aberto a visitação publica

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 7: Principais transformações e permanências realizadas no Forte São Pedro

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1772	Por ocasião do tombamento dos próprios nacionais, o forte é medido e descrito
1773	Levantaram-se na esplanada quartéis para alojamento do regime de artilharia da guarnição, impedindo que uma parte de suas peças fosse manobrada
1832	É destruído parte do revelim, para abertura da ligação Mercês-Campo Grande
1863	É consertado pelo Cel. Beaurepaire Rohan
1877	Segundo placa comemorativa, sofreu adornamento do frontispício
1881/83	Sofre novos reparos
1900/03	Segundo S. Bocanera Jr., neste ano é substituída parte da muralha (do fosso) por muro de contenção da Praça da Aclamação
1905	São realizadas grandes obras
1939	Administrado pelo Governo de Estado
1958	Tombado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
1959	Abriga o estabelecimento de Subsistência, o de Fundos e a Auditoria, da 6ª Região Militar
1980	Obras de reparo
2012	Aberto a visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 8 : Principais transformações e permanências realizadas no Forte São Paulo da Gamboa.

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1808	Devido às águas que corriam da encosta, foi preciso transferir tanto a casa de pólvora como o quartel do comandante, procedendo-se obras de proteção (cartas do gov. 1806/07);
1810	São refeitos os mesmos trabalhos (cartas do gov. 1810/11). Nesta oportunidade os engenheiros opinam que a fortaleza não tinha largura suficiente para os serviços de artilharia e competente guarnição, e propõem que se avance mais 09 toesas, isto é, 17 metros, para o mar, o que não foi realizado;
1863	É reparado;
1876	Verifica-se desmoronamento de terra à montante, entulhando-o parcialmente. Seguem-se obras de reparo;
1886	Obras de melhoramento.
1906	Sofreu reparos em sua estrutura
1915	Em bom estado, guarnecido por um soldado
1987	Ocupado ilegalmente por famílias de baixa renda
2009	O MPF/BA impetrou uma ação civil pública para que a União e o IPHAN fossem condenados a realizar todas as intervenções emergenciais
2012	Não se encontra aberto ao público

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 9 : Principais transformações e permanências realizadas no Forte do Barbalho

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1638	Luís Barbalho Bezerra levantou as primeiras trincheiras no local
1667/1671	Reedificação do traçado e inicio das obras de ampliação
1736	Conclusão do forte
1828	Transformou-se em cadeia pública
1837	Adere à Sabinada
1855	Serviu como enfermaria de coléricos
1863	A Comissão ROHAN o declara inútil como praça de guerra
1885/1892	Transformou-se em isolamento de variolosos
1892/1920	Serve como quartel de Artilharia
1912	Participa do bombardeio à cidade
1957	Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN
1958	Aquartelava a 4ª Companhia de Guarda e a 6ª Companhia de Polícia da 6ª Região Militar
1964	Serviu como quartel para presos políticos contrários ao Regime Militar
1982	Entregue ao 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia
2006	Entregue à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
2012	Aguardando restauração

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 10: Principais transformações e permanências realizadas no Forte Santo Antonio Além do Carmo.

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1638	Levantado às presas na 2ª. Invasão holandesa em substituição da antiga trincheira
1659	Reformado por Francisco Barreto
1703	Obras de melhoramento
1830	Passa a servir como Casa de Correção
1835	Serve de prisão aos que participaram da insurreição dos Melês
1847	Encontra-se em reforma
1861	Serve de prisão aos civis
1863	O relatório ROHAN o declara algumas partes em ruína
1920	Sofre grandes reformas internas e externas que altera sua arquitetura
1937	Foi entregue à administração da Fazenda Nacional
1958	Serve de Casa de Detenção
1964/1976	Casa de Detenção para presos políticos da Ditadura Militar
1980	Sede de bloco carnavalesco
1981	Tombado pelo IPHAN, passando a abrigar o Centro de Cultura Popular
1982/1988	Espaço utilizado para ensaio da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê
1990	Utilizado como escola de capoeira de maneira improvisada
1993	Encontra-se abandonado ocupados por moradores de rua
1997	Elaboração de projeto para restauro e viabilidade social feito pelo IPAC
2005	Início às obras de restauro executado através CONDER
2006	Restaurado e entregue a população como Forte da Capoeira
2012	Aberto à visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quadro 11: Principais transformações e permanências realizadas no Forte da Jequitaia

ANO	TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS
1817	Edificado
1838	Guarnecido pelos sabinos
1856/1858	Sofreu reformas
1859	Visitado por D.Pedro II / sede Companhia deArtífices do Arsenal de Guerra
1863	Reparos em sua edificação
1875	Serve de laboratório pirotécnico e também residência dos operários
1888	Sede da Companhia de Operários Militares
1896	Completamente desarmado
1937	Entregue à administração da Fazenda Nacional
1940	Sede da Societé Construction du Port de Bahia.
1960/1980	Abandonado
1990	Restaurado passa a sediar o Museu do Petróleo
2012	Fechado à visitação pública

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.